Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Maria Noêmi Freire da Costa Freitas

Expressão substantiva: iconicidade e *argumentatividade*

Rio de Janeiro

2016

Maria Noêmi Freire da Costa Freitas

Expressão substantiva: iconicidade e *argumentatividade*

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Profª Drª Vania Lúcia Rodrigues Dutra

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

F866 Freitas, Maria Noêmi Freire da Costa.
Expressão substantiva: iconicidade e argumentatividade / Maria Noêmi Freire da Costa Freitas. – 2016.
162 f.

Orientadora: Vania Lúcia Rodrigues Dutra.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Substantivo – Teses. 2. Língua portuguesa – Palavras e expressões – Teses. 3. Semiótica – Teses. 4. Sinais e símbolos – Teses. 5. Iconicidade (Linguística) – Teses. I. Dutra, Vania Lúcia Rodrigues. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 801.22

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Maria Noêmi Freire da Costa Freitas

Expressão substantiva: iconicidade e *argumentatividade*

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 20 de abril de 2016.

Banca examinadora:

_____

Profª Drª Vania Lúcia Rodrigues Dutra (Orientadora)

Instituto de Letras da UERJ

_____

Prof. Dr. André Crim Valente

Instituto de Letras da UERJ

_____

Profª Draª Magda Bahia Schlee de Brito Fernandes

Instituto de Letras da UERJ

_____

Prof. Dr. Manuel Ferreira da Costa

Colégio Pedro II

_____

Profª Drª Patrícia Ribeiro Corado Fernandez

Instituto Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com amor, à minha família**.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me guiou para mais uma conquista.

Ao meu pai e à minha mãe (que já não estão mais aqui), com quem aprendi que o conhecimento só é válido se promover o crescimento espiritual.

À minha orientadora, que me deu tranquilidade em todos os momentos.

Ao Marco e à Camila, pelas incontáveis formas de apoio e carinho.

À amiga Ana Célia, pela amizade e incentivo.

A todos os professores, colegas, parentes e amigos que me apoiaram e me incentivaram.

Não é que os enunciados reproduzam a forma dos fatos, mas habituamo-nos a pensar os fatos do modo como os enunciados os configuram.

Umberto Eco

RESUMO

FREITAS, Maria Noêmi Freire da Costa. Expressão substantiva: iconicidade e *argumentatividade*. 2016. 162f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O objetivo desta tese é investigar o aspecto icônico-argumentativo da expressão substantiva, na perspectiva do signo de Peirce. Considerada no plano da expressividade, a expressão substantiva serve à argumentação graças à sua iconicidade. Orientada por essa crença, a investigação baseou-se nos critérios de qualidade e de semelhança que fundamentam os signos icônicos e que fazem emergir dos textos valores qualitativos positivos e/ou negativos, os quais se mostraram responsáveis pela construção da verossimilhança que orienta a argumentação por meio de isotopias temáticas. Em textos do gênero opinativo, uma isotopia temática define um percurso argumentativo. As análises realizadas mostraram-se produtivas para a interpretação dos artigos de opinião selecionados, revelando a estratégia do autor em privilegiar o uso de expressões substantivas na construção da sua argumentação. Esse modelo de análise também revelou-se um recurso profícuo para o ensino da interpretação, apresentando a importância da expressão substantiva não só como um constituinte argumentativo, mas como um signo icônico a ser considerado nesse ensino.

Palavras-chave: Expressão substantiva. Iconicidade. *Argumentatividade*.

ABSTRACT

FREITAS, Maria Noêmi Freire da Costa. Substantive expression: iconicity and argumentative potencial. 2016. 162f. Tese (Doctor's degree in Portuguese Language) –Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The purpose of this thesis is to investigate the iconical-argumentative aspect of the substantive expression, from the perspective of Peirce's sign. Considered at the expressiveness level, the substantive expression is useful to argumentation because of its iconicity. Guided by this belief, the investigation is based on the criterion of quality and similarity that lay the foundation for iconicity signs and that arise positive and/or negative qualitative values from the texts, which showed to be responsible for the verisimilitude construction that orients argumentation through thematic isotopies. In texts of opinionative genres, a thematic isotopy defines an argumentative route. The analysis that were undertaken have proved to be productive at interpreting the selected opinion texts, revealing the strategy of the author to privilege the use of substantive expressions at the argumentation's construction. This analysis model has also proved to be a fruitful resource for the teaching of interpretation, showing the importance of the substantive expression, not only as an argumentative constituent, but also as an iconical sign to be considerated in this teaching.

Keywords: Substantive expression. Iconicity. Argumentative potential

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	**NOÇÕES SEMIÓTICAS FUNDAMENTAIS**	21
1.1	**A semiótica**	21
1.2	**A semiótica de Peirce**	21
1.3	**A semiótica nos processos comunicativos**	22
1.4	**Semiótica e ensino**	23
1.5	**O signo**	24
1.5.1	Aspectos do conceito de signo	24
1.5.2	O signo de Peirce	27
1.5.2.1	Elementos constitutivos do signo de Peirce	34
1.5.2.1.1	O Interpretante	34
1.5.2.1.2	O Representâmen	36
1.5.2.1.3	O fundamento do signo	37
1.5.2.1.4	Objeto dinâmico e Objeto imediato	38
1.5.2.2	Qualissigno e processo metafórico	40
1.6	**Noções fundamentais para uma metodologia de análise**	43
1.6.1	Sobre os modos como os fenômenos são apreendidos pela mente ou as triconomias do signo de Peirce	46
1.6.2	Ícone, índice e símbolo	47
1.6.3	Iconicidade	52
1.6.3.1	Iconicidade verbal	55
1.6.3.2	A iconicidade e o texto	56
1.6.3.3	Iconicidade e leitura	57
1.6.3.4	Tipos de iconicidade na perspectiva do verbal/textual	58
1.6.3.5	Iconicidade e verossimilhança	69
1.6.3.6	Verossimilhança e argumentação	71

2	**PARÂMETROS DA ARGUMENTAÇÃO**	77
2.1	**Argumentação, discurso, enunciado e língua**	77
2.2	**Retórica, dialética e argumentação: um pouco de história**	78
2.3	**O ponto de partida de Perelman e a Nova Retórica**	80
2.4	**O campo da argumentação**	81
2.5	**A importância do auditório**	83
2.6	**Sobre as presunções razoáveis**	84
2.7	**Sobre a análise da argumentação**	84
2.8	**A visão de Anscombre e Ducrot**	85
2.9	**Argumentação e processos cognitivos: inferência, percepção e crença**	86
2.10	**Os juízos de valor**	86
2.11	**Hierarquia e presença**	87
2.12	***Ethos***	97
3	**EXPRESSÃO SUBSTANTIVA: ICONICIDADE E *ARGUMENTATIVIDADE***	105
4	**ASPECTOS DIDÁTICOS E METODOLÓGICOS**	115
4.1	**Aspectos gerais da interpretação de textos**	115
4.2	**Aspectos da interpretação de textos argumentativos**	116
4.3	**Aspectos específicos para a análise do valor icônico-*argumentativo* da expressão substantiva**	117
4.3.1	“De olho” nas escolhas do enunciador	119
5	**APLICAÇÃO**	121
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	136
	ANEXO A - Texto 1	140
	ANEXO B - Texto 2	142
	ANEXO C - Texto 3	144
	ANEXO D - Texto 4	146
	ANEXO E - Texto 5	148

ANEXO F - Texto 6 150

ANEXO G - Texto 7 152

ANEXO H - Texto 8 154

ANEXO I - Texto 9 157

ANEXO J - Texto 10 159

ANEXO K - Texto 11 161

INTRODUÇÃO

Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* para o Ensino Médio (2000), *Parte II: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, lê-se:

> A linguagem é considerada (...) como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas abstratos de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido.
> A linguagem é uma herança social, uma 'realidade primeira', que, uma vez assimilada, envolve os indivíduos e faz com que as estruturas mentais, emocionais e perceptivas sejam reguladas pelo seu simbolismo.
> (...)
> Na interação verbal, os sinais e suas combinações socialmente partilháveis organizam os dados perceptivos, em sistemas simbólicos, por atributos e intencionalidade. (PCN, 2000, p. 5)

Com base em Bakhtin, para quem a arena de luta daqueles que procuram conservar ou transgredir os sentidos acumulados são as trocas linguísticas, as relações de força entre interlocutores, os PCN observam a necessidade de propiciar aos alunos desse nível de escolaridade atividades de reflexão sobre as linguagens, seus sistemas, seus processos e procedimentos, como uma forma de participação na vida social. O documento propõe que o educando seja estimulado, em situações comunicativas, a verificar o estatuto dos interlocutores participantes desse processo, as escolhas discursivas e os recursos expressivos utilizados, com a finalidade de reconhecer as identidades dos envolvidos e legitimar a sua própria identidade em confronto com as demais, sabendo colocar-se como protagonista no processo de produção/recepção de sentidos.

Nessa visão, faz-se necessário um estudo que ultrapasse os aspectos formais da linguagem, que considere a interrelação contextual, semântica e gramatical própria da natureza e da função da linguagem e que vincule o aluno ao caráter intrassubjetivo, intersubjetivo e social da linguagem. Compreende-se que as significações dadas, em diferentes esferas, às várias manifestações, contribuam para a formação do aluno, para a sua capacidade de fazer escolhas e para o seu interesse em conservá-las ou transformá-las, interagindo socialmente.

É nesse sentido que observamos a necessidade de preparar os sujeitos para a leitura e a utilização da linguagem em sua plenitude, acreditando na análise semiótica fundamentada no signo de Peirce como um bom caminho para realizar esse empreendimento.

A semiótica é, hoje, uma ciência presente nas práticas sociais, desde a relação entre pessoas até as mais profundas investigações científicas, por seu potencial metodológico e por seu comprometimento com a base de significação de todas as coisas. É claro que a escola, não se omitindo de contemplar esse fato, deveria levar para a sala de aula o conhecimento necessário para a integração dos educandos com essa realidade atual. É o que defendemos.

Especialmente na leitura e na análise textual, o ensino deveria propiciar o conhecimento sobre os signos constituintes da comunicação social e a organização resultante da seleção e combinação desses signos na produção dos textos, os quais participam da formação cultural e da construção da realidade social. O domínio desse conhecimento deverá contribuir para a formação de cidadãos capazes de lidar com os textos − que, inevitavelmente, circulam na sociedade −, não só como leitores, mas também como produtores. Cabe a todos os professores, especialmente aos de língua materna – em nosso contexto, os de Língua Portuguesa –, desenvolver nos alunos as habilidades e as competências necessárias para lidar com os signos textuais, e é pensando nisso que nos dedicamos a investigações como esta, direcionada ao desenvolvimento de um raciocínio semiótico-linguístico para o trabalho de análise de textos com alunos.

Em nossa pesquisa desenvolvida no mestrado, discutimos o valor discursivo e estilístico da escolha dos nomes e demos atenção especial à atribuição de valores afetivos, ligados à iconicidade, decorrentes dessa escolha.

Com o título *Cigarras, formigas, severinos & cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo,* a dissertação, defendida em março de 2008 (UERJ), desdobrou-se em vários outros trabalhos, apresentados em eventos acadêmicos diversos e publicados nos correspondentes anais. Desse modo, a nossa pesquisa sobre a iconicidade do substantivo permaneceu em plena produção.

Ao longo desse percurso, muitas questões foram surgindo e fizeram-nos entender que haveria ainda muito a se explorar sobre o assunto, reafirmando o valor e a complexidade dessa temática. Daí, surgiu o projeto de doutorado que resulta nesta tese.

Com o projeto atual, firmes no propósito de desenvolver um raciocínio semiótico de análise dos constituintes textuais, estamos ampliando o conhecimento do tema por meio de uma pesquisa sobre a orientação argumentativa apurável no aspecto icônico das expressões substantivas, com vistas à interpretação de textos. A área de interesse desta investigação é o léxico: a *argumentatividade* das expressões substantivas. Acreditamos que essa *argumentatividade* está ligada a fatores da iconicidade.

As expressões substantivas apresentam forte apelo argumentativo e, em determinados contextos, especialmente em textos opinativos, não são escolhidas por acaso, mas com a intenção de, por meio das qualidades que elas evocam, convencer e/ou persuadir. Na perspectiva da iconicidade, podemos observar o comportamento argumentativo dessas expressões – entendendo-as como "âncoras textuais"[1] − com base nos critérios da qualidade e/ou da semelhança, tendo em vista desvelar os sentidos do texto.

Tem-nos chamado a atenção – percepção motivada por nosso interesse de pesquisa – o fato de expressões substantivas exercerem um papel fundamental em alguns textos. Temos observado que Cristovam Buarque (articulista do jornal *O Globo*) utiliza as expressões substantivas com muita propriedade e produtividade. Por esse motivo, decidimos concentrar a nossa pesquisa em alguns de seus artigos, nos quais essas expressões têm papel argumentativo fundamental.

Cristovam Buarque é formado em Engenharia Mecânica, com doutorado em Economia pela Universidade Panthéon-Sorbonne (Paris). Já foi Ministro da Educação, Reitor da Universidade de Brasília, governador do Distrito Federal e, atualmente, é professor da UnB e Senador. Em 2006, candidatou-se à Presidência da República, com uma proposta concreta de mudança para a nação que promoveria a inclusão social e revolucionaria a educação. Em sua carreira política, tem defendido a Democracia e todos os preceitos que levam ao desenvolvimento humano e tecnológico e vem recebendo prêmios e condecorações por seus feitos. Autor de vários livros, acredita que a única forma de o Brasil se desenvolver social, econômica e tecnologicamente é por meio de uma educação democrática, inclusiva, e de boa qualidade, seguindo a mesma linha de pensamento de personalidades como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Leonel Brizola. Os temas descritos acima são a tônica de seus artigos.

As questões levantadas no estudo que realizamos são, principalmente: 1- As expressões substantivas exercem papel relevante na construção argumentativa dos textos de Cristovam Buarque? 2- A *argumentatividade* dessas expressões está ligada a fatores da iconicidade? 3- Se estão, de que modo? 4- De que maneira o articulista faz uso do potencial argumentativo das expressões substantivas em seus textos opinativos? 5- Como isso pode afetar o leitor? 6- Que contribuições efetivas este estudo traz para o ensino da língua portuguesa?

---

[1] Este termo, cunhado por SIMÕES em 1997 (cf. SIMÕES & DUTRA, 2004, p. 59), significa: "palavras-chave que norteiam a identificação de uma isotopia" (SIMÕES, 2009, p. 91). Essas palavras (ou expressões) devem ser identificadas nos textos, pelos leitores/ouvintes, como "garantias mínimas de uma interpretação" (*ibid*.).

A nossa primeira hipótese é de que, nos textos de Cristovam Buarque, o caráter argumentativo das expressões substantivas é motivado por três razões principais:

1. As expressões substantivas são qualissignos icônicos investidos de valores positivos ou negativos, os quais são explorados para orientar a argumentação no sentido pretendido.
2. A iconicidade ligada à *argumentatividade* das expressões substantivas baseia-se em critérios de qualidade e de semelhança associados aos signos que as constituem.
3. Ao combinar-se com outros signos investidos de valores semelhantes, as expressões substantivas determinam trilhas de sentido respaldadas nesses valores e nas qualidades exibidas e, além de orientar, dão consistência à argumentação. As trilhas de sentido a que nos referimos correspondem ao que Simões (2009) chama de "isotopias".

A segunda hipótese é de que a investigação dos valores argumentativos das expressões substantivas em textos de Cristovam Buarque, na perspectiva da iconicidade, contribui para a eficácia na interpretação desses textos.

O tipo de análise semiótica que desenvolvemos fundamenta-se no modelo triádico do signo de Peirce, investigado em matéria original publicada dos *The Collected Papers*, em traduções para o português desse material e nas leituras reflexivas (da mesma matéria) feitas, especialmente, por Lucia Santaella e Umberto Eco. Para a aplicação desse conteúdo, servimo-nos da experiência didática de Santaella (2002) e de Simões (2009). Os parâmetros para o estudo da argumentação seguem, principalmente, o *Tratado da Argumentação*, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), e a visão de Anscombre e Ducrot, em *L'argumentation dans la langue* (1988).

O nosso objetivo é fazer uma abordagem de cunho semiótico-linguístico do aspecto icônico-argumentativo das expressões substantivas em artigos de Cristovam Buarque (jornal *O Globo*), sob a tutela da semiótica de Peirce.

Os artigos de jornal são, geralmente, textos do gênero opinativo que têm como objetivo difundir opiniões. Tratam de fatos ou ideias da atualidade, não no sentido de cotidiano, mas de momento histórico. Por ser colaboração espontânea ou solicitação nem sempre remunerada, o autor, que escreve normalmente sobre assunto de sua competência, costuma ter liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido e também em relação ao modo de expressão verbal (cf. MELO, 2003, p. 125).

Na visão popular, todo texto publicado na imprensa é artigo, mas as instituições jornalísticas identificam os artigos como um gênero específico, uma matéria jornalística em que alguém, jornalista ou não, desenvolve uma ideia e apresenta a sua opinião. Esses textos têm caráter persuasivo e a estrutura de suas mensagens é codeterminada por variáveis controladas pelas instituições jornalísticas, nas quais se originam. O artigo é, em certos aspectos, um gênero típico do jornalismo brasileiro. No jornalismo norteamericano e no europeu, segundo Melo (*op. cit.*), esse gênero identifica-se mais com o *comentário* ou *ensaio*.

Melo acrescenta que

> o artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui uma decorrência de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais. (MELO, *op. cit.*, p. 127)

A autoria definida e explicitada é um indicador que orienta a sintonização do leitor e reflete o caráter ideológico desse gênero jornalístico opinativo. Aliás, segundo Campos (s/d), no sentido ideológico, a opinião perpassa todo o processo jornalístico, com a qual os editores tentam controlar o fluxo de informações, tornando dramático o processo da seleção: "não raro há dúvida se o texto assinado ou editorial deve refletir a opinião do autor ou a opinião geralmente aceita para o caso". Entretanto, um articulista experiente, como é o caso do Cristovam Buarque − e geralmente o são os colunistas do gênero opinativo dos grandes jornais −, tem melhores credenciais para emitir opiniões e conceitos próprios e arriscar-se num "voo solo" (*op. cit.*), enfrentando possíveis adversários e deixando marcas pessoais de posicionamento político-ideológico, assumindo a responsabilidade de influenciar a opinião dos leitores, pondo em jogo a sua reputação e confiabilidade, por meio do juízo e do ponto de vista implícitos em seus textos. Por questões éticas, espera-se do jornalismo opinativo, independentemente de qualquer posicionamento filosófico ou ideológico, que se assente nos princípios morais e de respeito à pessoa humana e aos bons costumes, na honestidade e na dignidade, com a reta finalidade de orientar o leitor, tendo em vista o bem-estar e a harmonia social. Essas expectativas norteiam a interpretação desses textos.

Segundo Campos (*op. cit.*), opina-se de várias maneiras, entre elas, na apresentação da matéria e no destaque escolhido para cada parte da matéria. Mas, para o autor, a opinião estética e ideológica "impressa" nos textos tem um poder de comunicação muito mais forte do que a opinião explícita, porque funciona como "imagem", ou seja, como "ícone não verbal". O que se destaca e o que se ignora na matéria escrita é opinião.

É nesse sentido que entendemos que as escolhas lexicais, especialmente a escolha das expressões substantivas, em artigos de opinião, têm um caráter ideológico e uma intenção, e que o seu efeito sobre o leitor (ou ouvinte) é condicionado por essas "imagens" (mentais) ou "ícones não verbais" (referidos por Campos), produzidos a partir das marcas ideológicas "impressas" nos constituintes dessas expressões. Essas imagens (ícones) traduzem-se em valores positivos ou negativos capazes de orientar a leitura e influenciar o leitor, ao que chamamos *argumentatividade*.

Acreditamos que, por meio de uma análise semiótica dos constituintes estruturais da expressão substantiva, seja possível detectar essa *iconicidade* e a *argumentatividade* decorrente, para uma melhor interpretação dos textos. Mas, para isso, precisamos de uma visão do signo linguístico que nos permita fazer essas considerações, e é por isso que recorremos ao modelo semiótico de Peirce. Precisamos entender o signo em seu potencial interativo (a sua relação com o usuário) e na sua relação com o contexto, em sua historicidade, enfim, em sua dinamicidade.

Os caminhos de investigação adotados dividem-se em cinco grandes eixos, os quais compõem os cinco grandes capítulos deste trabalho, e que se interrelacionam pelo próprio interesse da pesquisa. São eles: 1- Noções Semióticas Fundamentais 2- Parâmetros da Argumentação 3- Expressão Substantiva: Iconicidade e *Argumentatividade* 4- Aspectos Didáticos e Metodológicos 5- Aplicação.

No primeiro capítulo, "Noções Semióticas Fundamentais", apresentamos uma síntese dos principais aspectos da teoria semiótica, partindo do modelo semiótico de Peirce, em confronto com a noção convencional do signo linguístico, fundada por Saussure, até chegar a uma noção de iconicidade aplicada ao signo verbal e à argumentação. Na seção 1.6 desse capítulo, a partir das noções anteriormente apresentadas, definem-se os limites das nossas análises.

No segundo capítulo, destinado à apresentação dos "Parâmetros da Argumentação", recorremos a Perelman para dar suporte à nossa observação dos constituintes argumentativos, entendendo que a observação desses constituintes é condicionada pela percepção da iconicidade da matéria verbal e que ela está ligada ao projeto de texto do autor. Anscombre e Ducrot (1988) contribuem para o desenvolvimento do capítulo, com uma visão linguístico-pragmática da argumentação.

No terceiro capítulo, "Expressão Substantiva: Iconicidade e *Argumentatividade*", discorremos sobre a conexão entre os dois temas discutidos anteriormente – nos capítulos 1 e

2 −, com o objetivo de esclarecer o que nos faz pensar que a *iconicidade* participa do projeto argumentativo e qual é a função da expressão substantiva nessa relação.

É importante destacar que o sentido que damos ao termo *expressões substantivas* é o de toda forma de expressão que tenha por função dar um nome ou fazer referência a algum objeto real ou discursivo, gramaticalmente representado por um substantivo ou outro termo qualquer que o valha, e que se apresenta no texto a partir de uma escolha do enunciador. A expressão substantiva pode constituir-se de variados elementos gramaticais e estruturas sintáticas. Faz-se necessário considerar essas estruturas, a sua formação, pois é a partir do material verbal, em todas as suas dimensões: semântica, sintática e pragmático-interacional, que se constituem os sentidos.

Destacamos também que, no título escolhido para esta tese, o termo referido acima aparece no singular: **Expressão substantiva**: iconicidade *e argumentatividade*, para enfatizar que o nosso foco é especialmente a relação expressiva entre o signo e o objeto, e os seus efeitos de sentido.

No quarto capítulo, “Aspectos didáticos e metodológicos”, trazemos à baila os aspectos didáticos do processamento de textos em geral, com base em Kleiman (1997) e Kato (2007 [1985]), da interpretação de textos argumentativos, na perspectiva de Charaudeau (1992), e alguns aspectos metodológicos a considerar no ensino da interpretação, especialmente questões relacionadas com a escolha dos signos linguísticos na visão de Perelman (2005) dos recursos argumentativos.

Entendemos que a falta de habilidade para lidar com os elementos icônicos da linguagem prejudica a interpretação de textos, comprometendo as relações comunicativas. A observação desse aspecto na análise de textos argumentativos contribui para a competência linguístico-interpretativa dos educandos, especialmente no Ensino Médio, a fase escolar que mais se tem preocupado com o estudo da argumentação, com vistas aos exames de acesso ao ensino superior.

A expressão substantiva é um constituinte textual de grande potencial icônico-argumentativo. Esse potencial pode ser incrementado quando, combinadas umas com outras, as expressões substantivas passam a constituir *isotopias temáticas*, instrutoras dos sentidos do texto. Se percebida, essa formação constitutiva da estrutura argumentativa pode ser explorada na leitura − e também na produção textual −, para um melhor desempenho nessas atividades.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar caminhos de investigação da iconicidade das expressões substantivas, a fim de detectar-lhes a função argumentativa nos textos em que se apresentam, tendo em vista o aprimoramento das habilidades de interpretar e

produzir textos. E, é claro, dar destaque à importância dessas expressões como participantes desses processos. Tudo isso será feito desde o primeiro exemplo de aplicação do conteúdo, no capítulo 1, até as análises finais, no capítulo 5. Desse modo, convém considerar análises do *corpus* também as análises nos exemplos da fundamentação teórica, apesar de essas análises exemplificativas não terem compromisso com interpretações mais extensas do que a aplicação imediata do conteúdo.

Cada análise inclui o texto-*corpus* correspondente ou parte dele, no qual aparecem em negrito as expressões substantivas destacadas na análise, conforme o interesse da aplicação. Às vezes, para delimitar essas expressões no texto, é preciso, além do negrito e das aspas, recorrer ao sublinhado. O sublinhado também é usado (sem negrito e sem aspas) para marcar outras referências feitas nas análises, além das expressões substantivas. Todos os textos são apresentados, na íntegra e sem esses destaques, no anexo.

É possível que algumas das expressões substantivas destacadas causem estranhamento, por seu emprego referencial-denotativo, já que a análise da iconicidade costuma pôr em relevo, na maior parte das vezes, os aspectos conotativos dessas expressões e, em algumas delas, esses aspectos são mais explícitos do que em outras. Isso chama mais atenção quando apresentamos o texto 3 na íntegra, com todas as expressões substantivas em negrito (v. seção 1.6.3.4), para demonstrar a contribuição da expressão substantiva, no nível da iconicidade diagramática, para a *alta iconicidade* do texto. Porém, o que justifica o destaque dessas expressões aparentemente estranhas é que, na definição do nosso objeto de estudo (v. pág. 15), não nos eximimos de examinar uma ou outra expressão apenas por ser mais ou menos referencial, mais ou menos denotativa, pois todas elas participam das escolhas de quem as enuncia. O que ocorre − e veremos isso com Perelman, na seção 4.3.1 −, é que, em alguns casos, a escolha não aparece tão nitidamente, porque a classificação e o julgamento confundem-se com o próprio uso da noção designada pela expressão, mas essa escolha raramente é desprovida de uma atitude, um julgamento e uma intenção argumentativa. Toda escolha implica juízos e valores positivos ou negativos. Todo signo é icônico em certa medida. Seja para designar, seja para fazer uma referência, as escolhas lexicais são subjetivas e avaliativas das qualidades dos signos e das qualidades dos seus referentes. Desse modo, para se atualizarem nos textos, as palavras e expressões passam por um processo que implica variáveis níveis de conotação e subjetividade. Se as destacamos, é porque, ao contemplá-las, percebemos que essas expressões (ou substantivos) exibem qualidades significativas para a arquitetura argumentativa do texto.

Os conteúdos que apresentamos contribuem para a compreensão dos aspectos envolvidos nas análises. A cada análise subsequente, podem ser aproveitados os conteúdos vistos anteriormente, o que caracteriza a complexidade e consistência progressiva das análises.

No quinto capítulo, “Aplicação”, apresentamos outras análises textuais, retomando os fundamentos teóricos aplicáveis aos textos em análise. Nesse capítulo, com base nos critérios de qualidade e semelhança que fundamentam os signos icônicos, examinamos a função das expressões substantivas no projeto argumentativo dos textos, voltando a atenção para o seu sentido global, enfatizando que não se pode perder de vista o sentido do texto na análise dos seus constituintes. Afinal, é justamente com a finalidade de apreender o sentido global que examinamos as suas partes.

Os critérios imediatos de análise dos textos nesse capítulo visam, basicamente, a responder às seguintes questões: 1- Quais são os aspectos icônico-argumentativos envolvidos na representação dos signos destacados? 2- Como esses aspectos contribuem para a *argumentatividade* do texto como um todo?

Os procedimentos metodológicos para responder a essas perguntas são: 1- Destacar as expressões substantivas que se pretende analisar. 2- Identificar os *qualissignos* − o fundamento desses signos em seus aspectos icônicos − e o seu aproveitamento na argumentação. 3- Identificar possíveis *isotopias temático-argumentativas*. 4- Relacionar essas expressões e essas *isotopias* com o projeto argumentativo do texto.

Destacamos que, nas análises – inclusive as exemplificativas −, o termo *expressão substantiva* (bem como o seu plural) poderá aparecer abreviado pela sigla ES, por questões práticas. É oportuno ressaltar também que usamos aspas e negrito – essas duas sinalizações − para destacar as expressões substantivas objetos nessas análises.

Em nenhum momento temos a pretensão de esgotar as possibilidades de análise das expressões e dos textos apresentados, até mesmo porque isso nos parece impossível. Nosso compromisso nesta tarefa limita-se à avaliação e à demonstração do que podem os aspectos icônicos das expressões substantivas oferecer de contribuição à *argumentatividade* dos textos em que se encontram.

Também é importante frisar que este estudo não visa a uma generalização, ao contrário, limita-se a uma observação do funcionamento das expressões substantivas no *corpus* apresentado. É possível que esse funcionamento se estenda a outros autores e até a outros gêneros textuais, mas isso configuraria uma outra investigação, demandaria um outro

trabalho, não o que nos propusemos realizar no momento, como tese a ser comprovada. Fica esse desdobramento, então, como sugestão para outras pesquisas.

Quanto à relação desta pesquisa com o ensino, acreditamos que, se os professores estiverem capacitados para trabalhar com esse conteúdo, o ensino da leitura ganhará com a formação de indivíduos leitores capazes de compreender: o léxico como constituinte textual; a expressão substantiva como recurso argumentativo; como se constroem processos semióticos nos textos. Reiteramos que, na nossa visão, a leitura e a produção de textos são instâncias da construção de cidadãos conscientes, capazes de lutar pelo desenvolvimento da sociedade, tendo a língua pátria como o seu principal instrumento.

Espera-se, com este estudo, abrir caminhos para outras pesquisas sobre a expressão substantiva, bem como para a abordagem semiótica de outros constituintes textuais, especialmente dos recursos argumentativos.

1 NOÇÕES SEMIÓTICAS FUNDAMENTAIS

Este capítulo apresenta a visão semiótica que nos serve de base e os principais conceitos que a ela se vinculam e que nos servirão para a construção de uma metodologia de análise.

1.1 A semiótica

Entendemos ser preciso apresentar as características e as motivações que fazem da semiótica um recurso teórico-metodológico apropriado para o desenvolvimento desta pesquisa, e esclarecer que semiótica é essa.

1.2 A semiótica de Peirce

Peirce foi um matemático, cientista, lógico e filósofo norte-americano que desenvolveu uma semiótica de caráter geral e abstrato, capaz de explicar e interpretar todo o domínio da cognição humana[2]. Segundo Santaella (2002, p. XII), essa semiótica "é um dos membros da tríade das ciências normativas – estética, ética e lógica ou semiótica –, estas antecedidas pela quase-ciência da fenomenologia e seguidas pela metafísica". É uma teoria do conhecimento mas também uma metodologia, à medida que as suas categorias servem à análise das cognições.

A Semiótica de Peirce divide-se em três ramos: a Gramática Especulativa, a Lógica Crítica e a Retórica Especulativa ou Metodêutica. Só o primeiro ramo, o da Gramática Especulativa, o qual define, classifica e fornece os modos como os signos agem e como se misturam nos processos de significação, já é um vasto material teórico-conceitual para a

2 Essa definição é atribuída por Santaella (2002, p. XIII) a Buczynska-Garewicks (1983, p. 3).

análise e interpretação de signos. Essa gramática foi a maior das pesquisas de Peirce, a que lhe teria tomado, aproximadamente, quarenta anos de estudos, consistindo numa busca intensa e quase obsessiva da correta definição de signo (cf. ROMANINI, 2009). O fato de a gramática ser mais fundamental e universal do que a lógica e a retórica, de ser capaz de suprir os fundamentos que faltassem a esses dois outros ramos da semiótica e de resolver os problemas da definição e da classificação dos signos (apesar de não ser, para Peirce, o ramo mais importante – na sua opinião, o mais importante era o da comunicação), fazia com que Peirce a considerasse essencial para a compreensão da comunicação. Assim como Peirce, acreditamos não ser possível avançar nas análises dos processos comunicativos sem antes compreendermos o signo e as suas relações com o objeto que representa. É nesse sentido que a Gramática Especulativa é, por ora, o ramo que nos interessa e é ela que tem subsidiado o nosso trabalho.

Peirce dedicou-se ao desenvolvimento da lógica (ou semiótica) como uma teoria geral e universal, aplicável a todas as ciências. Como o nosso intuito é desenvolver uma análise linguística fundamentada nos conceitos dessa lógica, tendo em vista o ensino da leitura e da interpretação de textos, optamos por seguir os caminhos traçados pelos trabalhos de Santaella e de Simões, que têm o caráter prático e didático da aplicabilidade desse conteúdo semiótico.

1.3 **A semiótica nos processos comunicativos**

Na visão de Eco,

> a semiótica ocupa-se indubitavelmente dos signos como sua matéria-prima, mas vê-os em relação a códigos e inseridos em unidades mais vastas, como o enunciado, a figura retórica, a função narrativa, etc. A semiótica é a disciplina que estuda as relações entre código e mensagem e entre signo e discurso. (ECO, 2004, p. 23)

O autor leva em consideração o ciclo da semiose, a vida da comunicação, o uso e a interpretação operada a partir dos signos, e a semiótica como uma forma da práxis (e não só como teoria), entendendo que “é a sociedade que usa os signos, para informar, para mentir, enganar, dominar e libertar” (ECO, 2004, p. 24).

De modo bem simplificado, num processo de comunicação do tipo fonte-emissor-canal-mensagem-destinatário, o signo insere-se como Mensagem. Mas esse signo-mensagem

nem sempre é um elemento isolado, ele pode constituir ou mesmo ser constituído por uma organização complexa de muitos signos e pode conter muitas mensagens.

Outro aspecto relevante do processo comunicativo, na opinião de Eco (2004), é que, entre o Emissor e o Receptor, existe um Código em comum que implica uma série de regras que atribuem um significado ao signo. É isso que, segundo Eco, diferencia *signos* de *estímulos*: estes últimos não satisfazem uma das mais elementares características do *signo*, a de que ele "está em lugar de outra coisa" e, por isso, precisa ser interpretado. Sem interpretação, não há signo. O estímulo provoca uma reação sem depender de um processo sígnico, ou seja, sem que seja preciso descodificar a mensagem. Não há código. E, se não há código, não há significação (*semiose*), e o processo comunicativo reduz-se a um processo de estímulo-resposta. É o que diferencia uma luz forte (estímulo), que nos obriga a fechar imediatamente os olhos, sem refletir, de uma ordem verbal (signo) que nos mande fechar os olhos, pela qual somos levados a compreender a ordem, descodificando a mensagem (processo sígnico) e a decidir se havemos de obedecer (processo volitivo, que sai da competência da semiótica) (cf. ECO, 2004, p. 26).

Essa reflexão de Eco põe em evidência a importância da relação entre o emissor e o receptor, um primeiro passo para a compreensão de *signo* na perspectiva que adotamos.

1.4 **Semiótica e ensino**

A natureza triádica do signo de Peirce, que diz respeito à relação entre os seus três elementos constituintes: o *representâmen*, o *objeto* e o *interpretante*, torna possível analisar o signo, segundo Santaella (2002, p. 5):

- em si mesmo, nas suas propriedades internas, ou seja, no seu poder para significar;
- na sua referência àquilo que ele indica, a que ele se refere ou que representa; e
- nos tipos de efeitos que está apto a produzir nos seus receptores, isto é, nos tipos de interpretação que ele tem o potencial de despertar nos seus usuários.

É desse modo que essa semiótica nos permite penetrar no movimento interno das mensagens, no seu engendramento, em seus procedimentos e recursos utilizados. E permite-

nos captar os vetores de referencialidade correspondentes não só ao contexto imediato, mas também às marcas históricas de um contexto mais estendido e às forças produtivas dessas marcas, tudo isso para tentar dar conta das diferentes naturezas das mensagens, dos seus processos de referência, da sua aplicabilidade e do modo como nós, receptores, as percebemos, as entendemos e reagimos a elas (cf. SANTAELLA, *op. cit*., pp. 5-6).

A autora também alerta sobre a natureza abstrata da teoria semiótica e observa que, para aplicá-la aos diversos processos sígnicos, sem cairmos no campo das generalidades, é preciso estabelecer um diálogo com teorias mais específicas. É por isso que recorremos à Teoria da Iconicidade Verbal, para nos dar o suporte necessário à análise do nosso objeto de estudo, análise essa voltada para o ensino da interpretação de textos.

1.5 **O signo**

O signo é um elemento de um processo de significação e seu conceito vem-se constituindo ao longo dos tempos, para tentar fazer entender esse processo.

1.5.1 Aspectos do conceito de *signo*

Nas expressões tripartidas dos processos sígnicos, prevalece, entre os maiores pensadores, ora a terminologia dada aos três polos, ora o sentido mesmo do pensamento classificatório. Entre as principais referências relativas às várias tentativas de representação desses processos, não se pode, entretanto, deixar de lembrar Saussure (1916). A compreensão do signo como uma entidade de apenas duas faces (*significante/significado*) explica-se pela sua visão dicotômica da linguagem, excluindo da análise dos processos de comunicação os elementos que entendia não pertencerem à Linguística.

De todo modo, mesmo na tripartição, as definições de signo são às vezes ambíguas e enganadoras, não se sabe se o signo é o que se representa pela totalidade do triângulo ou se é apenas um dos vértices dessa representação. Por isso, Eco (2004, p. 30) propõe que se use

/signo/ como sinônimo de <<significante>>[3] e observa que, como elemento do processo de significação, "verifica-se sempre que o signo é entendido como *alguma coisa que está em lugar de outra, ou por essa outra*". E destaca:

> Peirce define-o como <<something which stands to somebody for something in some respect or capacity>> (PEIRCE, 1931, 2.228), definição que se pode traduzir como: *algo que aos olhos de alguém significa outra coisa em alguma circunstância ou competência*>>. (ECO, 2004, p. 30)[4]

A expressão "em alguma circunstância", quer significar que o signo não representa a totalidade do objeto, mas o representa de um certo ponto de vista ou com o fim de um certo uso prático.

De nossa parte, optamos por usar a palavra signo, com inicial minúscula, quando nos referimos à tríade, e signo, com a inicial maiúscula, quando nos referimos ao *representâmen*, conceito que será visto mais adiante.

Seguindo Morris (cf. ECO, *op. cit*., p. 31)[5], Eco propõe que se considerem pelo menos três dimensões de apresentação do signo que interferem no processo de significação: a semântica, a sintática e a pragmática. Esses três modos de considerar o signo são interdependentes, há que considerá-los todos e ao mesmo tempo, pois um interfere no outro e o resultado do processo vai depender de todas as circunstâncias em que o signo se apresenta. A dimensão semântica é todo o potencial de sentido que o signo carrega ao longo da sua história de uso. A dimensão sintática é a restrição imposta pela sequência de outros signos e mesmo pela constituição interna do seu significante, a sua estrutura morfológica, tudo isso com base em regras de combinação. A dimensão pragmática, não necessariamente desvinculada da semântica, diz respeito às origens do signo, aos seus efeitos sobre os destinatários, aos usos que dele se fazem etc.

Pode-se aplicar a proposta de Eco ao seguinte trecho do **texto 1** do *corpus*:

Texto 1 (trecho – 1º parágrafo)

3 Escrever palavras entre barras ou entre aspas são artifícios gráficos propostos por Eco para indicar signos assumidos na sua forma significante (entre barras) ou que se trata de um significado (entre aspas) (cf. ECO, 2004, p. 28). Decidimos manter essa forma nesta paráfrase do seu texto.

4 Essa definição também pode ser vista em: PEIRCE, 2010, p. 46, §228, traduzida na seguinte forma: "aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém".

5 Essas três dimensões baseiam-se na distinção de Morris (1946).

Sem mapas (05/09/2015)

As nações precisam de dois mapas de voo: para enfrentar as dificuldades de curto prazo e para orientar os rumos históricos em direção ao futuro. Nós estamos sem qualquer destes dois mapas e com pilotos sem credibilidade, pelos equívocos na condução da economia e pelas falsas promessas na campanha, além de incompetência na formulação dos ajustes necessários para corrigir os próprios erros.

(...)

O autor utiliza a metáfora **"mapas de voo"** (expressão substantiva) para designar uma espécie de instrumento-guia que deveria orientar os governos para o enfrentamento das dificuldades de curto prazo e em relação aos rumos a tomar em direção ao futuro. Os governantes seriam **"pilotos"** e, no caso específico do Brasil, estaríamos "sem qualquer destes dois **mapas** e com **pilotos sem credibilidade**". O aspecto icônico da metáfora contribui, nesse caso, para uma maior precisão de sentido, à medida que **"mapas"** e **"pilotos"** aplicam-se perfeitamente aos seus referentes, pelas qualidades que exaltam de guiar e orientar (dimensão semântica). O sintagma preposicional "sem credibilidade" atribui uma qualidade negativa a esses **"pilotos"** e, sintaticamente, contribui para expandir a expressão substantiva – **"pilotos sem credibilidade"** (dimensão sintática). O efeito pragmático disso é uma desqualificação do referente, proporcionada pela capacidade que as expressões substantivas têm, como signos icônicos, de encapsular valores e qualidades (dimensão semântica), enquanto designam (dimensão pragmática). Essa desqualificação do objeto de referência proporcionada pela expressão substantiva, no trecho que corresponde à tese, no texto dado, é um indicativo − *índice* (valor semiótico) − do sentido da argumentação, que já se inicia no mesmo parágrafo, com o trecho: "pelos equívocos na condução da economia e pelas falsas promessas na campanha, além de incompetência na formulação dos ajustes necessários para corrigir os próprios erros".

Vê-se que a formação semântico-sintática da expressão substantiva contribui, nesse caso, para o seu efeito semiótico-pragmático.

1.5.2 O signo de Peirce

Para os fins que almejamos, o modelo de signo saussureano, constituído apenas por um significante e um significado, já não atende às nossas expectativas. Foi muito útil à visão estruturalista da língua, predominante no século XX, e não foi só essa a contribuição de Saussure: suas ideias são mesmo a base dos estudos linguísticos da atualidade e serviram para o desenvolvimento de uma consciência semiótica. Hoje, entretanto, urge considerar os diversos fatores associados à linguagem, observados por ele próprio (Saussure), mas não contemplados na dualidade do seu signo, a saber: fatores biológicos, físicos, psíquicos, individuais, sociais, históricos, estéticos e pragmáticos (cf. BENVENISTE, 2005 [1966], p. 35). Para tentar contemplá-los, ao menos em certa medida, precisamos de um modelo de signo que comporte a dinamicidade da linguagem, os sentidos ocultos, situados, atualizados. É nesses aspectos que o modelo triádico de Peirce, formado por três elementos ou *entidades semióticas* − o Signo (representâmen), o seu Objeto e o Interpretante −, nos atende.

Para uma investigação como esta, faz-se necessário compreender como funciona essa tríade.

Nesse modelo, a relação entre cada dois desses elementos é mediada pelo terceiro. Assim, a semiose é entendida como uma ação, uma influência tri-relativa, envolvendo a cooperação dos três elementos.

Nessa concepção, o Signo é qualquer coisa de qualquer espécie (uma palavra, um livro, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma pessoa, uma mancha de tinta, um vídeo etc.) que representa uma outra coisa (o Objeto), e que produz um efeito interpretativo (o Interpretante) em uma mente real ou potencial. Assim como o Signo, o Objeto também pode ser qualquer coisa de qualquer espécie. O que faz dessa coisa um Objeto é o fato de ser representada pelo Signo. Desse modo, o que define o Signo (aqui entendido como o representâmen), o Interpretante e o Objeto é a posição lógica que cada um deles ocupa no processo representativo. Santaella explica que um filme que nasce da adaptação de um romance é um signo desse romance, mas o romance também pode ser um signo daquilo que representa (os costumes de uma época, por exemplo). No primeiro caso, o romance é o Objeto, enquanto, no segundo, é o Signo. O efeito da representação do Objeto pelo Signo é o

Interpretante. O Signo é, assim, mediador entre o Objeto e o Interpretante. Na interpretação, os leitores só têm acesso ao Objeto representado pela mediação do Signo. Além disso, os efeitos interpretativos dependem do modo como o Signo representa o seu Objeto (cf. SANTAELLA, 2002, pp. 8-9).

Como isso funciona na produção textual e na leitura? Considerando-se a seleção lexical, o produtor do texto, de acordo com o seu repertório linguístico, recorre ao eixo paradigmático de signos, tentando prever os prováveis efeitos (Interpretantes) decorrentes das diferentes possibilidades de escolha, para, a partir disso, selecionar as palavras ou expressões (Signos) que melhor representarão as suas ideias (Objetos). A seu turno, o leitor, ao deparar-se com os signos escolhidos pelo produtor, recorrerá ao seu próprio acervo de significados possíveis (Interpretantes) para esses Signos, levando em conta todas as características circunstanciais do evento comunicativo (o contexto e o cotexto), com a finalidade de depreender os sentidos (Objetos) apropriados para o texto. É claro que a eficácia nessa comunicação entre o produtor e o leitor depende da proficiência do primeiro, em suas escolhas, e do segundo, na interpretação.

Vê-se que a concepção do signo de Peirce é mais abrangente que a de Saussure. E o é não só porque inclui o Interpretante, mas também porque considera uma série mais ampla de fenômenos sígnicos, que vai além dos signos intencionais, além dos signos da comunicação humana. Para Peirce, um signo é qualquer coisa que está para alguém no lugar de algo "sob determinados aspectos ou capacidades". Mais criterioso, em certo sentido, Eco propõe "definir como signo tudo quanto, à base de uma convenção social previamente aceita, possa ser entendido como ALGO QUE ESTÁ NO LUGAR DE OUTRA COISA" (ECO, 2012 [1976], p. 11 – grifo do autor). Também na visão de Eco, é preciso haver semiose, ou seja, é preciso haver a possibilidade de interpretação por um possível intérprete (um destinatário humano), um código que estabeleça uma *função sígnica* e um emitente (não necessariamente humano, não necessariamente intencionado).

É preciso, também, não confundir o Signo com o seu Objeto: o Signo representa o Objeto, mas não é igual a ele. Quando Peirce se refere à relação do Signo com o Objeto sob certos aspectos ou capacidades, quer também assinalar que o Signo não está para o Objeto em sua totalidade, mas apenas sob esses aspectos ou capacidades.

Há mais sobre a relação do Signo com o Objeto:

> Se um Signo é algo distinto de seu Objeto, deve haver, no pensamento ou na expressão, alguma explicação, argumento ou outro contexto que mostre como,

> segundo que sistema ou por qual razão, o Signo representa o Objeto ou conjunto de Objetos que representa. (PEIRCE, 2010, p. 47, §230)

Essa relação do Signo com o Objeto por meio do pensamento pode ser demonstrada no seguinte trecho da conclusão do **texto 1**:

Texto 1 (trecho – parágrafo conclusivo)

Sem mapas (05/09/2015)

(...)

Se fosse empresa, o Brasil teria de pedir concordata: substituir diretores, vender patrimônio, renegociar dívidas, reduzir salários, demitir trabalhadores, parar todos investimentos. Como não é empresa, a Constituição impede de tomar quase todas essas medidas; deixando o país quebrado e sem mapa.

Nesse trecho, o nome **"empresa",** associado ao Brasil, é avaliado em suas qualidades potenciais, que são os próprios argumentos para a escolha. O signo **"empresa",** no texto dado, representa o seu objeto/referente (o Brasil) por meio das qualidades que evoca. O Brasil não é uma empresa, mas, se fosse, teria essas qualidades/capacidades. Foi pensado como empresa. Ao fazer a associação, o autor evoca essas qualidades e as aplica ao referente. A associação é sugerida e aceitável porque, apesar de, juridicamente, o país não ter o estatuto de uma empresa, em alguns aspectos funciona como se fosse uma.

O pensamento é, para Peirce, "o principal, senão o único modo de representação" (PEIRCE, *op. cit.*, p. 64, §274). A representação é um processo cognitivo, um processo contínuo de associações várias por meio de pensamentos. Sempre que pensamos, temos presente na consciência algum sentimento, imagem, concepção ou outra representação que serve como signo, o qual será sempre interpretado por um pensamento nosso (ou de outra pessoa) subsequente. Cada um dos pensamentos anteriores sugere algo do pensamento que se segue, isto é, é signo de algo para esse último.

> O signo-pensamento representa seu objeto sob o aspecto em que ele é pensado; isto é, este aspecto é o objeto imediato da consciência no pensamento ou, em outras palavras, é o próprio pensamento, ou, pelo menos, aquilo que se pensa ser o

> pensamento no pensamento subsequente para o qual ele é um signo. (PEIRCE, *op. cit.*, p. 270, §286)

O Signo pode apenas representar e referir-se ao Objeto, possuir uma familiaridade com ele, a fim de veicular alguma informação sobre ele. Então, é necessário que o interlocutor para quem o signo veicula a informação perceba essa relação entre o Signo e o Objeto, que tenha a mínima familiaridade, direta ou indiretamente, com esse Signo desse Objeto, para que compreenda a informação. De outro modo, isso não é um signo, não sendo, então, possível fazer associações e interpretações devidamente. Toda interpretação é feita dentro de um horizonte de referências e é isso que determina os limites interpretativos e faz com que toda interpretação seja icônica.

Quanto à função sígnica, Eco explica:

> Quando um código associa os elementos de um sistema veiculante aos elementos de um sistema veiculado, o primeiro se torna a *expressão* do segundo, o qual, por seu turno, torna-se o *conteúdo* do primeiro.
> Há função sígnica quando uma expressão se correlaciona a um conteúdo, tornando-se ambos os elementos correlatos *funtivos* da correlação.
> (...)
> Um signo é sempre constituído por um (ou mais) elementos de um PLANO DA EXPRESSÃO convencionalmente correlatos a um (ou mais) elementos de um PLANO DO CONTEÚDO. (ECO, 2012, p. 39)

Eco ressalta que somente nesse sentido se pode aceitar a definição de Saussure, segundo a qual um signo é a correspondência entre um significado e um significante. Na sua concepção, entretanto, essas correlações são transitórias:

> Uma função sígnica se realiza quando dois funtivos (expressão e conteúdo) entram em mútua correlação: mas o mesmo funtivo pode também entrar em correlação com outros elementos, tornando-se assim um funtivo diferente, que dá origem a uma outra função sígnica. (ECO, *op. cit.*, p. 40)

Essa noção de *função sígnica* serve a Eco para introduzir a sua Teoria dos Códigos, mas, para o nosso propósito, só nos interessa até aqui, para explicar que o Signo, na concepção adotada, atua sobre o Objeto, que essa relação é recíproca – o Objeto causa o Signo, daí, a relação icônica − e que o Representâmen e até mesmo o Objeto podem ser, tanto um quanto outro, signos de outros objetos.

Por uma análise fundamentada na concepção de signo apresentada, é possível depreender as qualidades e os valores implicados nas escolhas lexicais, nas quais se enquadra a escolha da expressão substantiva.

No texto com propósito argumentativo, no qual está implicada uma intenção de persuadir, as escolhas lexicais são de fundamental importância, pela força argumentativa que têm. Na visão semiótica, do ponto de vista da produção textual, as expressões substantivas têm o potencial de pôr em evidência qualidades que reflitam os valores que se quer exaltar, em função de uma tese ou de uma opinião. Do ponto de vista da leitura ou interpretação, essas expressões são "chaves" na orientação dos sentidos e devem ser examinadas com o propósito de observar o que elas representam, indicam ou simbolizam, como constituintes argumentativos que são.

No texto 2, Cristovam Buarque emprega as expressões "**Cortina de Ferro**" e "**Cortina de Ouro**", fazendo uma associação entre a famosa divisão político-econômica europeia (Europa Oriental e Europa Ocidental) e uma divisão que considera do mesmo gênero e que costuma ocorrer entre países ou internamente, em países como o Brasil. Essa associação é feita com base nas qualidades evocadas por essas expressões.

Texto 2

Cortina de Ouro (19/10/2013)

Em uma noite morreram 359 pessoas tentando atravessar o Mediterrâneo, de países pobres para ricos. Estima-se que 280 morreram, em um único ano, tentando atravessar a fronteira entre a América Latina e os Estados Unidos, contra 809 que morreram tentando pular o muro de Berlim em todos os 28 anos de sua história. O número de mortes é muito maior se considerarmos milhões que morreram por não terem dinheiro para saltar os muros dos bons hospitais em busca de atendimento médico com qualidade.

O mundo derrubou a **Cortina de Ferro**, separando a **escassez nos países socialistas** dos **benefícios nos países capitalistas**, e construiu uma **Cortina de Ouro**, que serpenteia o planeta por dentro de cada país, separando **as necessidades dos pobres** d**os privilégios dos ricos**.

O que aconteceu à margem da Ilha de Lampedusa chamou atenção pelo tamanho da barbaridade concentrada em uma noite sobre emigrantes tentando sair da pobreza da África para a riqueza da Itália. Mas todos os dias morrem muito mais pessoas por não conseguirem

saltar os muros que fazem parte da **Cortina de Ouro**, que cercam as boas escolas para impedir que nelas entrem crianças de famílias de baixa renda. De um lado do muro, uma famosa foto mostra o edifício de apartamentos de luxo no bairro Higienópolis de São Paulo e, no outro, uma favela chamada Paraisópolis.

A escada que permitiria o salto de um lado para o outro seria colocar as crianças dos dois lados em escolas com a mesma qualidade.

Mas a **Cortina de Ouro** está sendo consolidada entre países, por muralhas ou polícia de fronteira; e, dentro de cada país, visíveis ou não, pelos muros de shopping-centers, escolas, hospitais e condomínios. Mas, em vez de espalhar os benefícios construídos pela modernidade, a civilização parece estar preferindo fazer uma humanidade dividida. O Brasil é um exemplo. Somos um país dividido, com a população separada por uma **Cortina de Ouro**.

A tarefa dos abolicionistas foi derrubar, por meio de uma lei, o muro que separa escravos-negros de livres-brancos. A **Cortina de Ferro** foi derrubada pelos martelos nas mãos dos moradores de Berlim Oriental. A derrubada da **Cortina de Ouro** só será possível com leis que assegurem ao professor brasileiro ser tratado com o reconhecimento máximo.

Mas parece que estamos longe disso. Talvez não seja coincidência que, no mês em que morrem africanos fugindo para a Itália, nas vésperas do Dia do Professor, tenhamos mestres em greve no Brasil, em busca de pequenos aumentos salariais. Alguns deles sendo vítimas de violência policial.

Ao cometer o crime de depredar bens públicos ou privados, os manifestantes, ao lado dos professores, estão provavelmente sem saber e por caminhos errados lutando para derrubar a **Cortina de Ouro**, como os berlinenses fizeram com a cortina de ferro.

A **"Cortina de Ouro"**, segundo o autor, consolida-se "entre países, por muralhas ou polícia de fronteira; e, dentro de cada país, visíveis ou não, pelos muros de shopping-centers, escolas, hospitais e condomínios" (5º capítulo). A qualificação por associação parece dar-se pela atitude separatista representada por ambas as divisões, o que se confirma no seguinte

trecho: "(...) em vez de espalhar os benefícios construídos pela modernidade, a civilização parece estar preferindo fazer uma humanidade dividida" (idem). E ainda por este: "O Brasil é um exemplo. Somos um país dividido, com a população separada por uma Cortina de Ouro" (idem). Mas não é só essa qualidade que se destaca na associação: **"Cortina de Ferro"** sinaliza uma oposição entre **"a escassez nos países socialistas"** e **"os benefícios nos capitalistas"** (2º parágrafo). E **Cortina de Ouro** sinaliza a oposição entre **"as necessidades dos pobres"** e **"os privilégios dos ricos"** (idem), expressos por essas quatro ES. Tanto no primeiro caso como no segundo, estão implicados aspectos político-econômicos. O signo ***Ferro*** indica "dureza" e, na ES **"Cortina de Ferro"** – surgida em um discurso do primeiro-ministro britânico Winston Churchill, proferido a 5 de março de 1946, para designar o domínio da extinta União Soviética sobre os países do leste da Europa – , no texto em análise, referindo-se ao mesmo evento, representa um critério para classificar e separar sistemas político-econômicos mais ou menos autoritários, mais especificamente, pelo modo de distribuição de lucros que caracteriza cada um desses sistemas, os quais envolvem conceitos como sociedade, capital, lucro, trabalho e poder, interferindo nos modo de vida da sociedade. ***Ouro*** indica riqueza e, na ES **"Cortina de Ouro",** classifica grupos mais ou menos abastados da sociedade capitalista e também tem relação com os modos de vida da sociedade. Nota-se que tanto as associações como as oposições implicam aspectos qualitativos dos signos.

Se contemplarmos um pouco mais as duas expressões, **"Cortina de Ferro"** e **"Cortina de Ouro"**, no texto de Buarque, verificaremos que a primeira tem uma motivação histórica e que a segunda se motiva na primeira e, se não foi criada pelo autor, foi por ele selecionada para, associada à outra, participar dessa argumentação. Essas motivações − perfeitamente ajustadas ao viés ideológico que orienta a argumentação do autor (um defensor dos direitos humanos, constitucionais, igualitários) em vista do seu auditório − pertencem ao *interpretante* dos signos em análise e manifestam-se por meio de *qualissignos*.[6]

As qualidades vistas acima são o principal argumento para legitimar a associação das duas expressões e corroborar a tese do autor de que: "O mundo derrubou a Cortina de Ferro, separando a escassez nos países socialistas, e construiu uma Cortina de Ouro, que serpenteia o planeta por dentro de cada país, separando as necessidades dos pobres dos privilégios dos ricos" (2º parágrafo).

[6] Os conceitos de *interpretante* e de *qualissigno* serão mais explicitados em seções seguintes, como elementos constitutivos do signo de Peirce.

As ES **“a escassez nos países socialistas”**, **“os benefícios nos capitalistas”**, **‘as necessidades dos pobres’** e **‘(os) privilégios dos ricos’”** (2º parágrafo) são critérios de classificação decorrentes de um avaliação e fundamentados em qualidades que se apresentam como *qualissignos*.

Vê-se, assim, que as qualidades postas em evidência pela expressão substantiva são argumentos. Qualidades são o principal aspecto dos signos icônicos. Daí, a necessidade de uma investigação no âmbito da iconicidade.

1.5.2.1 Elementos constitutivos do signo de Peirce

A constituição do signo de Peirce é a chave da concepção de signo que propicia uma visão da iconicidade na linguagem. Esta seção propõe-se a apresentar essa constituição, tendo em vista a análise da iconicidade na atividade de interpretar textos.

1.5.2.1.1 O Interpretante

O conceito de *interpretante* é abrangente.

Eco (2012, p. 10) entende o interpretante como “um outro signo o qual explica o signo precedente, e assim ao infinito”, mas admite que Peirce também o tenha pensado “como um evento psicológico que ‘ocorre’ na mente de um possível intérprete”, estimando, com isso, um campo de possibilidades de sentido e o processo infinito da semiose, no âmbito do interpretante. O interpretante também tem função mediadora: “Como se verá, um signo pode estar para algo aos olhos de alguém somente porque essa relação (estar-para) é mediada por um interpretante” (ECO, *op. cit.*, p. 10).

Pignatari conceitua o interpretante de Peirce como um “processo relacional pelo qual os signos são absorvidos, utilizados e criados”. O interpretante é, assim, “uma espécie de Supersigno ou Supercódigo individual ou coletivo, que reelabora constantemente o seu repertório de signos em confronto com a experiência, conferindo aos signos, em última instância, o seu significado real, prático” (PIGNATARI, 2008, pp. 32-33).

Para Simões, o interpretante é algo que o representâmen "cria na mente do intérprete (receptor, decodificador)", ou seja, "um sinal equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido", ou ainda: uma representação do primeiro signo (cf. SIMÕES, 2004, p.108).

Segundo Santaella, o interpretante de Peirce é, também, o potencial interpretativo do signo, a sua interpretabilidade ainda no nível abstrato, antes de o signo encontrar um intérprete em que esse potencial se efetive. Esse é um primeiro nível do interpretante, chamado de *interpretante imediato*, que é interno ao signo (cf. SANTAELLA, 2002, p. 24).

Graças ao interpretante, os significados não estão "presos" aos textos ou às palavras, são reconstruídos ou atualizados no processo de produção de sentido. Mas o poder para ser interpretado parece estar no próprio signo. É isso que Santaella quer demonstrar com o exemplo de um livro em uma livraria, que tem um potencial para ser interpretado antes mesmo que alguém o tenha folheado: "As palavras estão lá com toda a carga de significação que elas contêm. Quando um leitor ler o livro, algo dessa carga de significação se atualizará, se efetivará" (SANTAELLA, *op. cit.*, p. 24). Isso também ocorre com uma pintura na parede, músicas em um CD, um filme etc.. Esse potencial pertence ao signo na sua objetividade e delineia o seu perfil de interpretabilidade: "Uma comédia no teatro ou cinema, por exemplo, não está apta a levar seus espectadores ao choro" (SANTAELLA, *op. cit.*,p. 24). A *semiose ilimitada*[7] existe, assim, dentro dos limites de interpretabilidade do signo. No signo linguístico, tais limites definem-se nos níveis semântico, sintático e pragmático.

Nesse sentido, o leitor deve ter a matéria verbal como referência para a sua interpretação e analisar todas as possibilidades de sentido, especialmente os sentidos pragmáticos – em textos argumentativos, os efeitos que o texto possivelmente tem a intenção de provocar, para persuadir –, verificando o(s) que melhor se ajuste(m) à situação e pelo qual (pelos quais) é capaz de deixar-se influenciar.

Vimos assim que, na prática com o texto, a *produção ininterrupta* de signos inicia-se na seleção dos constituintes textuais, passando pela combinação e organização desses elementos, e completa-se (provisoriamente) na interpretação – porque nenhuma interpretação é definitiva. Nesse percurso, estabelecem-se as relações entre as palavras, as expressões e os símbolos e seus usuários, baseados em *princípios de cooperação*, sem os quais não é possível interpretar. Na perspectiva pragmática, podemos analisar esses princípios e essas relações. A visão

[7] *Semiose ilimitada* é uma expressão criada por Peirce para referir-se ao processo infinito de significação. Para aplicá-la ao seu modelo semiótico de comunicação (como produção e troca de sentido), entendendo que o objeto-texto é reconstruído a cada leitura, Simões explica: "Para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos; mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente (uma mensagem que se traduz em outra que se traduz em outra: é a semiose ilimitada)" (SIMÕES, 2007: p. 32).

semântica vai-nos ajudar a analisar os signos "como unidades capazes de reunir traços suficientes à orientação do intérprete na direção dos significados e sentidos próximos ou apropriados para o texto" (SIMÕES, 2004, p. 116), dentro dos seus limites de interpretabilidade. É importante acrescentar que uma interpretação não é necessariamente melhor que outra: embora diferentes, todas podem ser válidas, desde que ancoradas no texto.

1.5.2.1.2 O Representâmen

Para Peirce, nenhum Representâmen funciona como tal até determinar um Interpretante. Isso pode ser visto na sua própria definição de signo: "Um *Signo* é um Representâmen com um Interpretante mental" (PEIRCE, 2010, 63, §274). Cumpre, nesse caso, observar que a noção de Signo é diferente da noção de Representâmen, embora as duas, às vezes, se sobreponham. Peirce entende que todos os signos transportam noções para mentes humanas, mas não vê por que motivo todo representâmen também deva fazer isso[8] (cf. PEIRCE, 1931, p. 220 - CP 1.540, trad. nossa). Entendemos, então, que o Signo é factual, é alguma coisa que transporta alguma noção definida do objeto em algum momento, sob alguma circunstância, para alguém. Ele representa o objeto no sentido de que opera uma relação com o objeto para o intérprete dessa representação, transportando uma ideia do objeto já conhecida. Já o Representâmen é um dos *sujeitos* operacionais (ou seja: é um conceito operacional) dessa relação triádica.

Eis o que Peirce diz sobre o Representâmen:

> O REPRESENTÂMEN é um sujeito da relação triádica para um segundo, chamado seu OBJETO, para um terceiro, chamado seu INTERPRETANTE, esta relação triádica sendo de tal modo que o REPRESENTÂMEN determina seu interpretante para ficar na mesma relação triádica para o mesmo objeto para algum interpretante[9]. (PEIRCE, 1931, p. 221 – CP 1.541, trad. nossa).

---

8 O texto-base em língua estrangeira é: "all signs convey notions to *human minds*; but I know no reason why every representamen should do so".

9 O texto em língua estrangeira é: "A REPRESENTAMEN is a subject of a triadic relation TO a second, called its OBJECT, FOR a third, called its INTERPRETANT, this triadic relation being such that the REPRESENTAMEN determines its interpretant to stand in the same triadic relation to the same object for some interpretant" (Os grifos são do autor).

Já sabemos que um signo representa o seu objeto em algum aspecto, com referência a um tipo de ideia. Essa ideia é denominada *fundamento* do Representâmen, que não deixa de ser o fundamento do signo. Em virtude disso, além de ligar-se com o Objeto e com o Interpretante, o Representâmen também se liga ao fundamento.

1.5.2.1.3 O fundamento do signo

A visão do fundamento como um constituinte do signo é da maior importância para as análises que vamos empreender.

Há três propriedades formais que dão às coisas a capacidade para funcionar como signos: sua mera qualidade, sua existência e seu caráter de lei. Essas são as três categorias fenomenológicas. Todas as coisas têm essas propriedades, é por isso que todas elas podem ser signos.

Santaella explica que, quando a qualidade funciona como fundamento do signo, essa qualidade é um *qualissigno*. A autora exemplifica o *qualissigno* com a cor azul-claro:

> Ora, uma simples cor, como o "azul-claro", imediatamente produz uma cadeia associativa que nos faz lembrar céu, roupa de bebê etc.; por isso mesmo, esse tom de azul costuma ser chamado de azul-celeste ou azul-bebê. A mera cor não é o céu, não é a roupa de um bebê, mas lembra, sugere isso. Esse poder de sugestão que a mera qualidade apresenta lhe dá capacidade para funcionar como signo, pois, quando o azul lembra o céu, essa qualidade da cor passa a funcionar como um quase-signo do céu. (SANTAELLA, 2002, p. 12)

Todas as coisas têm a propriedade de existir, propriedade de ocupar um lugar no tempo e no espaço, de reagir e conectar-se a outros existentes. Cada existente é multiplamente determinado por uma série de referências a que se aplica e em relação aos outros existentes, mais do que isso, é uma síntese dessas múltiplas determinações. Essa propriedade faz daquilo que existe um signo. O existente é, assim, signo de todas as suas referências possíveis. Essa propriedade chama-se *sin-signo,* onde "*sin*" quer dizer singular. Uma pessoa é um *sin-signo*.

Uma lei é uma abstração operativa. Ela age sobre um singular, fazendo com que este se conforme, se amoldando à sua generalidade. Um signo que tem a propriedade da lei é um *legissigno*. As palavras, as convenções socioculturais, as leis do direito funcionam como *legissignos*.

Essas três propriedades, na maior parte das vezes, operam conjuntamente, uma não exclui a outra e, em algumas ocasiões, uma prevalece sobre a outra, como no caso da arte, da música, da poesia, em que a propriedade puramente qualitativa fica proeminente.

Dizemos que as palavras são regidas por leis (são simbólicas) porque pertencem a um sistema e, por pertencerem a tal sistema, as palavras se conformam às regras desse sistema (combinatórias de sons e de sequências de palavras, próprias da língua em questão). A lei desse sistema a que estão subordinadas é que permite que as palavras sejam entendidas, significando aquilo que o sistema determina que elas signifiquem.

O fundamento é a propriedade do signo que está sendo considerada. Dependendo do fundamento, será diferente o modo de representar o objeto. Os tipos de relação que o signo pode ter com o objeto também são três, dependendo da propriedade considerada: qualidade, existente ou lei. Se o fundamento for um *qualissigno*, o signo será um *ícone*; se for um existente, ele será um *índice*; se for uma lei, será um *símbolo* (cf. SANTAELLA, 2002, p. 12-14).

As palavras, e aqui nos referimos especialmente às expressões substantivas, podem, em algum momento, ser consideradas pelas qualidades que evocam, como signos icônicos, e, em outra circunstância ou ocasião, ser consideradas em outros aspectos, como signos indiciais ou simbólicos. No nosso caso, o fato de as estarmos considerando como signos icônicos explica-se pelo foco em suas qualidades sugestivas, mas isso não quer dizer que as mesmas expressões, e até nas mesmas circunstâncias, não possam estar indicando ou simbolizando algo.

1.5.2.1.4 Objeto dinâmico e Objeto imediato

Santaella (2002, p. 15) afirma que “os signos só podem se reportar a algo, porque, de alguma maneira, esse algo que eles denotam está representado dentro do próprio signo”. As palavras e as frases que pronunciamos referem-se a algo; a fotografia apresenta-nos uma imagem de alguma coisa que a câmera capturou; uma sequência melódica sugere-nos algo. Essa coisa à qual o signo se reporta é o seu *objeto dinâmico*. Entretanto, só temos acesso ao *objeto dinâmico* por meio do *objeto imediato*, que é o modo como o signo representa, indica ou sugere aquilo a que ele se refere (o objeto dinâmico, nunca atingível). O objeto imediato é

uma espécie de “recorte específico” que o signo apresenta do seu referente, em função de uma ideologia, de uma intenção de sentido.

> Dependendo da natureza do fundamento do signo, se é uma qualidade, um existente ou uma lei, também será diferente a natureza do objeto imediato do signo e, consequentemente, também será diferente a relação que o signo mantém com o objeto dinâmico. Vem daí a classificação dos signos em ícones, índices e símbolos. Assim, o objeto imediato de um ícone só pode sugerir ou evocar seu objeto dinâmico. O objeto imediato de um índice indica seu objeto dinâmico e o objeto imediato de um símbolo representa seu objeto dinâmico. (SANTAELLA, 2002, p. 16)

O objeto imediato pode ser de três tipos, de acordo com o fundamento do signo: o objeto imediato do qualissigno icônico tem caráter descritivo, porque determina seu objeto dinâmico declarando seus caracteres e, nesse caso, o objeto dinâmico é um possível e o signo, em si mesmo, um abstrativo; o objeto imediato do sin-signo indicial tem caráter designativo, pois dirige a retina do intérprete para o objeto dinâmico em questão e, nesse caso, o objeto dinâmico é uma ocorrência, coisa existente ou fato atual do passado ou do futuro e o signo, em si mesmo, é algo concreto, um existente; o objeto imediato do legissigno simbólico é um copulante, pois representa seu objeto expressando as relações lógicas que tem com o objeto dinâmico e o objeto dinâmico correspondente é um necessitante, algo de caráter geral, um tipo, e o signo em si é um coletivo.

Essa visão do signo, do fundamento e dos objetos imediato e dinâmico ajuda a compreender melhor como funciona a expressão substantiva. Nessa linha de raciocínio, no tratamento que damos à expressão substantiva, sobressai principalmente o seu caráter *icônico-indicial*, pela sua função descritivo-designativa nos textos, isto é, como um signo que determina o seu objeto dinâmico declarando seus caracteres, por meio das qualidades que exibe, fazendo isso enquanto designa, embora, às vezes, pelo seu caráter representativo, precisemos recorrer aos aspectos simbólicos desses signos. Como signo icônico, por seu caráter abstrativo, o seu objeto dinâmico é uma possibilidade e, como signo indicial, por seu caráter designativo-indicativo, o seu objeto dinâmico é um existente/referente determinado entre possíveis interpretantes. Como *qualissigno*, reflete a organização dos “dados perceptivos por atributos e intencionalidade”, a que se referem os PCN (v. Introdução). Isso corrobora a necessidade de investigações como esta, que levem em conta (uma proposta dos PCN): a verificação do “estatuto dos interlocutores participantes do processo comunicativo, as escolhas discursivas e os recursos expressivos utilizados” e “que vincule o aluno ao caráter intrassubjetivo, intersubjetivo e social da linguagem” (v. Introdução).

1.5.2.2 *Qualissigno* e processo metafórico

Damos uma atenção especial ao *qualissigno*, por ele ser o fundamento do ícone. Já nos reportamos ao exemplo de Santaella, da cor azul clara representando o céu. Ela sugere o céu com base na sua qualidade. Apliquemos essa ideia à palavra *tsunami*. A velocidade da onda, a surpresa e as consequências negativas de dimensão catastrófica são qualidades de uma *tsunami* (no sentido literal, denotativo). Essas qualidades têm sido aproveitadas em diversos textos da mídia e até na política, dando uso à palavra em sentido conotado, com referência a fatos que apresentam qualidades similares, ou seja: fatos que ocorrem com certa velocidade, inesperados, surpreendentes e com possíveis consequências negativas de dimensões catastróficas. O próprio senador Cristovam Buarque (PDT), autor dos artigos que compõem o *corpus* desta tese, teria usado essa metáfora, em discurso, para referir-se a uma profunda crise em que a economia brasileira entraria e que ele via como "um verdadeiro tsunami"[10]. Emprega-se a metáfora *tsunami* para nomear fatos que se julga terem as mesmas qualidades (vistas acima) do objeto denotado por essa palavra em seu sentido literal, a onda gigante, a primeira referência que se conhece para essa palavra. Esse lexema carrega semas que podem ser associados tanto a um quanto a outro objeto, desse modo, são as qualidades sugestivas do signo que promovem a associação.

O emprego metafórico da palavra tem como fundamento um qualissigno. A metáfora é uma das subdivisões dos signos icônicos na perspectiva peirceana. Segundo Santaella, nessa perspectiva,

> as metáforas (...) representam o caráter representativo de um signo e traçam um paralelismo com algo diverso. Caráter representativo refere-se àquilo que dá ao signo poder para representar algo diverso dele. É isso que as metáforas representam. Extraem tão-somente o caráter, o potencial representativo em nível de qualidade, de algo e fazem o paralelo com alguma coisa diversa. Há sempre uma forte dose de mentalização e acionamento de significados nas metáforas. (SANTAELLA, 2004, p. 120)

[10] Fonte: Senado / 5 de abril de 2011, cf. site do Partido Democrático Trabalhista, disponível na Internet, via: http://www.pdt.org.br/noticias/cristovam-alerta-para-falta-de-profissionais-por-falha-na-educacao (Acesso em: 24/02/2016).

A linguagem é, em si mesma, metafórica. Se tratarmos especialmente das palavras e expressões que escolhemos para representar as nossas ideias sobre as coisas, facilmente observaremos esse processo de metaforização. Escolhemos palavras ou expressões para nomear a partir de uma avaliação e de uma associação identitária entre nomes e objetos a nomear, com base no poder sugestivo das palavras, a partir das qualidades que exibem. Nesse sentido, há vários níveis de metaforização. A *metáfora*, no sentido visto desde Aristóteles, a que costumamos usar para a classificação do fato estilístico, é o nível mais concreto do processo metafórico. Esse processo, entretanto, ocorre em toda forma de linguagem, especialmente nas tentativas de nomear as nossas ideias sobre as coisas porque, ao escolhermos os signos para nomear, fundamentamos as nossas escolhas em *qualissignos*, ou seja, nas qualidades identitárias entre os signos (nomes) e os objetos.

No **texto 3**, intitulado “As bombas maiores”, o autor faz uso metafórico da palavra “bomba” − uma expressão substantiva, pela sua função sintático-gramatical nuclear e pela sua função semântico-pragmática de nomear − como argumento contra os governos brasileiros atuais.

A análise a seguir mostra como essa metáfora se constrói.

Texto 3 (ES marcadas em negrito. Outros destaques marcados com sublinhado.)

As bombas maiores (22/08/2015)

As pessoas têm a tendência de ver apenas as bombas mais próximas e ignorar aquelas escondidas, que ameaçam o futuro. As bombas do momento são a corrupção que joga **estilhaços de vergonha** sobre todos os políticos, especialmente dos partidos no governo; e o descrédito de um governo que errou na economia, faltou com a verdade na campanha e descumpriu promessas. Apesar disto, o governo vê apenas as bombas imediatistas que ameaçam o equilíbrio fiscal.

A crise política, econômica e moral que atravessamos parece impedir a percepção das bombas que ameaçam o futuro mais distante. Ficamos presos à bomba da corrupção, da inflação, do descrédito da

presidente e dos políticos em geral, não vemos as outras bombas.

A dívida dos estados e municípios já em fase de **explosão**, mesmo assim, ainda é relegada. A **explosão** de gastos públicos, face às limitações da imensa carga fiscal, destroçará as contas públicas. Nossos entes federados estão atravessando a linha que separa dificuldades fiscais conjunturais da falência estrutural, com suas consequências sobre os serviços públicos e os salários dos servidores. A Previdência explodirá em algum momento não muito distante, trazendo **sacrifícios devastadores** sobre a população mais velha do país e penalizando os jovens.

A pobreza − sobretudo depois de ter sido escondida pelo marketing governamental dos últimos anos, afirmando que ela teria sido transformada em classe média porque, endividando-se, consegue comprar alguns equipamentos domésticos – está explodindo na miséria da falta de educação, saúde, segurança, mobilidade. A violência urbana é uma bomba que explode como uma guerra civil de proporções gigantescas, matando quase 60 mil brasileiros por ano.

Nossa má educação e o consequente atraso na ciência e na tecnologia, que nos deixa cada dia mais atrasados em relação ao resto do mundo, são a bomba que impedirá nosso ingresso no mundo do conhecimento que caracteriza a economia e a sociedade.

O endividamento das famílias pode explodir, inviabilizando nosso sistema financeiro aparentemente sólido e sacrificando a vida de nossa população. A incapacidade de gestão que caracteriza o Estado brasileiro dos últimos anos ameaça o crescimento de nossa economia e o bom funcionamento de nossa sociedade. A baixa poupança de nossas famílias, empresas e governo é uma bomba que impedirá os investimentos necessários à construção de uma infraestrutura eficiente, ao crescimento da economia e ao aumento da produtividade de nossa indústria. O desemprego é **uma bomba trágica de grandes proporções**. **A bomba do consumo de drogas** corrói famílias e anula o potencial de dezenas de milhares de jovens.

Mas, a maior das bombas é a despolitização do debate entre grupos políticos sem visão nem propostas, presos às **pequenas bombas do presente**, sem a percepção das grandes em andamento: o divórcio entre as urnas e as ruas, entre os políticos e o povo, está

explodindo no colo da democracia.

As qualidades identitárias responsáveis pela constituição da metáfora **“bomba”** aparecem ao longo do texto em: a) palavras do campo semântico de “**bomba**”, também empregadas metaforicamente: **“estilhaços”** (1º parágrafo); **“explosão”**, “destroçará” e “explodirá” (3º parágrafo), com as variantes “explode” (4º parágrafo), “explodir” (6º parágrafo) e “explodindo” (7º parágrafo); b) expressões maiores, indicando consequências associadas: expressões substantivas − **“estilhaços de vergonha”** (1º parágrafo), **“sacrifícios devastadores”** (3º parágrafo) e **“bomba trágica de grandes proporções”** (6º parágrafo); c) outros tipos de expressões − “pode explodir”, “sacrificando a vida de nossa população” (6º parágrafo). A metáfora e a argumentação constroem-se com base nessas qualidades identitárias.

É interessante observar que, para fortalecer a argumentação, o autor recorre a adjetivos e locuções adjetivas, com função de adjuntos adnominais, que ampliam o potencial qualitativo do signo **bomba**, já metaforizado e atualizado no contexto, por meio de qualidades que ele atribui a esse signo, resultando nas seguintes ES: **“bomba imediatista”** (1º parágrafo), **“bomba da corrupção”**, **“(bomba) da inflação”**, **“(bomba) do descrédito da presidente e dos políticos em geral”** (2º parágrafo), **“A bomba do consumo de drogas”** (6º parágrafo), **“pequenas bombas do presente”** (7º parágrafo). Recorre também a uma forma mais complexa, uma oração adjetiva restritiva: **“(bomba) que impedirá nosso ingresso no mundo do conhecimento que caracteriza a economia e a sociedade”** (5º parágrafo), a qual também amplia a qualificação, inserindo-se na ES.

1.6 **Noções fundamentais para uma metodologia de análise**

Para aplicar a teoria do signo de Peirce às suas análises, Santaella parte das noções desenvolvidas pelo filósofo sobre a fenomenologia, entendendo por *fenômeno* (palavra derivada do grego *Phaneron*) “tudo aquilo, qualquer coisa que aparece à percepção e à mente” e por *fenomenologia* o estudo que tem por função “apresentar as categorias formais e universais dos modos como os fenômenos são apreendidos pela mente”. De forma

generalizada, em todos esses fenômenos, há três (e não mais que três) elementos formais e universais, aos quais Peirce deu os nomes de *primeiridade, secundidade* e *terceiridade*. Santaella resume essas noções:

> A primeiridade aparece em tudo que estiver relacionado com o acaso, possibilidade, qualidade, sentimento, originalidade, liberdade, mônada. A secundidade está ligada às ideias de dependência, determinação, dualidade, ação e reação, aqui e agora, conflito, surpresa, dúvida. A terceiridade diz respeito à generalidade, continuidade, crescimento, inteligência. A forma mais simples da terceiridade, segundo Peirce, manifesta-se no signo, visto que o signo é um primeiro (algo que se apresenta à mente), ligando um segundo (aquilo que o signo indica, se refere ou representa) a um terceiro (efeito que o signo irá provocar em um possível intérprete). (SANTAELLA, 2002, p. 7)

Nessa concepção, todas as coisas do mundo, reais ou imaginárias, aparecem-nos primeiro como qualidades, depois associadas a alguma coisa que já conhecemos e, finalmente, as interpretamos. Todo esse processo dá-se por uma sequência de signos que produzimos em nossa mente, os quais fazem a intermediação entre a nossa percepção e a realidade. Nessa perspectiva, qualquer coisa pode ser analisada semioticamente.

Até aqui, vimos que há uma relação qualitativa entre o objeto e o representâmen, que o interpretante é o efeito interpretativo que o signo produz numa mente real ou potencial e os dois tipos de objeto, o imediato e o dinâmico. Porém, Peirce viu também três tipos de interpretantes, que correspondem a três passos no processo de interpretação.

O primeiro é o interpretante imediato, um interpretante interno ao signo, é o próprio potencial interpretativo do signo (já visto no exemplo do livro na prateleira antes de ser interpretado por um intérprete).

O segundo é o interpretante dinâmico, ou seja: o efeito que o signo efetivamente produz em um intérprete, um efeito singular para cada intérprete, uma dimensão "psicológica".

Conforme as três categorias: primeiridade, secundidade e terceiridade, o interpretante dinâmico subdivide-se em três níveis: interpretante emocional (uma qualidade de sentimento), interpretante energético (uma ação física ou mental, uma reação, um dispêndio de energia) e interpretante lógico (um efeito interpretativo associado a uma regra internalizada pelo intérprete). Para cada um desses interpretantes, temos uma classe de signo: ícone, índice e símbolo, respectivamente.

Cabe ressaltar que, em relação ao interpretante lógico, Peirce introduziu o conceito da *mudança de hábito*, um elemento que admite a transformação e a evolução no processo

interpretativo, para que não se pense que a significação está condicionada apenas às regras já internalizadas pelo intérprete.

O terceiro nível do interpretante é o interpretante final. Este é um limite imaginável, um limite último de interpretação do signo, o resultado interpretativo a que todo intérprete estaria destinado a chegar, um resultado estimável, mas nunca inteiramente alcançável. Na relação do signo com o interpretante final, encontram-se três níveis de interpretante: *rema*, *dicente* e *argumento*.

Quando o signo for um ícone, ou seja, um signo de possibilidade qualitativa, ele é um *rema* para o seu interpretante final, isto é, não passa de uma conjectura, uma hipótese. Um signo icônico, desse modo, só pode produzir interpretantes remáticos. Quando uma qualidade é signo de outra qualidade – como é o caso de interpretarmos uma nuvem como um castelo − por comparação, essa operação é sempre hipotética, não há base para uma interpretação de que isso é algo de existência real.

Quando o signo for um índice, um signo de existência real − como um copo sobre a mesa −, ele é um *dicente* ou *dicissigno* para o seu interpretante final (um existente). Dicentes são interpretantes de signos indiciais.

Já no caso do símbolo, que depende das relações lógicas que mantém com o seu objeto, o signo é um *argumento*, representando o seu objeto "em seu caráter de signo" (*op. cit.*, p. 27). Segundo Santaella: "Para o seu interpretante, o argumento é um signo de lei. A base do argumento está nas sequências lógicas de que o legissigno simbólico depende" (*op. cit.*, p. 26).

O *argumento*, em Peirce, é, assim, uma espécie de interpretante (que também é signo), emergente das relações lógicas que o signo mantém com o objeto, as quais ele divide em três tipos: *Dedução, Indução* e *Abdução*. Para o filósofo-semioticista, essa divisão é a "chave da lógica" e a discussão quanto à sua força argumentativa pertence à Lógica Crítica e não à Gramática Especulativa.

Em vista disso, os motivos de não adotarmos os postulados de Peirce sobre o *argumento* são os seguintes: em primeiro lugar, os nossos estudos de Peirce concentram-se nos postulados da Gramática Especulativa e não nos da Lógica Crítica, e esse caminho nos levaria para muito além dos nossos domínios; em segundo lugar, no recorte que fazemos, não nos interessa explicar as relações lógicas que os signos em estudo mantêm com os seus interpretantes finais, pelo menos da forma como Peirce compreende essa lógica. O que está no nosso domínio e o que nos propusemos fazer foi observar o aspecto icônico da expressão substantiva, fundamentando-nos nas suas qualidades internas, qualidades de primeiridade que

contribuem para a *argumentatividade* do texto. Cabe-nos analisar também o seu modo de apresentação, que corresponde à noção do *objeto imediato* − o "'recorte específico' que o signo apresenta do seu referente, em função de uma ideologia, de uma intenção de sentido" (v. seção 1.5.2.1.4) – que é o que vai determinar o seu *objeto dinâmico*.

A expressão substantiva é um signo icônico enquanto está sendo considerada no nível das qualidades que apresenta, isto é, no nível do seu fundamento, um *qualissigno*. E o seu *objeto imediato* – o seu modo de apresentação, a sua constituição morfológica, sintática e semântica − vai sugerir outra qualidade, por meio de cadeias associativas de semelhança que vão determinar o seu *objeto dinâmico*. A nossa análise semiótica vai até esse ponto. A partir daí, dialogando com os parâmetros da argumentação selecionados no capítulo 2, já é possível analisar a função icônico-argumentativa das expressões substantivas em textos.

Todos os elementos lógicos, racionais, emotivos, sensórios, ativos e reativos presentes nas divisões e subdivisões do signo e de seus interpretantes são vistos por Santaella (*op. cit.*, p. 27) como "um compósito de habilidades mentais e sensórias que se integram em um todo coeso" e "que precisamos desenvolver na prática das leituras semióticas". Os passos que a autora propõe para a análise semiótica de signos alicerçada nessa visão fenomenológica de Peirce começam na contemplação, passando pela discriminação, até chegar à generalização, em correspondência com as categorias da primeiridade, secundidade e terceiridade.

Seguir-se-ão esses passos sem, entretanto, extrapolarem-se os limites propostos.

1.6.1 Sobre os modos como os fenômenos são apreendidos pela mente ou as triconomias dos signos de Peirce

Peirce divide os signos em três triconomias: a primeira, conforme o signo em si mesmo for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral (*Qualissigno, Sinsigno* e *Legissigno*); a segunda, conforme a relação do signo para com seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com esse objeto, de modo a ser afetado por ele, ou, em virtude de uma lei, uma associação de ideias gerais, ser interpretado como se referindo a esse objeto (*Ícone*, *Índice* e *Símbolo*); a terceira, conforme seu Interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato, ou, ainda, como um signo de razão (*Rema*, *Dicissigno* ou *Dicente* e *Argumento*).

Estamos trabalhando na segunda triconomia, a que considera a divisão dos signos em *Ícones*, *Índices* e *Símbolos*, considerada a mais importante pelo próprio Peirce (2010, p. 64, §275), voltando a nossa atenção, em especial, para a categoria dos signos icônicos.

A classificação peirceana dos signos em *ícones*, *índices* ou *símbolos* está associada à natureza do fundamento do signo (se é uma qualidade, um existente ou uma lei) e à relação deste com o seu objeto dinâmico (se este é "sugerido", "indicado" ou "representado pelo objeto imediato). Assim, o objeto imediato de um ícone sugere ou evoca seu objeto dinâmico por meio de uma qualidade; o objeto imediato de um índice indica seu objeto dinâmico por meio de um existente e o objeto imediato de um símbolo representa seu objeto dinâmico por meio de uma lei ou convenção. Seguindo essa lógica do objeto imediato, também o objeto dinâmico subdivide-se em três: quando o objeto imediato é um descritivo, o objeto dinâmico é um possível; quando o objeto imediato é um designativo, ou seja, quando dirige a mente do intérprete para o seu objeto dinâmico, este é uma ocorrência; quando o objeto imediato é um copulante, apresentando relações lógicas, o objeto dinâmico é um necessitante, algo de caráter geral (cf. SANTELLA, 2002, pp. 16-17).

A visão das três classes faz-se importante para que se entendam os limites de cada uma delas e do nosso campo de observação.

1.6.2 Ícone, índice e símbolo

Segundo Peirce, "Um *ícone* é um Representâmen cuja Qualidade Representativa é uma sua Primeiridade como Primeiro". Ou seja, a qualidade que ele tem com a coisa o torna apto a ser um representâmen (cf. PEIRCE, 2010, p. 64, §276), isto é, um signo. Ele afirma que "qualquer coisa é capaz de ser um Substituto para qualquer coisa com a qual se assemelhe". Essa noção de "Substituto" envolve a de um propósito (uma razão) e, com isso, a de Terceiridade genuína. Um signo por Primeiridade é uma imagem de seu objeto: "Um Representâmen apenas por Primeiridade somente pode ter um Objeto similar". Peirce denomina o representâmen icônico de *hipoícone*: "Qualquer imagem material, como uma pintura, é grandemente convencional em seu modo de representação, porém em si mesma, sem legenda ou rótulo, pode ser denominada *hipoícone*" (PEIRCE, *op.cit*,, p. 64, §276).

O hipoícone é, para Simões (1999, p. 32), um ícone degenerado, impuro, que "procura representar os fenômenos que se presentificam na consciência (...) por meio de imagens-ideias

corporificadas em sinais perceptíveis que estariam no lugar da coisa que propulsionou a ação da consciência". O signo verbal, para a autora, é um signo icônico, um *hipoícone*, ou seja, um "material de produção sígnica sensível", um "representâmen provisório, relativo, resultante de um juízo particular que poderá ser referendado ou não por outro intérprete", cuja interpretação dialoga com os dados contextuais (intra e extratexto) que interagem na produção das funções e dos valores sígnicos.

Peirce divide os *hipoícones* (os signos icônicos) em três níveis, de acordo com o modo de Primeiridade de que participam: a *imagem* (Primeira Primeiridade, nível das qualidades simples, da aparência) – imagens de um gato, de um bosque, de uma praça, as quais apresentam níveis de similaridade com o modo como os mesmos são visualmente percebidos; o *diagrama*, no qual a similaridade está entre as relações internas que o signo exibe e as relações internas do objeto que o signo visa representar – o mapa do metrô de Londres, um gráfico estatístico (correspondência do desenho com as relações internas do objeto representado); e a *metáfora*, que representa o paralelismo entre duas coisas, ou seja, representa seu objeto por similaridade no significado do representante e do representado: "Ao aproximar o significado de duas coisas distintas, a metáfora produz uma faísca de sentido que nasce de uma identidade posta à mostra. É justamente esse efeito que uma frase do tipo 'Ela tem os olhos de azeitona' produz" (SANTAELLA, 2002, p. 18). E foi justamente o que vimos com as metáforas *tsunami* e *bomba*.

Qualidades não representam nada, apenas se apresentam, se presentificam. O objeto imediato de um ícone, o seu próprio fundamento (um qualissigno), por meio de uma comparação, sugere uma outra qualidade, que vem a ser o seu objeto dinâmico. Assim, a qualidade das formas exibidas por manchas de tinta no papel, se considerada em si mesma, independentemente de qualquer outra coisa, cumpre a dupla função de fundamento e de objeto imediato e, por não representar nada, pode despertar cadeias associativas de semelhança com uma infinidade de outras formas. Por isso são usadas em testes psicológicos. Quando, por meio da comparação, dizemos que parecem alguma coisa, estamos criando objetos dinâmicos para as manchas.

Todavia, nem só de semelhança são feitos os ícones:

> Pode se discutir se todos os ícones são semelhanças ou não. Por exemplo, se um bêbado é exibido com o fito de ressaltar, por contraste, as excelências da temperança, isso é certamente um ícone, mas é discutível se se tem aqui uma semelhança ou não. A questão parece relativamente banal. (PEIRCE, 2010, p. 66, § 282)

Ora, temperança é uma qualidade e, nesse exemplo do bêbado, dado por Peirce, talvez não se considere mesmo uma relação de semelhança, mas, ainda assim, o fundamento do signo é uma qualidade, um *qualissigno*. A qualidade (o *qualissigno*), mesmo que seja utilizada por contraste, é fundamento dos signos icônicos. Nesse sentido, podemos parar para pensar um pouco nos nomes, nas *expressões substantivas*: são signos motivados que exibem qualidades e essas qualidades são o seu próprio fundamento, a sua motivação. De certo modo, entretanto, arriscamo-nos a acreditar que essa motivação provenha de uma semelhança ou identidade entre as qualidades que os nomes exibem (os *qualissignos*) e as qualidades dos seus objetos. Não é, afinal, isso o que acontece nos processos metafóricos? É por isso que consideramos a relação entre nome e objeto também metafórica.

É importante acrescentar que, quando tratamos de *nomes* ou *expressões substantivas*, estamos pensando no ato de nomear, numa escolha, na seleção de uma palavra ou expressão para nomear um objeto ou uma ideia, seja um nome criado ou já existente, escolhido para a ocasião.

Em diálogo no Crátilo, Sócrates analisa a aptidão para a arte de atribuir e criar nomes:

> Por consequência, Hermógenes, a formação de um nome não parece, como tu julgas, obra de pouca monta nem de gente medíocre ou de um homem qualquer. Quanto a Crátilo, tem razão, ao afirmar que os nomes são inerentes, naturalmente, às coisas e que nem todo homem é artista de nomes; mas só aquele que fitar os olhos no nome natural a cada objecto e for hábil lhe reduz a forma a letras e sílabas. (SÓCRATES, *In*: PLATÃO, 1994, p. 26)

Parece que Sócrates nos convida a *contemplar* os nomes e os objetos e, por meio dessa contemplação, apreciar as suas qualidades e buscar as identidades, e sugere que os nomes – a expressão substantiva inclui-se nessa classe − são constituintes textuais icônicos decorrentes da apreciação, escolha e habilidade do enunciador, com algum propósito ou intuito. Por isso servem para instruir a leitura e orientar os sentidos, com base nas qualidades que exibem, o que também está sugerido na "justeza dos nomes", de Sócrates:

> A "justeza dos nomes", a que se refere Sócrates, diz respeito mais à adequação do que propriamente à exatidão, e está ligada sempre a uma qualidade − a "natureza" − do objeto. Assim, A*gamémnon* deve significar "um homem capaz de empreender o que uma vez lhe pareceu bem e de com perseverança e denodo o levar a cabo" [SÓCRATES, *In:* PLATÃO, 1994, p. 37]; *Orestes* exprime "a sua natureza feroz e o seu gênio selvagem e *montanhês*" [*ibid.*]. Também, entre os nomes comuns, temos *gênio*, que deve designar (homens) "sensatos e sábios" [significado atribuído a Sócrates, *op. cit.*, p. 47] e *herói*: "protector" [sig. atribuído a Boisacq, *op. cit.*, p. 48]

> ou “senhor”, ou ainda “homem livre” [sig. atribuído ao Dr. W. Pape’s, *op. cit.*, p. 48]. (FREITAS, 2008, p. 70)

O fato de não haver distinção entre o fundamento e o objeto imediato do ícone é o que o diferencia do índice, pois, neste, essa distinção é importante. O índice mantém uma conexão existencial com o seu objeto dinâmico. Apesar de o índice envolver ícones (qualissignos) – ele tem uma qualidade que o relaciona com o seu objeto −, o seu fundamento é um existente (não um qualissigno), e o seu objeto dinâmico é outro existente. O fato de ser afetado pelo objeto (outro existente) é que o torna um índice. A fotografia de uma montanha exibe qualidades (ícones) que são próprias da montanha, mas a fotografia não é a montanha, ela apenas indica a montanha. A montanha existe fora e independentemente da foto. O recorte específico que a foto faz do objeto fotografado é o seu objeto imediato. Dependendo do ângulo, da proximidade e do modo como a montanha foi fotografada (o objeto imediato), variará o modo como a montanha (o objeto dinâmico) aparecerá na foto. A fotografia é um existente tanto quanto a montanha o é.

O Índice é um signo por Secundidade. Associamos o índice a alguma coisa que já conhecemos e que mantém alguma conexão existencial com ele. O seu caráter representativo consiste em ser um segundo individual. Um índice genuíno e seu objeto devem ser individuais existentes. Podem conter uma Primeiridade, visto que todo individual contém caracteres ou qualidades. Porém, no caso do índice, não são essas qualidades que o fazem funcionar como signo, mas a sua existência. No entanto, espera-se que ele se ligue com alguma outra experiência (cf. PEIRCE, 2010, p. 67, §285). Nesse aspecto, Peirce dá o exemplo de um relâmpago que indica que algo considerável ocorreu, mesmo que não saibamos qual foi o evento. Tudo o que atrai a atenção, o que nos surpreende é índice, na medida em que assinala a junção entre duas porções de experiência. Assim é a fumaça, que indica fogo; assim é o chão molhado indicando que tenha chovido ou que algo tenha sido entornado no chão.

Já o caráter representativo do Símbolo, signo por Terceiridade, consiste em ser uma regra que determinará seu Interpretante. Signos convencionais, como as palavras, frases e livros são símbolos. Os símbolos caracterizam-se por um hábito ou lei que determinará a interpretação das suas réplicas. Se for uma palavra,

> o símbolo é *aplicável a tudo o que possa concretizar a ideia ligada à palavra*: em si mesmo, não identifica essas coisas. Não nos mostra um pássaro, nem realiza, diante de nossos olhos, uma doação ou um casamento, mas supõe que somos capazes de imaginar essas coisas, e a elas associar a palavra. (PEIRCE, 2010, p. 73, §298 – grifos do autor)

Além disso, o símbolo não indica uma coisa particular, mas uma espécie de coisa.

> Podemos escrever a palavra “estrela”, porém isso não faz de quem a escreveu o criador da palavra, assim como, se apagarmos a palavra, não a destruímos. A palavra vive na mente dos que a usam. Mesmo que estejam dormindo, ela existe em suas memórias. (*ibid.*, §301)

Os símbolos são criados por meio de pensamentos que envolvem conceitos. No uso e na prática, o significado do símbolo cresce: “Palavras como *força, lei, riqueza, casamento* veiculam-nos significados bem distintos dos veiculados para nossos antepassados bárbaros” (PEIRCE, *op. cit.*, pp. 73-74, §302 – grifos do autor).

Concluindo, pode-se dizer que o Ícone exibe qualidades que se assemelham às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança, mas não tem conexão alguma com o objeto. É uma espécie de signo que possuiria o caráter que o torna significante, mesmo que seu objeto não existisse. É o caso de uma imagem de um unicórnio. O Índice tem uma conexão física com o objeto, mas essa conexão pode não ter nada a ver com a mente que o interpreta. A mente apenas registra essa conexão. Essa espécie de signo perderia o seu caráter de signo se o seu objeto fosse removido, mas não o perderia se não houvesse interpretante. O chão molhado precisa de outro existente, como a chuva ou um esguicho de uma mangueira, para poder indicá-lo. Já a conexão do Símbolo com o seu objeto é fruto da *mente-que-usa-o-símbolo*, sem a qual essa conexão não existiria. O Símbolo perderia o caráter que o torna um signo se não houvesse um interpretante. Uma elocução de discurso, por exemplo, significa o que significa apenas por força de compreender-se que possui essa significação (cf. PEIRCE, *op. cit.*, p. 73, §299 e 74, §304).

Mas a noção de *signos degenerados* desenvolvida por Peirce sugere que Ícones, Índices e Símbolos puros praticamente não existem. Normalmente, cada um deles carrega alguma propriedade um do outro. O que ocorre é a predominância de um ou outro aspecto, em determinada circunstância, que nos ajuda a classificá-los para melhor compreendê-los. Assim, um Índice genuíno pode conter uma Primeiridade (um Ícone) como sua parte constituinte. O Índice é genuíno quando a Secundidade é uma relação existencial, é degenerado quando a Secundidade é uma referência (cf. PEIRCE, *op. cit.*, p. 66, §283). Peirce chega a afirmar que “Todo individual é um índice degenerado de seus próprios caracteres” (PEIRCE, *op. cit.*, p. 67, §283). O Símbolo também pode conter uma Primeiridade e uma Secundidade.

As *expressões substantivas* são, para nós, *Ícones degenerados*, isto é, *hipoícones* que “tentam representar os fenômenos que se presentificam na consciência (...) por meio de

imagens-ideias corporificadas em sinais perceptíveis que estariam no lugar da coisa que propulsionou a ação da consciência" (cf. SIMÕES, 1999, p. 32 ou v. pág. 42). D*egenerados* porque, ainda que sejam signos de Primeiridade, acabam, por meio dessas imagens-ideias corporificadas, exercendo a função de *indicar* seus objetos, ou: "induzir raciocínios, provocar inferência ou implicaduras" (SIMÕES, 2007, p. 21), dirigindo o olhar do intérprete para o referente, ou seja, uma Secundidade. Além disso, resgatadas ou não da memória, essas expressões também são frutos das mentes que as usam, seguem certas convenções (leis) e, tão logo sejam interpretadas e aceitas pela comunidade, podem, pela força do hábito, tornar-se Símbolos, uma Terceiridade.

1.6.3 Iconicidade

Iconicidade é um conceito operacional, é um construto teórico para a análise dos signos icônicos. O excerto seguinte revela e define esse aspecto operacional:

> A qualidade representativa do ícone é aquilo que Peirce descreve como uma "pura primeiridade categórica", que é uma qualidade que ele possui em si mesmo, independente [*sic!*] de qualquer outra coisa. Um caráter interno, "que pertence a ele, em si mesmo, como um objeto sensível, e que ele possuiria de qualquer forma, havendo ou não um objeto na natureza a que ele se assemelhe, ainda que jamais tenha sido interpretado como um signo"[11]. Mas Peirce admitiu a vagueza desta definição. São muitos os perigos relacionados à noção de similaridade, especialmente sua trivialização como identidade e sua psicologização como referindo-se a impressões de semelhança. Mas as desvantagens são superadas pela destrivialização baseada na noção operacional. No "Syllabus"[12], a similaridade é assim definida: "uma propriedade distintiva do ícone é que, através de sua observação direta, outras verdades considerando seu objeto podem ser descobertas além daquelas satisfeitas na determinação de sua construção"[13]. Esta propriedade é uma elaboração operacional do conceito de similaridade. O ícone não é somente o único tipo de signo envolvendo uma apresentação direta de qualidades que pertencem a seu objeto; ele é também – e isto equivale ao mesmo – o único signo através do qual, por sua observação, se pode *descobrir* algo sobre seu objeto. Esta definição distingue o ícone de qualquer psicologismo: não importa se signo e objeto, à primeira vista, pareçam similares; o teste decisivo de iconicidade está na possibilidade de manipulá-lo para que uma nova informação apareça. (QUEIROZ, s/d)

11 Peirce, C. S. *The Collected papers of Charles S. Peirce.* CP 4.447.
12 *A Syllabus of Certain Topics of Logic*, 1903 (CP 2.276-277). Boston, Publisher: Alfred Mudge & Son.
13 Peirce, C. S. *The Collected papers of Charles S. Peirce*. CP 2.279.

Disso conclui-se que o ícone não se define, apenas, pela sua similaridade com o objeto. Muito mais pelas escolhas que se fazem nos quadros cognitivos e ideológicos onde residem os signos.

O critério da similaridade vem provocando amplas discussões no percurso histórico do pensamento filosófico. Para Peirce, um signo pode representar seu objeto principalmente por via da sua similaridade, não importando o seu modo de ser (PEIRCE, 2010, p. 64, § 276). Isso é iconicidade. Em 1946, Morris teria reconhecido que um signo é icônico na proporção em que ele próprio tem as propriedades do seu *denotata* (cf. ECO, 2012, p. 170). Para Eco, entretanto, essa definição é ingênua, visto que: "Nem o retrato de uma pessoa feito por um hiperrealista parece guardar as propriedades daquela pessoa" (*ibid.*), ideia da qual o próprio Morris, de certo modo, compartilhava, quando dizia que o retrato de uma pessoa é icônico numa certa medida – *in some respects* – ou de um certo ponto de vista. Eco lembra que Morris admitia também ser a iconicidade matéria de graduação (as escalas de iconicidade). As onomatopeias verbais seriam, desse modo, casos de *iconismo* brando, pois que parecem extremamente ligadas a convenções regionais ou nacionais. Entretanto, entende que "os signos icônicos não têm as 'mesmas' propriedades do objeto, mas estimulam uma estrutura perceptiva 'semelhante' àquela que seria estimulada pelo objeto imitado". O autor acredita que, "com base num aprendizado anterior, se seja levado a ver como resultado perceptivo 'semelhante' aquilo que de fato é um resultado diverso" e que "o juízo de 'semelhança' é pronunciado com base em critérios de pertinência fixados por convenções culturais" (ECO, *op. cit.*, pp. 170-172).

Simões (2009) propõe compreender a dupla e complexa articulação dos signos, no plano da referência externa (do contexto) e no plano das relações internas (do cotexto), por meio da análise da iconicidade, entendendo que a nossa compreensão do mundo e da realidade se dá por processos sígnicos.

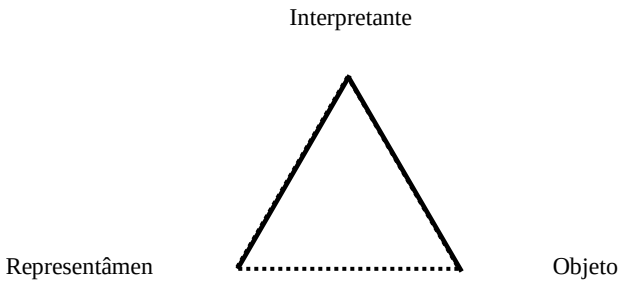
O domínio desse conceito facilita a compreensão dos mecanismos e das relações que estruturam os signos, pois nele se verifica uma espécie de diálogo entre os processos cognitivos e a estruturação textual, o qual permite a inferência de projetos comunicativos subjacentes (cf. SIMÕES, *op. cit.*, p. 62). Investigar a iconicidade é tentar captar esses "diálogos" carregados de funções e valores, cuja representação se dá por meio de signos icônicos da linguagem. Qualquer esquema (*diagrama*) textual, sintático, morfológico produz iconicidade e deve ser investigado.

As funções e os valores a que nos referimos emergem da potencialidade expressivo-sugestiva dos signos icônicos e nada são senão expressões das ideias e das ideologias veiculadas pela matéria verbal. Essa potencialidade é condicionada pelo nível de eficácia do material linguístico, que é o principal mediador da interlocução. O signo icônico é, nessa perspectiva, a representação plástica, modelar (por similaridade), das ideias ou ideologias veiculadas (cf. SIMÕES, *op. cit.*, p.77).

Na prática da interpretação de textos, investigar a iconicidade dos constituintes textuais é tentar captar as posições discursivas ou processos de discursivização nas escolhas enunciativas, com vistas à depreensão da carga semântica que possa ter determinado essas escolhas. Esse tipo de investigação sustenta-se nas qualidades, características fundamentais observáveis no aspecto icônico dos signos. Seja pelo "juízo de semelhança", seja pelas propriedades perceptíveis, procura-se observar o que teria levado o enunciador a escolher uma forma linguística (signo) e não outra e que efeitos de sentido são produzidos. Nesse aspecto da produção de sentidos, o enunciador é a mensagem, pois é a sua posição discursiva e ideológica que determina o modo de expressar as suas ideias.

A iconicidade é responsável por importantes pistas de leitura, que podem ser percebidas por meio de uma investigação semiótica fundamentada no signo de Peirce. A base pontilhada desse signo indica o potencial ilimitado de semiose, em que entram em luta os múltiplos interpretantes, no processo de atualização do significado. A iconicidade é a instância dessa luta dos interpretantes do signo, da qual resulta um interpretante final, porém nunca definitivo.

Neste ponto, é bom (re)ver a representação gráfica do signo de Peirce:



Na visão funcionalista, partindo de uma noção de linguagem como "negociação entre os interlocutores" e de gramática "definida como um sistema de equilíbrio

instável/dinâmico/provisório, devido a pressões externas e internas (DU BOIS, 1985,1993)[14], o que configura a existência de categorias não discretas (LANGACKER, 1987)[15]", registra-se que "padrões emergentes continuamente se somam a padrões estáveis", promovendo variações e mudanças na língua. Nesse sentido, a iconicidade, resultante das motivações de uso somadas às necessidades comunicativas, é a própria determinação cognitiva dos processos que levam a essas variações e a essas mudanças, com reflexos nos níveis de informatividade e economia na linguagem. (Cf. NEVES, 2012, pp.78-80).

1.6.3.1 Iconicidade verbal

A iconicidade verbal, com a qual trabalhamos, encontra-se em dois níveis: o concreto (iconicidade diagramática[16]) e o abstrato (iconicidade imagética e iconicidade metafórica). Essas últimas são produtos de operações subjetivas e situam-se no plano icônico-indicial e no plano icônico-simbólico, respectivamente. Todas essas modalidades fundam-se na plasticidade e podem ser detectadas numa interpretação pautada na motivação funcional dos signos (cf. SIMÕES, 2009, pp. 76-77).

A plasticidade, fundamento da iconicidade, é a "propriedade da matéria de adquirir formas sensíveis por efeito de uma força exterior" (SIMÕES, *op.cit.*, p. 76). A iconicidade diagramática desdobra-se em iconicidade sintagmática e iconicidade paradigmática, as quais, na nossa perspectiva, se reportam (diferentemente do construto saussureano) "às relações simbólicas possíveis extraídas da superfície textual e que servem de indutores da interpretação". Essas duas tomam por baliza os sistemas sígnicos dos quais resultam – no plano linguístico, os dicionários e as gramáticas. As modalidades do plano abstrato – iconicidade imagética e iconicidade metafórica – resultam de operações subjetivas, das interpretações individuais ou mesmo coletivas, individuadas em função das culturas que representam (cf. SIMÕES, *op. cit.*, p. 77).

---

[14] Du Bois, J. W. *Competing motivations.* In: HAIMAN, J. (org.). *Iconicity in sintax.* Amsterdam: John Benjamins, 1985, p. 343-365.
_____ *Discourse and the Ecology of grammaticization, and the locus.* Rice Symposium, Ms., University of California: Santa Barbara, 1993.

[15] Langacker, R. W. *Foundations of cognitive gramar: theoretical prerequisites*. v. 1. Stanford: Stanford University Press. Descriptive applications. v. 2. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

16 Sobre essa modalidade, ver. Simões, 2009, p. 83.

Tendo por base o ícone como “representação plástica modelar (por similaridade), de uma ideia ou ideologia”, Simões propõe que, nas análises textuais, a iconicidade verbal seja observada

> não só no plano da estruturação gramatical, mas também num plano maior, mais abrangente, da trama textual. É observável: a seleção vocabular como representativa de usos e costumes diversos; a colocação dos termos nos enunciados como imagem das opções de enfoque ou das posições discursivas; a eleição do gênero e do tipo textual como indicador da relevância dos itens temáticos e lexicais contemplados no texto, etc. Também o projeto do texto, sua arquitetura visual ou sonora, é material icônico a ser observado. (SIMÕES, *op. cit.* pp. 77-78)

1.6.3.2 A iconicidade e o texto

No trato com o verbal, quando se considera a mediação da interação comunicativa, é preciso observar o signo na sua materialidade, seja ela visual ou sonora. Segundo Simões, essa materialidade sígnica funda-se a partir de uma imagem mental (primeira) de algo, que é um ícone. Dela tomamos conhecimento “por intermédio de sua representação por um ícone de segunda (hipoícone) que busca re(a)presentar o objeto pensado por um sinal material sonoro (na fala) ou gráfico (na escrita)” (SIMÕES, 2009, pp. 68-69). Daí, a necessidade de uma Teoria da Iconicidade Verbal que nos dê subsídios para essa observação. Para a autora, “o iconismo da imagem assenta-se em relações de analogia ou similaridade com o seu referente (ideia-objeto representada)”. A imagem é considerada autossuficiente: “é um texto porque comunica uma mensagem” (SIMÕES, *op.cit.*, p. 70 – grifos da autora).

O “objeto pensado” é a imagem inspiradora, pode-se dizer, motivadora para a produção dos textos. A partir da observação do mundo, mediada por uma cultura e por uma ideologia, o sujeito forma imagens mentais que se traduzem em signos verbais quando comunica as suas ideias.

> A comunicação verbal é um processo de negociação de sentidos. Envolve as imagens mentais construídas por um enunciador, que são traduzidas em signos (verbais e não verbais, no caso do texto escrito), e que são reconstruídas pelo leitor ou intérprete (coenunciador). (FREITAS, 2007)

Assim, motivada pelo projeto do texto e ancorada no domínio linguístico do enunciador, essa materialidade representa formas de ver o mundo, as quais se refletem nas qualidades que os signos exibem. Essas qualidades dão origem às cadeias associativas de semelhança, que são condição fundamental de iconicidade. Na perspectiva da leitura, as

cadeias associativas orientam a interpretação por meio da percepção do leitor, que também está condicionada ao seu conhecimento prévio, ao seu domínio linguístico, ao seu modo de compreensão do mundo e à eficácia da trama textual (cf. FREITAS, 2008, p. 24).

Vê-se que a interpretação é condicionada pela materialidade da trama textual e que esta é uma espécie de documento de validade da interpretação. Nesse sentido, o texto e seus constituintes são signos icônicos que tentam exibir as qualidades das imagens mentais ativadas no momento da produção textual. Quanto mais eficientes forem as escolhas do produtor do texto, tanto mais alto será o nível de iconicidade dessa materialidade e tanto mais eficaz será a comunicação. A semiose é resultante da relação dos signos com os textos de que participam: “Não se desprezem as inferências, ilações, implicaduras etc., mas a produção do signo interpretador do signo interpretado brota do signo em contexto, uma vez que tudo pode ser signo de tudo” (SIMÕES, 2009, p. 73-74 e SIMÕES, 2007, p. 41-42).

Semiose é o processo interpretativo no qual um signo, que deve estar relacionado com um objeto, produz um interpretante na mente de um intérprete. Cada pessoa vive a sua realidade cultural, a qual, junto com o seu conjunto de experiências, orienta a sua compreensão do mundo e dos textos que a circundam. Entretanto, a materialidade linguística do texto deve ser o principal critério de interpretação: “Um texto continua sendo um parâmetro para suas interpretações aceitáveis” (ECO, 2005, p. 166), já que os seus constituintes, entendidos como “imagens”, documentam os seus sentidos possíveis.

Falar de uma iconicidade textual é falar do potencial imagético emergente do texto, por força das palavras e expressões nele atualizadas. Esse potencial é o elemento garantidor da consecução do objetivo comunicativo do texto (cf. SIMÕES, 2007: 50).

1.6.3.3 Iconicidade e leitura

A atividade de leitura é uma coprodução textual negociada entre os “parceiros” da interação: autor/enunciador e leitor/enunciatário/coautor. Essa coprodução é negociada a partir das marcas linguístico-icônicas, as quais revelam a organização das microestruturas que se combinam, construindo o tecido textual, e funcionam como elementos mapeadores do texto. A função dessas marcas é ativar, no leitor, esquemas mentais capazes de captar os possíveis referenciais do enunciador, os quais, coincidindo ou não com os referenciais do leitor, vão constituir o *conhecimento partilhado*, que é o conjunto de proposições aceitas tanto

pelo falante quanto pelo ouvinte. As marcas icônicas textuais são, na visão de Simões, como "pegadas (signos naturais) que nos levariam às mensagens inscritas nos textos (signos culturais, artificiais, convencionais)" (SIMÕES, 2009, p. 81). O leitor deve buscar nessas marcas dados que explicitem os esquemas cognitivos provavelmente aplicados na produção do texto, na tentativa de "compor o desenho verbal" que leve a uma interpretação aceitável, entendendo os signos linguísticos como "mediadores da comunicação" (cf. SIMÕES, 2007, p. 22). Nesse sentido, a iconicidade é a "potencialidade de materializar nas mentes interpretadoras os signos-referência que deflagrem o processo *interpretativo*" (SIMÕES, 2009, p. 74 – grifo da autora). Por outro lado, espera-se que o texto faça cumprir as condições mínimas da sua legibilidade, dando conta de veicular o seu projeto comunicativo com eficácia. A iconicidade é uma dessas condições (cf. SIMÕES, 2007, p. 41). Desse modo, a leitura é, para Simões, um "processo de tradução intersemiótica":

> Entendemos que a interpretação do texto é a produção de novo texto pelo intérprete, e este opera com sua cosmovisão, buscando nas ideias do texto conteúdos assemelháveis aos que já detém com vista a produzir sentido. Assim, nas margens da plausibilidade, o intérprete traduz os signos do texto em novos signos que devem manter com aqueles uma relação de semelhança. Esta por sua vez gerará o que apresentamos como iconicidade textual diagramática sintagmática, por meio da qual as formas da língua se articulam e constroem um mapa que conduz o leitor (SIMÕES, 2007, pp. 35-36).

1.6.3.4 Tipos de iconicidade na perspectiva do verbal/textual

Em *Iconicidde verbal: teoria e prática* (2009), Simões pensa a iconicidade verbal na perspectiva do enunciador desdobrado em um *eu-enunciante* e um *eu-leitor-interno*, que intenta materializar o seu projeto de comunicação formulando o texto e, ao mesmo tempo, atuando como um *alter ego* (*leitor coautor ou leitor interno* – cf. SAUTCHUK, 2003), o qual simula um leitor que discute o texto durante a sua produção. Tentaremos transpor a noção formulada para a perspectiva do ensino da leitura, ou seja, tendo em vista o *leitor externo* em formação. Voltemos, então, ao enunciador: no seu duplo papel, o enunciador tenta controlar a estruturação textual "com vistas a refletir (talvez de modo inconsciente) sobre a inscrição de pistas sígnicas que viabilizem a ativação de espaços mentais específicos, tentando assim direcionar o raciocínio do *leitor externo*" (SIMÕES, 2009, p. 82). Nesse processo, a produção do texto passa por instâncias de avaliação, mediante os seguintes quesitos destacados por

Simões e de acordo com os aspectos do gênero: a) grau de referencialidade; b) variedade linguística; c) veracidade ou falsidade do projeto comunicativo; d) se está pautado na denotação ou na conotação – em caso de falsidade, deve pautar-se na conotação; na falsidade, a conotação deve simular denotação; e) se as imagens diagramáticas na microestrutura privilegiam a ordem lógica (direta); h) se as imagens paradigmáticas na microestrutura (escolha de formas lexicais e gramaticais, ou mesmo os modos e tempos verbais) propiciam analogias; i) se as imagens metafóricas aproximam-se do senso comum, com vistas a não dificultar a leitura (cf. SIMÕES, 2009, p. 82).

É claro que essa avaliação refletir-se-á nas qualidades exibidas na materialidade do texto, e o leitor em formação deve desenvolver as habilidades mentais e sensórias necessárias (referidas por Santaella, 2002, p. 27 - v. seção 1.6) para depreender o raciocínio inscrito na trama textual e aproveitar o máximo do seu aspecto icônico, tendo em vista uma interpretação eficaz. Para tanto, é bom saber que essa seleção de traços vai-se desdobrar em cinco variáveis tipológicas de iconicidade destacadas por Simões. Uma delas, a *Iconicidade diagramática*, é a qualidade atinente ao projeto visual (ou sonoro) do texto e à estruturação dos sintagmas. Nesse tipo de iconicidade, a construção da similaridade entre o signo e o objeto imediato dá-se de modo estrutural ou relacional. A produção imagética pode ser indutiva ou dedutiva, conforme o projeto de raciocínio escolhido pelo autor. O leitor deve ter a visão das partes e observá-las em relação ao todo, de modo a referendar a ideia global. No texto oral, essa iconicidade se produz pela entonação e pelos acentos e, no texto escrito, por mais de uma via: pela distribuição dos signos na folha de papel (nível *gráfico* ou *do design textual*) e pela seleção e combinação dos signos linguísticos (*paradigmática* e *sintagmática*) − aqui, no sentido proposto por Saussure no *Curso de Linguística Geral* (1910-1913). Na modalidade escrita do texto, são elementos da iconicidade diagramática, por exemplo, a distribuição do conteúdo textual em parágrafos, a ordem das palavras nos sintagmas, a apresentação do texto por um título e das suas partes por subtítulos, o uso de maiúsculas, itálico, parênteses, aspas etc. Essa iconicidade funda-se nas escolhas do enunciador, especialmente as lexicais, e, por isso, atua combinada com outro tipo, que lhe é imediato: a *iconicidade lexical*.

A *Iconicidade lexical* é o potencial de ativação de imagens mentais. Nesse nível ou tipo, discute-se a seleção dos itens lexicais ativados no texto. Vejamos o que diz Simões a esse respeito:

> Entendemos que o projeto comunicativo que subjaz a qualquer interação produz uma energia mental capaz de ativar signos que possam representar (ícones) ideias ou conduzir (índices) o interlocutor à mensagem básica da comunicação. Assim sendo,

> tão maior será a iconicidade textual quanto mais hábil seja o enunciador na ativação dos itens léxicos. (SIMÕES, 2009, p. 86)

O vocabulário ativado no texto organiza-se em pistas icônicas e indiciais, as primeiras, representativas, fundadas na similaridade, de fundo analógico; as outras, indutoras, fundadas na contiguidade, consecutivas. O arranjo das peças icônicas e indiciais constituirá a estruturação sintática, de onde se formarão as imagens semântico-pragmáticas que subsidiarão a leitura e a compreensão (cf. SIMÕES, *op. cit.*, p. 87).

Simões (*ibid*.) cita Haensch, Wolf, Ettinger e Werner, R.[17], que veem a comunicação como um processo intersubjetivo. Segundo esses autores, a intersubjetividade das experiências da realidade e as formas comuns de denominá-las é o que possibilita o funcionamento de uma língua. Portanto, pode-se pensar numa iconicidade intersubjetiva presente no léxico das línguas. Os falantes, de posse dessa base comum do componente léxico, "estão preparados para compreender e interpretar mensagens, por estarem aptos a produzir imagens mentais que subsidiem a 'tradução' da mensagem, em outras palavras, para assentar a compreensão" (SIMÕES, *op. cit.*, p. 88).

Um terceiro tipo de iconicidade textual é a *Iconicidade isotópica*. Esse tipo refere-se às *isotopias* subjacentes ao texto. Decorrente dos dois tipos anteriores, a iconicidade diagramática e a lexical, funciona como trilha temática na produção de sentidos. Simões apresenta dois significados para o termo *isotopia*: um de base sinonímica – "propriedade de um enunciado ser substituído por equivalente no plano do conteúdo, embora sejam diferentes no plano da expressão"; o outro, aplicável à análise de textos: "possibilidade de um recorte temático" (SIMÕES, *op. cit.*, p. 88-89). Este segundo, a autora exemplifica com o destaque de duas *isotopias* principais no romance machadiano Dom Casmurro: a traição e o ciúme. A depreensão de uma *isotopia* (no segundo sentido) deve ser feita, na análise dos textos, pelo rastreamento de palavras e expressões que possam sustentar algum tema apropriado. A identificação dos itens léxicos deve ter em vista a constituição de campos lexicais ou campos semânticos que ratifiquem a opção temática proposta. Esses itens são exatamente a garantia da validade dos recortes isotópicos propostos pelos leitores.

No Congresso Internacional Peirce, na Universidade de Harvard (setembro de 1989), Eco procurou mostrar que a noção de uma semiótica ilimitada não corresponde à noção de que a interpretação não tem critérios: "Dizer que a interpretação (enquanto [*sic!*] característica

---

17 Haensch, G.; Wolf, L.; Ettinger S. & Werner, R**. La lexicografía. De la linguística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982, p. 25.

básica da semiótica) é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que corra por conta própria" (ECO, 2005, p. 28). Na sua visão, "as palavras trazidas pelo autor são um conjunto um tanto embaraçoso de evidências materiais que o leitor não pode deixar passar em silêncio, nem em barulho" (ECO, 2005, p. 28). Por esse motivo, Simões entende que é necessário "buscar-se algo nos textos que possa funcionar como garantias mínimas de uma interpretação". A autora, então, apresenta a figura das *âncoras textuais*, que são, a seu ver, palavras-chave que norteiam a identificação de uma isotopia (cf. SIMÕES, 2009, p. 91).

Quanto mais manifestas na superfície textual, ou seja, quanto mais perceptíveis forem as isotopias para o leitor, por meio da seleção lexical, do modelo gramatical, do gênero, do tipo textual ou da diagramação, maior será o grau de iconicidade do texto. De acordo com o grau dessa manifestação isotópica, Simões classifica os textos como de *alta iconicidade* ou de *baixa iconicidade*, e, com isso, fica caracterizado o que é, para Simões, o quarto tipo de iconicidade textual a se observar: o grau de iconicidade do texto.

A manifestação isotópica também pode ser analisada em outras dimensões, como: da progressão textual (considerando a relação entre o dado e o novo); da eficiência comunicativa (pela condução à mensagem básica, ou eficácia, por despistamento ou falácia)[18] (SIMÕES, *op. cit.*, p. 91). Entendendo o potencial icônico do texto como "resultante de um conjunto de recursos usados pelo enunciador, destinados a gerenciar a ação do intérprete" (SIMÕES, 2007, pp. 43-44), Simões acredita que o grau de iconicidade pode ou não fazer cumprir o projeto comunicativo previsto pelo autor: a *alta iconicidade* orienta o leitor à produção de sentido em função da apresentação estratégica de pistas de leitura; a *baixa iconicidade* não oferece pistas suficientes ou eficientes para o desenrolar da leitura. Simões destaca que a *alta iconicidade* tanto pode prestar-se à construção da eficácia quanto à da falácia textual: "Nesta, o leitor é driblado pelas pistas do texto; naquela, o leitor é conduzido por elas" (SIMÕES, 2009, p. 94 e SIMÕES; DUTRA, 2004, pp. 41-42). Em *Iconicidade e verossimilhança*, publicado em 2007, Simões lembra que a depreensão de dados extralinguísticos do texto é um processo cognitivo ligado à experiência de vida dos interlocutores e que o grau de iconicidade e, consequentemente, o entendimento do texto ficam comprometidos quando este trata de assuntos alheios a um dos interlocutores (o enunciador ou o intérprete). Aquele, quando o tema não lhe é familiar a ponto de produzir argumentos que sustentem a sua tese; este, quando

18 No caso de textos orais, Simões substitui a diagramação pela ordem de apresentação dos enunciados.

não está apto a produzir pressupostos suficientes para construir um sentido para o texto (cf. SIMÕES, 2007, p. 54).

Assim, a *alta iconicidade* é a realização de um projeto comunicativo (sem compromisso com a verdade), decorrente da eleição de signos e arranjos adequados, e a *baixa iconicidade* é a não realização desse projeto, resultante do mau uso do código linguístico.

Para garantir a interpretação pretendida de seu texto, o enunciador deve ativar mecanismos cognitivos inteligíveis pelos intérpretes, tendo em vista orientá-los (ou "desorientá-los") na descoberta dos sentidos subjacentes. O que se quer dizer é que a trama textual deve conter pistas icônicas e indiciais que permitam ao interlocutor compreender o raciocínio previsto pelo enunciador, mas a intenção de persuadir pode sustentar-se na desinformação (informação inverídica ou errada) do interlocutor, se o objetivo for, por exemplo, manipulá-lo ou enganá-lo. Nesse caso, o produtor do texto elege *signos desorientadores* propositalmente, com a intenção de ocultar os sentidos subjacentes. Entretanto, *signos desorientadores* são também aqueles mal escolhidos, que contribuem para a *baixa iconicidade* do texto, impedindo a realização do projeto inicial de comunicação. A presença de *signos orientadores* ou *signos desorientadores*, como "pista de leitura", é o quinto tipo de iconicidade destacado por Simões para subsidiar a análise de textos (cf. SIMÕES, 2009, p. 96-98 e SIMÕES, 2007, p. 46).

No tratamento que damos à expressão substantiva, como "pista de leitura", é possível verificar-se uma *iconicidade diagramática*, por exemplo, na relação desse constituinte argumentativo com a *argumentatividade* geral do texto e na seleção e organização dos constituintes textuais; uma *iconicidade lexical*, entendendo essa expressão como item léxico ativado para representar ideias (ícone) e conduzir o leitor (índice) na depreensão do projeto argumentativo do texto; uma *iconicidade isotópica*, referente à constituição dos "recortes temáticos" ou "trilhas de sentido", por meio da relação e da combinação da expressão substantiva com outros itens lexicais, na construção da trama argumentativa; uma *alta iconicidade* ou *baixa iconicidade*, em função da eficácia desse item no desenvolvimento do projeto geral do texto.

No **texto 4**, é possível observar quatro tipos de iconicidade propostos por Simões, pelo rastreamento de algumas ES, e, por esse caminho, perceber como o autor constrói a sua argumentação.

Texto 4

Pobreza da aritmética (17/05/2014)

O Brasil passou a acreditar que **22 milhões de brasileiros** teriam saído da **pobreza extrema**. Este discurso se baseava na ideia de que estas famílias passaram a receber complemento de renda suficiente para ultrapassar a linha de R$70 por pessoa por mês. Esta **visão aritmética** não resiste a uma **análise social que efetivamente cuide da pobreza**.

Nada indica que uma família sem adequada **provisão de escola, saúde, cultura, segurança, moradia, água e esgoto** saia da pobreza apenas porque pode comprar aproximadamente oito pães por pessoa a cada dia. **A linha da pobreza** não deve ser horizontal, separando **quem tem mais de R$2,33 por dia** e **quem não tem**, mas **uma linha vertical**, separando **quem tem** e **quem não tem acesso aos bens e serviços essenciais**.

É como se, na **época da escravidão**, o povo fosse convencido de que o país era menos escravocrata apenas porque o proprietário gastava mais dinheiro na alimentação de seus escravos. A separação entre **o escravo e o trabalhador livre** não era uma linha horizontal definida aritmeticamente pela quantidade de comida que recebia, mas **uma linha vertical separando quem tinha e quem não tinha liberdade**. Hoje, **a linha da pobreza efetiva** deve ser determinada por **quem tem** e por **quem não tem acesso aos bens e serviços essenciais**. E neste sentido, o Brasil não está avançando na educação, na saúde, no transporte e na segurança.

Mesmo dentro de sua lógica, o **argumento aritmético** fica frágil quando se observa como **a renda do pobres** avança e regride dependendo da inflação. Entre março de 2011 e abril deste ano, a inflação medida pelo INPC foi de aproximadamente 19,6%, fazendo com que cerca de três milhões de brasileiros tenham regredido abaixo da linha aritmética da pobreza extrema. Mesmo com o aumento de 10%, anunciado dia 1º de maio, 1,5 milhão de pessoas regrediram abaixo dessa linha.

Outra forma de ver a fragilidade do **argumento aritmético** está na **dependência em relação ao valor do câmbio**. Pela paridade do poder de compra, em março de 2011, o benefício básico do Bolsa Família era equivalente a US$1,25 por pessoa, por dia, valor adotado pela ONU como abaixo da linha da qual se caracteriza a pobreza extrema. Com a desvalorização cambial, houve uma perda de poder aquisitivo de aproximadamente 20%. Portanto, cerca de quatro milhões de brasileiros estão de volta à pobreza (mesmo considerando o aumento de 10%). Pelo conceito

social, não aritmético, de pobreza, considerando acesso à saúde, à educação e ao transporte de qualidade, o Brasil tem hoje pelo menos 22 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza extrema, número que não diminuiu nestes últimos anos.

Centro e trinta e seis anos atrás, o Brasil não aumentou a quantidade de comida nos pratos dos escravos, fez **a Lei Áurea** que os libertou. **A Lei Áurea** não foi **um argumento aritmético**, mas **social**. Por isso, ela se fez permanente, e nós a comemoramos nesta semana sem recaídas ocasionadas pela inflação ou pelo câmbio, sem a pobreza aritmética.

O discurso argumentativo é construído a partir de uma reflexão sobre o significado da expressão substantiva **"pobreza extrema"**. O autor questiona a ideia difundida pelo discurso de que "**22 milhões de brasileiros** teriam saído da **pobreza extrema**" (1º parágrafo). Questiona a **"pobreza extrema"**, o modo como é concebida nesse discurso, e questiona, com a questão levantada, o quantitativo de brasileiros − também designado por uma ES, **"22 milhões de brasileiros"** −, que teriam saído dessa situação, já que não concorda com a ideia que a expressão **"pobreza extrema"** representa no discurso. Para questionar a noção, faz uma avaliação das qualidades que lhe são imputadas. Na concepção do discurso que o autor quer atacar, a **"pobreza extrema"** teria sido superada pelo fato de os brasileiros assim qualificados terem passado "a receber complemento de renda suficiente para ultrapassar a linha de R$70 por pessoa por mês" (1º parágrafo). Isso significaria que a **"pobreza extrema"** seria uma qualidade daqueles que recebem menos do que esse valor mensal. O autor qualifica essa noção com a ES **"visão aritmética"** (1º parágrafo) e emprega outra ES que se opõe a essa: **"análise social"** (1º parágrafo). O autor acredita que "Esta **'visão aritmética'** não resiste a **'uma análise social que efetivamente cuide da pobreza'**" (1º parágrafo) – esta é a tese principal, construída sobre a oposição entre as duas expressões: **"visão aritmética"** e **"análise social"**. Na frase, ele qualifica a visão dos enunciadores do discurso e qualifica o tipo de análise que ele mesmo propõe. A primeira é uma qualificação negativa, a segunda é positiva. A ES **"análise social"** já é qualificativa, por si mesma. Em: **"uma análise social que efetivamente cuide da pobreza"**, a oração adjetiva "que efetivamente cuide da pobreza" especifica e intensifica a qualidade da ES **"análise social"** e, sintaticamente, a ES expande-se, com a inclusão da oração adjetiva.

O autor passa a apresentar as qualidades associadas a cada uma dessas visões. Ele também usa uma ES para expressar as qualidades de provisões que estariam relacionadas com

a visão social: "**provisão de escola**, **saúde**, **cultura**, **segurança**, **moradia**, **água** e **esgoto**" (2º parágrafo). Sintaticamente, essas qualidades apresentam-se em forma de adjuntos adnominais, com valor qualifitativo/especificativo.

Em seguida, usa duas *imagens* (ES) para o que ele designa como **"A linha da pobreza"** (2º parágrafo) e, mais adiante, como **"a linha da pobreza efetiva"** (3º parágrafo). Essas *imagens* são: **"(linha) horizontal"** e **"uma linha vertical"**. A primeira, a qual condena e que corresponde à visão aritmética e a qualifica, serviria para separar "**quem tem mais de 2,33 por dia** e **quem não tem**"; a segunda, a qual aprova e que corresponde à visão social, com qualificação positiva, porque expressa fidedignamente a situação da "pobreza extrema", separaria "**quem tem** e **quem não tem acesso aos bens e serviços essenciais**" (ambas, 2º parágrafo).

No rastro dessas imagens, o autor faz uma comparação que remete à **"época da escravidão"**. Observa que "É como se, na **época da escravidão**, o povo fosse convencido de que o país era menos escravocrata apenas porque o proprietário gastava mais dinheiro na alimentação de seus escravos" (3º parágrafo). Em sua visão, defende que a linha que separava **"o escravo e o trabalhador livre"** não era **"uma linha horizontal definida aritmeticamente pela quantidade de comida que recebia"**, era **"uma linha vertical separando quem tinha e quem não tinha liberdade"** (3º parágrafo). O paralelismo sugerido pelas duas *imagens* sugestivas não é gratuito: é um modo de atribuir o caráter (qualidade) de privação de liberdade à definição de pobreza extrema. Essa atribuição dá-se por inferência (v. seção 2.11).

As ES assinaladas e o paralelismo sugerido encaminham a argumentação para a conclusão (6º parágrafo) de que **a Lei Áurea**, a qual ele próprio classifica como **"(um argumento**) **social"**, não **"um argumento aritmético"**, "não aumentou a quantidade de comida nos pratos dos escravos", mas "os libertou", e de que por isso tornou-se permanente. Fazer-se permanente é, na opinião do autor, uma qualidade decorrente e um **"argumento social"**, como classifica a Lei Áurea, livre da **"pobreza aritmética"**. O autor também usa o argumento da liberdade como qualidade, na definição dos seus conceitos.

No quarto e no quinto parágrafos, argumenta sobre a fragilidade da própria lógica do **"argumento aritmético"**, considerando o seu critério definidor, **"a renda dos pobres"** (4º parágrafo), baseada no **"complemento de renda"** (1º parágrafo). A renda dos pobres, segundo o autor, fica na **"dependência em relação ao valor do câmbio"** (5º parágrafo) e da **"inflação"** (4º parágrafo).

Embora algumas ES destacadas sejam menos icônicas, como **“inflação”**, nesse último caso, nota-se a sua importância como elemento lexical chave na construção da *iconicidade isotópica*.

É interessante comparar-se a ES que dá título ao texto com a ES conclusiva. Embora muito parecidas, cada uma qualifica um item temático diferente e as suas estruturas são também sutilmente diferentes. O título, na verdade, chega a ser ambíguo: a ES **“Pobreza da aritmética”** qualifica a (visão) aritmética − como uma visão pobre −, mas também pode ser interpretada como a pobreza (extrema do brasileiro) proporcionada pela visão aritmética, nesse caso, o adjunto estaria qualificando e especificando “pobreza”, e indicando a sua causa: a pobreza como uma decorrência da visão aritmética, a qual o autor qualifica, na conclusão, com a ES **“Pobreza aritmética”**, com o sentido de (visão) aritmética pobre.

Destacam-se, na construção argumentativa do texto, não só as qualidades evocadas pelos signos, mas as qualificações do autor sobre os fatos. É desse modo que se constrói a relação do signo com o seu objeto: o signo refere-se ao objeto, mas é o objeto que determina o signo, com base numa ideologia e numa intenção.

Vê-se que, pelo rastreamento das ES e pelos valores por elas evocados − valores positivos e negativos postos em oposição −, como “pistas de leitura” (*iconicidade lexical*), e pela observância da sua organização e distribuição no tecido textual e na construção da argumentação − a relação de umas com as outras e com outros constituintes textuais (*iconicidade diagramática*) −, foi possível determinar um caminho de leitura (*iconicidade isotópica)* para se chegar à linha argumentativa do texto. Por sua função e eficácia no desenvolvimento do projeto argumentativo, essas expressões substantivas podem ser consideradas elementos de *alta iconicidade*.

O tipo de *iconicidade diagramática* que experimentamos nessa análise diz respeito à estrutura textual, ou seja, à distribuição e organização dos elementos textuais na construção do texto, e ao desenvolvimento da argumentação. Porém, Simões nos apresenta ainda outro tipo de iconicidade diagramática, concernente especialmente ao projeto visual (sonoro, no caso do texto oral), o qual pode ser visto na análise que se apresenta a seguir.

No **texto 3**, se negritarmos todas as ES, com maiores ou menores níveis de iconicidade, a expressão gráfica resultante disso indicará uma *alta iconicidade diagramática*, pela observância do número significativo dessas expressões, que o autor emprega com o intuito de persuadir, explorando o seus valores icônico-argumentativos condicionados pela

expectativa social (valores universais), relativos aos princípios humanos da moral, da ética, da dignidade, da honestidade e dos bons costumes.

Texto 3 (com as ES destacadas)

As bombas maiores (22/08/2015)

As pessoas têm **a tendência** de ver apenas **as bombas mais próximas** e ignorar **aquelas escondidas**, que ameaçam **o futuro**. **As bombas do momento** são **a corrupção que joga estilhaços de vergonha sobre todos os políticos**, especialmente d**os partidos no governo;** e **o descrédito de um governo que errou na economia**, faltou com **a verdade na campanha** e descumpriu **promessas**. Apesar disto, **o governo** vê apenas **as bombas imediatistas que ameaçam o equilíbrio fiscal**.

A crise política, econômica e moral que atravessamos parece impedir **a percepção das bombas que ameaçam o futuro mais distant**e. Ficamos presos à **bomba da corrupção, da inflação, do descrédito da presidente e dos políticos em geral**, não vemos **as outras bombas**.

A dívida dos estados e municípios já em **fase de explosão**, mesmo assim, ainda é relegada. **A explosão de gastos públicos**, face às **limitações da imensa carga fiscal**, destroçará **as contas públicas**. **Nossos entes federados** estão atravessando **a linha que separa dificuldades fiscais conjunturais da falência estrutural**, com **suas consequências sobre os serviços públicos e os salários dos servidores**. **A Previdência** explodirá em algum momento não muito distante, trazendo **sacrifícios devastadores sobre a população mais velha do país** e penalizando **os jovens**.

A pobreza − sobretudo depois de ter sido escondida pelo **marketing governamental dos últimos anos**, afirmando que ela teria sido transformada em **classe média** porque, endividando-se, consegue comprar **alguns equipamentos domésticos** – está explodindo n**a miséria da falta de educação, saúde, segurança, mobilidade**. **A violência urbana** é **uma bomba que explode como uma guerra civil de proporções gigantescas**, matando quase **60 mil brasileiros** por ano.

Nossa má educação e o consequente atraso na ciência e na tecnologia, que nos deixa cada dia mais atrasados em relação ao resto do mundo[19], são **a bomba que impedirá nosso ingresso no mundo do conhecimento que caracteriza a economia e a sociedade**.

O endividamento das famílias pode explodir, inviabilizando **nosso sistema financeiro aparentemente sólido** e sacrificando **a vida de nossa população**. **A incapacidade de gestão que caracteriza o Estado brasileiro dos últimos anos** ameaça **o crescimento de nossa economia** e **o bom funcionamento de nossa sociedade**. **A baixa poupança de nossas famílias, empresas e governo** é **uma bomba que impedirá os investimentos necessários à construção de uma infraestrutura eficiente, ao crescimento da economia e ao aumento da produtividade de nossa indústria**. **O desemprego** é **uma bomba trágica de grandes proporções**. **A bomba do consumo de drogas** corrói **famílias** e anula **o potencial de dezenas de milhares de jovens**.

Mas, **a maior das bombas** é **a despolitização do debate entre grupos políticos sem visão nem propostas, presos às pequenas bombas do presente,** sem **a percepção das grandes em andamento**: **o divórcio entre as urnas e as ruas, entre os políticos e o povo**, está explodindo no **colo da democracia**.

As ES assinaladas intercalam-se apenas por algumas palavras ou expressões que contribuem para compor a estrutura sintática do texto e para reforçar o conteúdo apelativo (os valores ideológicos) das próprias ES. Estas ocupam a maior parte da matéria escrita. Algumas ES contêm outras ES em sua formação.

Vale destacar a ES **"aquelas escondidas"** (1º parágrafo), pela sua composição sintática: a forma pronominal "aquelas", de acordo com a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2010, p. 238), é o núcleo do SN, mas não informa nada além das especificações morfossintáticas de pessoa (terceira), gênero (feminino) e número (plural), e

[19] Incluímos a oração adjetiva explicativa na ES destacada, como outras que apareceram em outros textos já analisados, por considerar a sua influência qualificativo-argumentativa sobre o núcleo substantivo da ES, a despeito de seu comportamento sintático ser diferente da oração adjetiva restritiva. Voltaremos a falar disso na análise do texto 6 (seção 2.4), quando trataremos da complexidade desse tipo de expressão.

está associada a um núcleo lexical – nesse caso, suprimido (**bombas**) – de outro SN, o qual lhe serve de referente anafórico. A forma pronominal expressa o gênero e o número desse núcleo e vem acompanhada do modificador-especificador “escondidas”, o qual lhe acrescenta um atributo (qualidade), que também contribui para o argumento.

Observar-se-á que umas ES são menos icônicas do que outras, mas isso não invalida o seu valor apelativo, visto que, frutos de uma escolha, cumprem o seu papel, mais ou menos referencial, na *isotopia* argumentativa a que se destina.

O uso quase abusivo das ES no texto expressa o quanto o autor acredita no potencial argumentativo dessas expressões. Isso fica bem claro com a análise dessa *iconicidade diagramática*.

Simões faz referência a outros modos de observar a *iconicidade diagramática*, mas, por ora, considerando os propósitos imediatos da análise, não nos estenderemos mais sobre esse tipo de *iconicidade*.

1.6.3.5 Iconicidade e verossimilhança

A relação da verossimilhança com a iconicidade, na perspectiva que adotamos, baseia-se na ideia de que a linguagem é produtora de mundos semióticos possíveis, ainda que esses mundos não correspondam ao vigente na sociedade que emoldura a interação. O texto é visto como uma produção individual, uma leitura e um dizer do mundo particulares do enunciador. O “real” e o “autêntico” são construções de linguagem. Essa verossimilhança decorre da estruturação dos signos na tessitura textual. Focaliza-se a potencialidade da organização textual conduzir o leitor a essa “verdade” construída pela linguagem. No caso do texto literário, por exemplo, o autor pode criar tantos mundos quantos for capaz. Já no texto jurídico (outro exemplo – este prima pela *argumentatividade*), a exploração da verossimilhança visa à construção de verdades necessárias à proteção dos indivíduos ante a possibilidade de incriminação. Em direito processual, verossimilhança é o que se pode inferir pela similitude das alegações condutoras dos conteúdos da materialidade da prova com o que está nos autos do procedimento. O juízo de verossimilhança é “um juízo de probabilidade construída por meio da coesão e da coerência na articulação dos signos que tecem o texto”

(SIMÕES, 2007, p. 27). Simões (op. cit., p. 27) cita Rosemiro Pereira Leal[20], para quem a prova inequívoca da verossimilhança, para que uma pretensão jurídica seja, ao final, julgada procedente, é o que aparenta ser verdadeiro, menos do que a certeza, mais do que uma simples credibilidade, comprovada pelo autor, e que sirva para o convencimento. Simões (*op. cit.*, p. 29) acredita que: "o homem se sente feliz quando é persuadido de uma verdade conveniente, porque assim parece acomodar-se ao contexto argumentativo". Nesse sentido, é melhor um argumento impossível que convença do que um possível que não convença, até o irracional pode ganhar uma aparência racional e tornar-se aceitável.

Essa visão, para Simões, recupera a ideia da mímesis aristotélica, em que a criação reunia arte e técnica e ultrapassava a realidade objetiva, demonstrando a capacidade inventiva dos sujeitos, bem como o domínio do código por eles utilizado. A produção humana da linguagem será sempre um simulacro − aqui entendido sem carga pejorativa ou negativa, com total objetividade.

Na perspectiva da verossimilhança, a produção da semelhança verifica-se no eixo da plausibilidade. Na produção comunicativa em geral, a verossimilhança é uma verdade textual que torna a argumentação plausível para o intérprete, portanto, capaz de persuadi-lo, por gerar imagens mentais que relacionam as ideias do texto à sua cosmovisão. A verossimilhança é uma característica atemporal, absoluta, independente do conhecimento. A própria ciência trabalha com critérios de verossimilhança, já que toda verdade afirmada é construída e relativa. Nesse aspecto, a plausibilidade é justamente essa condição de aceitação de uma verdade construída por meio da linguagem, da argumentação, sem que seja a verdade última, definitiva, de uma questão.

> (...) verificar-se-á que uma comunicação será verossímil quando for suficientemente potente para gerar semiose, ou seja, signo, interpretação. Desta forma, um texto será dotado de potencial de verossimilhança quando a cadeia sígnica que o constitui provocar a mente leitora de tal modo que lhe seja possível compor imagens mentais inteligíveis. Vale dizer que a constatação da verossimilhança de um texto não implica a aceitação da "verdade textual", mas a aceitação da estruturação textual como coerente e eficaz. Ou seja, é possível discordar do que diz o autor, sem com isso invalidar a coerência estrutural e argumentativa do texto. (SIMÕES, *op. cit.*, p. 31)

---

20 LEAL, Rosemiro Pereira. **Verossimilhança e inequivocidade na tutela antecipada em processo civil**. Revista da Fch Fumec, Belo Horizonte/MG, 20-37, 2000. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=874 (Acesso em: 17/04/2006).

Nessa visão, entender o potencial de verossimilhança de um texto é captar o seu potencial icônico diagramático, por meio do qual se formam as imagens interpretativas que darão plausibilidade ao texto.

A argumentação, na perspectiva do verossímil, leva o intérprete a uma sensação de conforto, já que o signo construído (de base icônica) estabelece relações de semelhança entre o que se diz e as suas possíveis crenças (cf. SIMÕES, *op.cit.*, p. 32). Lembrando que o objeto do signo não precisa ter existência real (pode ser uma ideia, um sonho, uma ficção), Simões conclui que uma imagem também pode representar algo que só existe a partir dela mesma. Desse modo, entendendo o texto como "imagem", a noção de uma iconicidade textual geradora de verossimilhança ajusta-se perfeitamente à concepção peirceana de objeto e representação (cf. SIMÕES, *op. cit.*, p. 33).

1.6.3.6 Verossimilhança e argumentação

Vimos que a verossimilhança é uma construção argumentativa fundada na associação de ideias similares que produzem a plausibilidade necessária para persuadir o intérprete. Entende-se, aqui, que a interpretação é construída a partir de uma relação verossímil entre os conteúdos do texto e a cosmovisão de quem o interpreta. São essas relações verossímeis que dão plausibilidade aos sentidos construídos e que funcionam como instrumentos de persuasão. Tanto a argumentação quanto a interpretação são espécies de *traduções intersemióticas*, nas quais se produzem signos capazes de "simular"[21] a realidade. *Simular*, porque os signos não são a realidade, apenas se parecem com ela. A verossimilhança textual é um produto dessas traduções intersemióticas, as quais se vão construindo no viés do que parece plausível aos interlocutores, por meio de uma iconicidade diagramática que funciona como um "mapa" na formação dos sentidos. É aí que entra a importância da seleção lexical, no âmbito da qual se situa o nosso objeto de estudo: *o aspecto icônico-argumentativo das expressões substantivas*.

> (...) cada texto constrói uma verdade peculiar, uma verdade textual. Esta não será necessariamente coincidente com os valores circulantes na sociedade em que se insere. Isso porque o texto é uma produção individual e, mesmo quando o enunciador está deliberadamente inserido no contexto, sua forma de ler e dizer o

[21] Como em Simões, aspeamos o termo para destacar que o mesmo não contém, aqui, as marcas negativas ou pejorativas que lhe caberiam em outros contextos.

> mundo será particular. Desde a seleção dos itens léxicos até a eleição dos argumentos com que defenderá sua tese, ou vice-versa. (SIMÕES, 2007, pp. 25-26)

Da leitura de Kristeva (*Introdução à semanálise*), mais propriamente, da noção de *verossimilhança semântica* (que corresponde à verossimilhança propriamente dita, em oposição a uma *verossimilhança sintática*, cunhada pela mesma autora), Simões destaca: que é verossímil todo discurso em relação de similaridade, de identificação e de reflexo com um outro; a relação de semelhança do *discurso natural* (não literário) com a lei de uma dada sociedade, num dado momento, num presente histórico; a semelhança entre o discurso (seus semantemas) e o princípio natural humano – natureza, vida, evolução, finalidade. A autora conclui que há um compromisso de similaridade do texto com algo que preexiste a ele (cf. SIMÕES, *op. cit.*, pp.37-38). Por outro lado,

> partindo da premissa de que o objeto do signo verbal icônico não é de modo algum qualquer parte da realidade, senão algo que se constrói na própria semiose (cf. NÖTH, 1995: 133-4[22]), a imagem resultante da iconicidade apurada no texto não terá necessariamente existência prévia ao texto. Via de regra, emergirá do texto. (SIMÕES, *op. cit*., p. 51)

Ou seja: há um compromisso com o que é previamente aceito, que é o que sustenta e dá plausibilidade à verossimilhança, mas o verossímil propriamente constrói-se no próprio texto.

O verossímil sintático de Kristeva seria o princípio da *derivabilidade*, segundo o qual cada uma das sequências textuais deriva da totalidade estruturada: "em outras palavras, por meio da verossimilhança sintática, partes estruturantes do texto derivam em outras que devem dar consistência ao processo argumentativo por meio da validação da lei retórica eleita pelo enunciador" (SIMÕES, *op. cit.*, p. 38).

O que Simões pretende, ao apresentar essas noções, é sugerir que se identifique a estruturação sígnica, a fim de extrair dela, tanto no plano semântico como no plano sintático, uma verdade textual que traduza a intenção do texto (*intentio operis* ou estratégia semiótica, segundo Eco, 2005, p. 76), a que a autora chama *projeto comunicativo*. (Cf. SIMÕES, *op. cit*., pp. 38-39).

Cada mensagem produzida cumpre um projeto comunicativo e esforça-se por convencer à sua maneira.

---

[22] NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1995.

> Partindo da ideia de que a comunicação é um processo que permite a veiculação de ideias entre sujeitos e de que subjaz ao projeto de dizer uma intenção de fazer-fazer (cf. SEARLE, 1984[23]), impõe-se trazer à baila a questão relativa a tese e argumento. Isso porque o projeto de dizer, em última análise, é a apresentação e defesa de um ponto de vista, ou de uma tese sobre algo. Logo, a intenção originária de persuadir alguém a aceitar algo como válido e, por conta disso, passar a proceder de uma dada maneira, demanda a reunião de um arsenal de argumentos que venham não só a sustentar sua tese, mas, sobretudo, induzir o outro (seu interlocutor) a aceitar a verdade então construída como sua verdade. Nessa ótica, a construção de teses alicerçadas por argumentos plausíveis seria o ingrediente indispensável à produção do que aqui se entende como verossimilhança. Opera-se com a ideia de que a verossimilhança seja uma verdade (via de regra pontual porque circunscrita a um dizer) emergente do texto. (SIMÕES, *op. cit.*, p. 57)

Ressalte-se que

> a verdade textual resultante não tem obrigação de afinar-se com verdades circulantes, desde que o enunciador seja capaz de construir uma argumentação plausível. Ou seja, gerar um texto cuja mensagem possa não coincidir com as ideias prévias do intérprete, mas que sejam por este aceitas como uma interpretação alternativa para o tema. (SIMÕES, *op. cit.*, p. 58)

Fica entendido que toda verdade afirmada é relativa e que a verossimilhança é uma qualidade do texto que o aproxima o mais possível das verdades circulantes, sem, contudo, comprometer-se com essas verdades. A verossimilhança é uma construção argumentativa que não opera entre verdades e mentiras. Uma argumentação bem construída, fundada na verossimilhança, será dotada de iconicidade e levará o intérprete a admitir como verdade o dito, independentemente de concordar ou não com ele, bastando, para isso, estar "claro, coeso e coerente em si mesmo" (SIMÕES, *op. cit.*, p. 94).

Vejamos como Buarque constrói a verossimilhança no **texto 5**, valendo-se da expressão substantiva como produtora de imagens que se transformam em argumentos plausíveis:

Texto 5

'Aedes brasilis' (23/01/2016)

O ***Aedes aegypti*** é um produto do ***Aedes brasilis***: **os brasileiros**

23 SEARLE, John. **Os actos de fala**. Coimbra: Almedina, 1984.

imprevidentes com saneamento e educação cívica. A consequência do casamento entre estes dois *Aedes* é o sofrimento de milhões de doentes contaminados com o vírus da dengue, e milhares com o vírus zika, que, possivelmente, provoca a **tragédia da microcefalia**.

O cérebro humano cresce três gramas por dia, durante o terceiro trimestre de sua gestação; depois, mais dois gramas diários durante os seis primeiros meses de vida, dependendo da alimentação e de estímulos físicos e educacionais. A partir daí, continua crescendo lentamente ao longo de alguns anos iniciais de vida, mas seu potencial intelectual cresce indefinidamente graças aos diversos meios de educação, sobretudo na escola. Raramente, a natureza interrompe o crescimento natural do cérebro, mas no Brasil, nós o interrompemos pela omissão como tratamos o *locus* do seu desenvolvimento: na escola.

Desde a Proclamação da República, provocamos limitações intelectuais em dezenas de milhões de brasileiros, contaminados pelo *Aedes brasilis* que induz ao **analfabetismo**, impedindo brasileiros de reconhecer a própria bandeira, por não serem capazes de ler "Ordem e Progresso". Este é o grau mais violento, mas não o único, n**a interrupção do crescimento intelectual do cérebro**, provocado pelo *Aedes brasilis*.

Também é vítima do *Aedes brasilis* cada criança jogada para fora de uma escola de qualidade antes do fim do ensino médio. Ao longo de nossa história, a maioria da população vem sendo contaminada por um zika social transmitido pelo *Aedes brasilis*. Ainda mais grave para um país que se diz republicano, o *Aedes brasilis* seleciona a vítima conforme a renda familiar. As crianças de alta renda dispõem de recursos para protegerem-se do vírus da **microcefalia intelectual**, são vacinadas em boas escolas, enquanto as crianças de baixa renda ficam condenadas ao **vírus social**.

A tragédia pessoal destes milhões de contaminados se transforma em tragédia histórica, porque, ao impedir a população de desenvolver plenamente seus talentos intelectuais, o *Aedes brasilis* limita o aproveitamento de centenas de milhões de cérebros, provocando **uma microcefalia social que impede transformar o Brasil em um potente centro de desenvolvimento científico e tecnológico**.

As consequências desta microcefalia social são **o atraso econômico e social**; além de dificultar **o avanço político e a construção de uma sociedade democrática, eficiente e harmônica**. Ainda mais, é a **microcefalia**

> **intelectual** que impede **o Brasil** de ter **os sistemas de saneamento e de educação cívica** propiciando (*sic!*) **o desenvolvimento do *Aedes aegypti***. **O *Aedes brasilis*** provoca **microcefalia social**, que termina sendo **a principal causa das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* e todas as demais formas de pobreza intelectual**.

Com o neologismo ***"Aedes brasilis"*** − uma ES −, que serve de título para o texto e de ponto de partida da sua argumentação, o autor faz um encapsulamento de toda a realidade política e social do Brasil, no que diz respeito ao comportamento geral dos "brasileiros imprevidentes com saneamento e educação cívica" (1º parágrafo).

O termo criado motiva-se pela associação com o nome ***"Aedes aegypti",*** referente ao mosquito transmissor de várias doenças, `especialmente a dengue e a zika, que atingem hoje, severamente, a população brasileira.

Em sua origem grega, o nome "*aedes*" (*ἀηδής* /aēdēs) significa "desagradável"[24]. Formando a expressão substantiva com o modificador ***brasilis*** − por associação a "Brasil" −, passa a designar e qualificar os brasileiros que seriam os responsáveis pela **"tragédia da microcefalia"**, ou seja, "**os brasileiros imprevidentes com saneamento e educação cívica"** (ambas, 1º parágrafo). A ES **"tragédia da microcefalia"**, reavaliada no 5º parágrafo, com as ES **"tragédia pessoal"** e **"tragédia histórica"**, que evocam e acrescentam outras qualidades – "tragédia pessoal (da microcefalia)" e "tragédia histórica (da microcefalia)" −, expressa um juízo, numa perspectiva social. O juízo expresso no *signo* **tragédia** é motivado pela gravidade e pelo avanço no número de casos de intercorrência de microcefalia em bebês, durante a gestação, quando a mãe é acometida pela zika, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. Nas duas ES reavaliadas do 5º parágrafo, os adjetivos *pessoal* e *histórica* contribuem na qualificação do fato.

A microcefalia é uma rara condição em que o bebê nasce com o crânio menor do que o tamanho normal, impossibilitando o crescimento do cérebro e comprometendo o desenvolvimento intelectual da criança. Hoje, no Brasil, tem-se um número expressivo de casos da doença, em decorrência, acredita-se, da falta de controle dessa espécie de mosquito.

---

[24]Cf. *Origem Da Palavra – Site de Etimologia*. Disponível na Internet, via: http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/aedes/ (acesso em 10/0/22016).

Na construção do *verossímil*, o autor faz um paralelo entre essa condição biológica (a microcefalia), que atinge especialmente crianças brasileiras de baixa renda − as de alta renda "são vacinadas em boas escolas" −, e outra condição que atinge as mesmas crianças, a **"microcefalia intelectual"**, por ficarem "condenadas ao **'vírus social'**" (4º parágrafo) transmitido pelo que ele denominou ***"Aedes* brasilis"**. Este "induz ao **'analfabetismo'**", causando **"a interrupção do crescimento intelectual do cérebro"** (3º parágrafo) e provoca **"uma microcefalia social que impede transformar o Brasil em um potente centro de desenvolvimento científico e tecnológico"** (5º parágrafo) e "que termina sendo **'a principal causa das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* e todas as demais formas de pobreza intelectual'** (6º parágrafo).

O qualissigno (o fundamento) que associa os dois signos (as expressões substantivas ***"Aedes aegypti"*** e ***"Aedes brasilis"*)** − nessa construção verossímil − é a responsabilidade atribuída aos seus referentes. O novo termo, entretanto, superaria o que o motivou, pela maior responsabilidade atribuída, visto que a falta de controle do *Aedes aegypti* é tida como uma consequência do *Aedes brasilis*. Ocorre aí o recurso argumentativo da *hierarquia* (que se verá na seção 2.13), com o qual se atribui maior valor (negativo, nesse caso) a um do que a outro, tendo em vista uma (des)qualificação.

Na associação, o autor constrói a verossimilhança – um "mundo semiótico possível"[25] −, aproveitando-se desse qualissigno – a responsabilidade atribuída −, para descrever o comportamento político brasileiro pelo descaso com a educação e com o saneamento como propiciador da **"microcefalia social"** (6º parágrafo). Esta ES refere-se à condição social − equivalente e motivadora da doença real − provocada pelo ***"Aedes brasilis"***, que faz referência, no 1º parágrafo, aos **"brasileiros imprevidentes com saneamento e educação cívica"**. Com a descrição, o autor sugere uma possibilidade e, de certo modo, indica uma ocorrência, o que caracteriza o aspecto icônico-indicial do signo em questão (***"Aedes brasilis"*).** A similitude entre as alegações do autor e os efeitos da doença (real) seriam suficientes para verificar-se a plausibilidade do neologismo e do argumento. Mas, além disso, o autor apela para uma espécie de verdade conveniente que contribui para a verossimilhança, pois que se baseia nas crenças sociais que afetam os seus leitores. Com esse recurso, espera provocar nos leitores uma sensação "confortável", induzindo-os a produzir uma verossimilhança na interpretação – fundamentada nas mesmas crenças −, em busca da plausibilidade. Vê-se isso no parágrafo conclusivo, repleto de *expressões substantivas*:

---

[25] V. seção 1.6.3.5.

Texto 5 (Parágrafo conclusivo)

‘Aedes brasilis’ (23/01/2016)

As consequências desta microcefalia social são **o atraso econômico e social**; além de dificultar **o avanço político e a construção de uma sociedade democrática, eficiente e harmônica**. Ainda mais, é a **microcefalia intelectual** que impede **o Brasil** de ter **os sistemas de saneamento e educação cívica propiciando o desenvolvimento do *Aedes Aegypti***. **O *Aedes brasilis*** provoca **microcefalia social**, que termina sendo **a principal causa das doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti* e todas as demais formas de pobreza intelectual**.

Fique bem claro que não nos cabe nem é a nossa intenção avaliar criticamente a atitude argumentativo-apelativa do autor. O que queremos mostrar é o modo como, nesse texto, o autor usa uma ES para, a partir dela – e isso já é indicado desde o título, que é a própria ES referida −, construir uma verossimilhança, com o intuito (*intentio operis* ou estratégia semiótica, segundo Eco, 2005, p. 76, ou *projeto comunicativo*, segundo SIMÕES, 2007, pp. 38-39) de persuadir.

2 PARÂMETROS DA ARGUMENTAÇÃO

Neste segundo capítulo, apresentam-se os fundamentos gerais da argumentação, que trazemos para dialogar com os fundamentos semióticos apresentados, para a análise dos aspectos icônico-argumentativos do nosso objeto de estudo.

2.1 **Argumentação, discurso, enunciado e língua**

Anscombre e Ducrot (1988) entendem a argumentação como um modo de exercer uma influência: para consolar, persuadir, convencer, fazer agir, contrariar ou embaraçar. A atenção dos autores, entretanto, não está voltada para o objeto dessa influência, como se poderia pensar, mas para as influências que não podem ser realizadas sem ser proclamadas, as que dependem de um discurso para se manifestar e que são, elas mesmas, o próprio objeto do discurso. O discurso, por sua vez, manifesta-se por meio dos enunciados, dos quais a força argumentativa é parte integrante. A força argumentativa é, na verdade, a parte que orienta o enunciado. Nesse sentido, a língua é o lugar da argumentação. Os engendramentos argumentativos são determinados por um ato particular de linguagem (o ato de argumentar) e representam mais do que as informações que eles veiculam, são leis para a estrutura linguística dos enunciados. Um enunciado é, para os autores, um argumento em favor de um outro enunciado que o seguirá e que se constituirá a partir dele. Um locutor constrói uma argumentação desde que apresente um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) que se destina a admitir um outro (ou um conjunto de outros) E2.

> Nossa tese é a de que há na língua forças que regem essa apresentação [dos enunciados]. Para que um enunciado E1 possa ser dado como argumento em favor de um enunciado E2, não basta, com efeito, que E1 dê as razões para se admitir E2. A estrutura linguística de E1 deve satisfazer a certas condições para que ele esteja apto a constituir, num discurso, um argumento por E2[26]. (ANSCOMBRE e DUCROT, 1988, p. 8 – trad. nossa)

Com isso, os autores propõem que se repensem as possibilidades de engendramento argumentativo dentro do estudo da língua e não abandonado a uma teoria extralinguística, como entendem muitos pesquisadores.

A argumentação é um modo de organização do discurso. Segundo Garcia (1975), procura-se "*formar a opinião* do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a *razão* está conosco, de que nós é que estamos com a posse da verdade", fazendo isso "mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente". Mas, para o autor, a boa argumentação não deve se limitar a isso: deve ser

---

26 O texto-base em francês é: *Notre tèse est qu'il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation. Pour qu'un énoncé E1 puisse être donné comme argument em faveur d'un énoncé E2, il ne suffit pas em effet que E1 donne des raisons d'aquiescer à E2. La structure linguistique de E1 doit de plus satisfaire à certaines conditions pour qu'il soit apte à constituer, dans um discours, um argument pour E2.*

"*construtiva* na sua finalidade, *cooperativa* em espírito e socialmente *útil*" (pp. 354-355, grifos do autor).

2.2 **Retórica, dialética e argumentação: um pouco de história**

As reflexões sobre a retórica vêm variando desde a antiguidade grega, a depender da época e do contexto histórico. O raciocínio foi visto por Aristóteles de dois diferentes modos (não excludentes entre si), a saber: por demonstração analítica e/ou por argumentação dialética. O primeiro, fundado em proposições evidentes, garantiria a certeza, a verdade, servindo à lógica formal; o segundo, alicerçado em argumentos prováveis, *opiniões* aceitas por todos, pela maioria ou pelos sábios, levaria a conclusões verossímeis. Parece não haver nenhuma sugestão de que Aristóteles os hierarquizava. O compromisso com a verdade, entretanto, fez com que o modo de raciocínio analítico alcançasse um estatuto de seriedade entre os filósofos, que relegaram o outro, o modo dialético, ao plano dos sofismas, das técnicas de persuasão sem compromisso ético. Esse desprezo pelo "persuadir e convencer" associado à dialética surgiu com o cristianismo, que não poderia conviver com uma multiplicidade de premissas como ponto de partida para a argumentação.

> Com efeito, se a verdade fundamental do conhecimento humano nos é revelada por Deus, não há como atribuir igual importância a um raciocínio fundado em meras opiniões de homens que, por mais sábios, notáveis e ilustres que sejam, estão contaminados pelo pecado original. (COELHO, Fábio. 2005, p. XIII)

Posteriormente, o desprezo partiu do racionalismo, que tentou explicar tudo pelo método científico e pelos padrões de racionalidade, sem os quais, as opiniões eram consideradas conceitos descartáveis, perniciosos ou mesmo inúteis. Mal compreendido, o raciocínio dialético era visto como mera técnica a serviço de interesses mesquinhos, incapaz de se afirmar por sua própria "verdade", e que lançava mão de quaisquer meios para obter a adesão dos interlocutores, apesar de a concepção aristotélica da dialética ser bem mais criteriosa do que isso: a preocupação de Aristóteles era a de legitimar tão-somente as manifestações do intelecto humano resultantes de determinado método que possibilitasse o controle de sua pertinência.

Desse modo, a dialética foi abandonada como ideia “menor”, desprezível, enquanto o modo analítico de raciocinar, do próprio Aristóteles, ganhava a cena nos estudos filosóficos durante vinte e três séculos, até que, em 1947, na Bélgica, Chaïm Perelman, junto com a sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca, deram início a pesquisas que resultaram, em 1958, na publicação do *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. Suas reflexões resgataram e ampliaram o conceito aristotélico de dialética[27] até então desprezado, voltando-se para o discurso argumentativo e os conceitos de auditório interno e auditório universal.

O tratado da dialética de Aristóteles propõe-se a constituir um método de raciocínio, a partir de opiniões de aceitação geral, que gere convicção por si mesmo − e não por meio de qualquer outra coisa – e que seja aceitável por plausibilidade, habilitando o orador na sustentação de um argumento que o torne capaz de esquivar-se de qualquer coisa que o contrarie. (Cf. ARISTÓTELES, 2010, pp. 347-372)

2.3 **O ponto de partida de Perelman e a Nova Retórica**

Na construção do seu *Tratado da Argumentação*, visando apresentar as características particulares da argumentação, bem como as suas técnicas, com o fim de instruir todos aqueles que têm a tarefa de convencer e/ou persuadir, seja lá qual for o propósito, Perelman parte do raciocínio jurídico, com o intuito de definir se os julgamentos expressam apenas as emoções, interesses e impulsos do julgador ou se existiria uma lógica dos julgamentos de valor. No seu raciocínio, o justo se traduz em dispensar tratamento igual a situações que se revelam semelhantes: “Esse conceito de justiça somente se pode operar a partir de um julgamento de valor acerca dos traços a tomar por relevantes, na aproximação ou no afastamento entre qualquer nova situação e a que serve de precedente” (COELHO, 2005, p. XIII).

Mas os julgamentos de valor, numa primeira impressão, parecem arbitrários e insuscetíveis de tratamento racional. Não caberia considerar irracional e relegar ao sabor das emoções e dos interesses a aplicação do direito, seria como abandonar a disciplina da conduta humana e confiá-la à violência. Nesse sentido, Perelman lança-se à pesquisa de uma “lógica dos julgamentos de valor”, de que nascerá a *Nova Retórica*.

---

27 A palavra “dialética” deve ser usada com cuidado, pois seu sentido original foi alterado ao longo dos séculos

A conduta de Perelman enraíza-se no pensamento filosófico de Aristóteles e, apesar de motivada por questões originariamente jurídicas, acaba contribuindo significativamente, na segunda metade do século XX, para a própria Filosofia (cf. COELHO, *op. cit.*, p. XV).

A *Nova Retórica*, de Perelman, estabelece a ligação entre a aplicação de normas e o raciocínio dialético em sua formulação aristotélica.

> Ora, o pressuposto de tal liame é a negação da existência de interpretações jurídicas "verdadeiras". As premissas da argumentação não são evidentes, mas resultam de um acordo entre quem argumenta e seu auditório: são as *opiniões* de que falava Aristóteles. (COELHO, *op. cit.*, p. XVI)

O saber fundado nessas premissas pode ser verossímil, nunca será verdadeiro ou falso. O propósito de obter-se esse conhecimento é observar os "meios de sustentar determinada decisão como sendo mais justa, equitativa, razoável, oportuna ou conforme o direito do que outras tantas decisões igualmente cabíveis" (*ibid.*). O estudioso do direito passa a conhecer a adequabilidade desses meios, revelada por argumentação retórica e não por demonstração lógico-dedutiva, como requer o método analítico. Com a ruptura anticientificista, perde-se o caráter normativo da teoria do conhecimento jurídico e integra-se a produção doutrinário-acadêmica ao cotidiano profissional do direito. Nesse *novo conceito jurisfilosófico, doutrinadores, jurisconsultos, advogados e juízes,* os operadores do direito, são tidos, em pé de igualdade, todos eles, como articuladores de argumentos convincentes.

No pensamento contemporâneo,

> a Nova Retórica é (...) o "discurso do método"[28] de uma racionalidade que já não pode evitar os embates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões. Já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade *a priori* da tese válida, mas sim, de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões. A abertura para o múltiplo e o não coercivo torna-se, então, a palavra-mestra da racionalidade. (MEYER, 2005, p. XX)

A Nova Retórica, de Perelman, rompe com uma concepção de razão e de raciocínio oriunda de Descartes (que não pôde aceitar como critério de racionalidade o homem se expressando de múltiplas maneiras), constituindo um marco na filosofia ocidental do final do século XX.

---

28 Esta expressão remete a Descartes.

2.4 **O campo da argumentação**

O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, escapa à certeza do cálculo. Descartes considerava quase como falso tudo que fosse apenas verossímil. Para ele, a evidência era a marca da razão e racionais eram as demonstrações baseadas em provas apodícticas, ou seja, demonstráveis, necessárias ou evidentes. Só que não se argumenta contra evidências, mas em situações problemáticas. E é nesse sentido que a argumentação se identifica com a dialética, concebida pelo próprio Aristóteles como a arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas (cf. PERELMAN, 2005, p. 5).

A teoria da argumentação defendida por Perelman, de alcance filosófico, propõe-se a criticar a *ideia de evidência* como característica da razão, abrindo espaço para um uso diferenciado da razão, não redutível à evidência, mas com o propósito de dirigir a nossa ação e influenciar a ação dos outros. Essa teoria tem como objeto "o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*" (PERELMAN, *op. cit.*, p. 4), sem intenção de mensurar os níveis de adesão esperados, porque variáveis, e sem compromisso com a verdade, deixando essa preocupação para outras investigações possíveis, admitindo-se a possibilidade de haver interferência ou correspondência entre adesão e verdade.

Devido aos diversos sentidos adquiridos pelo termo *dialética*, ao longo da história, e à possibilidade da má interpretação desse termo, afastando-se do significado original aristotélico, Perelman prefere identificar seus estudos com o conceito de *retórica*. Essa identificação também se justifica por enfatizar o fato de que "*é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve*" (PERELMAN, *op. cit.*, p. 6 – grifo do autor):

> O objeto da retórica antiga era, acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo; referia-se, pois, ao uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida numa praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que se lhe apresentava. (*ibid.*)

Nesse sentido, a arte oratória é igual a qualquer argumentação, mas limitada a uma apresentação oral a uma multidão reunida numa praça. A Nova Retórica, fundada por Perelman, não se limita a esse tipo de apresentação nem tende a formar praticantes, como era o caso da retórica antiga. O que se deseja, nesse novo intuito, é compreender o mecanismo do pensamento, ou melhor, como se estrutura a argumentação. Esta dá-se tanto no discurso oral

como no escrito e, embora as técnicas de cada uma dessas modalidades diferenciem-se, há uma lógica argumentativa comum a ambas. Aliás, reconhecendo a importância e o papel modernos dos textos impressos, o autor prefere concentrar-se sobretudo neles. Como os textos escritos se apresentam das formas mais variadas, urge investir numa teoria geral da argumentação.

O *Tratado da Argumentação* de Perelman versa sobre o uso da linguagem para persuadir e para convencer. Para ele, "as crenças mais sólidas são as que não só são admitidas sem prova, mas também, muito amiúde, nem sequer são explicitadas" (PERELMAN, *op. cit.*, p. 9). O modo mais seguro de obter adesão é a experiência e o cálculo conforme regras previamente aceitas. Mas, quando essas regras são questionadas ou quando não há acordo, a argumentação não pode ser evitada.[29]

Temos visto que a proposta de Perelman não está voltada simplesmente para a análise das técnicas argumentativas nos discursos, mas, especialmente para instruir o orador. Este deve saber, antes de tudo, adaptar-se ao seu auditório.

2.5 **A importância do auditório**

Conserva-se a ideia de *auditório* da retórica tradicional – todo discurso se dirige a um auditório, esteja ele presente ou não, todo texto é condicionado, consciente ou inconscientemente, por aquele(s) a quem é pretensamente dirigido, ficando, assim, associados os termos "discurso", "orador" e "auditório", quando se trata de argumentação. Em *Fedro* (p. 273), Aristóteles preconiza uma técnica que poderia convencer os próprios deuses. Para tanto, é preciso levar em conta a qualidade dos espíritos que ela consegue convencer. As mesmas técnicas argumentativas encontram-se em todos os níveis, tanto nas discussões cotidianas ou familiares, como nos meios mais especializados. Entretanto, se quiser agir, o orador é obrigado a adaptar-se ao seu auditório. (Cf. PERELMAN, 2005, p. 8)

Tecnicamente, o auditório "é o conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso" (PERELMAN, 1987, p. 237). É a qualidade do auditório que determina a da argumentação: "Um discurso demagógico e enganador poderia talvez

29 Perelman chama a atenção para o fato de que seu campo de interesse são os meios para persuadir e convencer articulados pelo uso da linguagem verbal, ficando de fora quaisquer outros meios (cf. PERELMAN, 2005, p. 9).

persuadir um auditório de ignorantes, mas não um auditório de elite" (*op. cit.*, p. 239). Mas não é só essa qualidade social que deve contar: também o conhecimento das teses e dos valores do auditório deve servir como ponto de partida para a argumentação. Uma tese pode ser admitida ou afastada por ser ou não oportuna, socialmente útil, justa e equilibrada. Isso também vai depender do quantitativo: se o auditório é constituído por um só indivíduo ou um pequeno grupo, é possível lançar mão de questões diretas – técnica utilizada por Sócrates nos diálogos platônicos. No entanto, em caso contrário, quando o auditório é numeroso ou não se pode assegurar que haja adesão às teses, como num auditório universal, será necessário trabalhar com fatos, presunções razoáveis ou verdades incontestáveis, valores universais supostamente admitidos por todos. Essa seleção, entretanto, vai depender da maneira como o orador concebe esse auditório universal ao qual ele se dirige, o que não é mais que uma hipótese, construção do seu espírito, que será submetida à prova da experiência (cf. PERELMAN, 1987, p. 234-240). Nesse caso, conta também, é claro, a habilidade do orador.

A adaptabilidade do discurso ao auditório é um ato icônico. O enunciador parte da "imagem" que ele tem do auditório para o qual dirige o seu discurso. Mas não é só o enunciador que participa desse ato, pois o auditório também tem uma "imagem" do enunciador. Essa imagem que o auditório tem ou constrói do enunciador também participa da mensagem.

2.6 **Sobre as presunções razoáveis**

Perelman destaca que as presunções estão associadas habitualmente àquilo que normalmente se produz e sobre o que é razoável pressupor, e apresenta como exemplos: a presunção de que a qualidade de um "acto" manifesta a qualidade da pessoa; a presunção da credulidade natural que faz com que o nosso primeiro movimento seja o de acolher como verdadeiro aquilo que nos é dito; a presunção de interesse, segundo a qual todo enunciado trazido a nosso conhecimento é suposto interessar-nos; a presunção que concerne o caráter sensato de qualquer ação humana (cf. PERELMAN, 1987, p. 241).

2.7 **Sobre a análise da argumentação**

A proposta de Perelman tem em vista instruir o orador. A nossa proposta final, entretanto, não está voltada para a produção dos textos argumentativos, mas para a leitura desses textos, o que indica que a nossa perspectiva é diferente da adotada pelo autor. No entanto, como produção textual e leitura caminham numa mesma direção, a da produção de sentidos, e, como o texto é o lugar de interação entre enunciador e leitor/ouvinte, que são coprodutores, precisamos recorrer justamente ao conhecimento dos recursos de produção, para que possamos compreendê-los e melhor interpretá-los.

Desse modo, na análise do aspecto icônico-argumentativo a que nos propomos, devidamente fundamentada na semiótica peirceana, já referida, na técnica da argumentação apresentada por Perelman e na visão pragmática de Anscombre e Ducrot, investigamos os valores e juízos emergentes das qualidades dos *signos* − as *expressões substantivas* −, considerando a seleção desses itens lexicais e os seus arranjos na estrutura argumentativa do texto, com a finalidade de identificar os mecanismos de construção dessa estrutura e interpretá-los em função dos seus efeitos de sentido, que levam ao projeto argumentativo do texto.

2.8 **A visão de Anscombre e Ducrot**

Na visão semântico-pragmática de Anscombre e Ducrot (1988) − porque, para eles, a semântica, a pragmática e até mesmo a sintaxe confluem a um só tempo para os processos de significação −, há, na maior parte dos enunciados, certos traços que determinam o seu valor pragmático, independentemente do seu conteúdo informativo. E essas marcas estão frequentemente imbricadas na estrutura sintática. Eles citam a teoria dos pronomes, de Benveniste, algumas teorias da pressuposição e o valor pragmático de certas conjunções muitas vezes independente de qualquer valor informativo, mas, com muita frequência, condicionado pela sintaxe. Nessa visão, a argumentação está presente na relação entre enunciados, mas também em um traço constitutivo dos enunciados que tem a função de orientar o interlocutor para um certo tipo de conclusão (e não outra). Considerando-se esses dois “lugares” da argumentação na análise de um enunciado – o traço constitutivo e a relação entre enunciados −, é preciso dizer qual orientação ele porta, ou ainda, em sentido restrito,

definir em favor de que ele pode ser um argumento. Presente na maior parte dos enunciados dos discursos, a argumentação é determinada pela estrutura linguística desses enunciados.

A visão pragmática nos permite entender a argumentação também como uma realização de dois atos: de uma parte, a enunciação de um argumento e, de outra, um ato de inferir. Dizer, por exemplo, que um enunciado E1 é um argumento para um enunciado E2 implica dizer que E2 fundamenta-se numa inferência a partir de um fato indicado em E1 ou da enunciação de E1 (cf. ANSCOMBRE e DUCROT, 1988, p. 11).

2.9 **Argumentação e processos cognitivos: inferência, percepção e crença**

A inferência é considerada por Anscombre e Ducrot um elemento da própria língua. Afastando-se, em nome da técnica da descrição linguística, do significado habitual de *ato de inferir* (como "o ato psicológico que consiste em fundar uma convicção sobre certos índices"), esses autores preferem considerá-lo como "um ato de linguagem cuja realização implica a produção de um enunciado" (ANSCOMBRE e DUCROT, *op. cit.*, p. 14 - trad. nossa). Na sua visão, contudo, não se pode dar conta da argumentação apenas a partir dos atos de inferência, pois essas duas coisas têm naturezas bem distintas: "A argumentação se situa totalmente no nível do discurso, enquanto a inferência está ligada às crenças relativas à realidade"[30] (*ibid.*).

Na perspectiva semiótica, Benjamin Picado (2009) pensa as relações entre os processos cognitivos e a estrutura da significação, lembrando que, de acordo com Peirce, as coisas que se nos apresentam aos sentidos manifestam-se à nossa atenção como reunindo um conjunto de qualidades salientes ou *aspectos*. Daí, dá-se o caráter de hipótese da nossa percepção. Esse processo relacional entre as qualidades salientes e a produção de uma hipótese traz à luz o caráter de juízo inerente à nossa percepção dos fatos. Para Picado, "nossos juízos perceptivos já assumem, na sua origem mesma, a forma de uma conjectura sobre a realidade". Desse modo, a nossa percepção dos fatos já nasce investida de um juízo sobre a realidade, e as nossas inferências têm origem na nossa subjetividade e em nossos esquemas conceituais sobre a realidade.

São essas "qualidades salientes" das expressões substantivas que perseguimos nas análises, como pistas da arquitetura argumentativa, tendo em vista produzir hipóteses (trilhas)

30 O texto-base em francês é: "L'argumentation se situe toute entière au niveau du discours; l'inférence, elle, est liée à des croyances relatives à la réalité."

de sentido plausíveis − relacionadas com as nossas crenças relativas à realidade −, pela ótica dos julgamentos de valor, sob o critério da iconicidade.

2.10 **Os juízos de valor**

Consideremos que um ato de referir depende de alguém que produza um enunciado. Nesse caso, é o enunciador que faz a referência por meio de uma palavra, expressão ou frase, com base em um juízo de valor. O valor indica atitude favorável ou desfavorável a respeito do que é qualificado. Desse modo, enquanto as verdades, os fatos e as presunções universais primam pela objetividade, os valores indicam apreciação, portanto, subjetividade. Porém, entre estes, é possível encontrar valores universais, como o verdadeiro, o bem, o belo e o justo, admitidos pelo senso comum, embora sejam passíveis de divergências.

Os valores encontram-se, muitas vezes, "hierarquizados" ou intensificados pela "presença" ou pelo "*ethos*".

2.11 **Hierarquia e presença**

Ligados à noção de valor, a hierarquia e a presença também marcam a subjetividade na argumentação.

A hierarquia diz respeito às ideias de que os homens são superiores aos animais e os deuses aos homens; a maior quantidade de um valor positivo é superior à menor quantidade desse valor e a menor quantidade de um valor negativo é superior à maior quantidade desse valor, e aquilo que é raro é superior, preferível, porque é insubstituível. Assim como os lugares da ordem, do existente, da essência, da pessoa e daquilo que lhe está ligado sobre o que diz respeito aos outros se apoiam na noção de *hierarquia*, a seleção dos fatos e dos valores mencionados, a descrição numa certa linguagem, o grau de insistência e o seu modo de apresentação, tudo isso decorre de uma *escolha* baseada no grau de importância dado a esses elementos.

Com base nesse grau de importância, o orador pode fazer uso ainda de "técnicas de apresentação, criadoras de presença", tais como "a repetição, a anáfora, a metábole, a amplificação, a congérie, o pseudodiscurso directo, a enálage e a hipotipose" (PERELMAN,

1987, p. 244)[31]. Cria-se presença também insistindo-se longamente em certos elementos: "prolongando a atenção que se lhes dá, aumenta-se a sua presença na consciência dos auditores. É demorando sobre um assunto que se criará a emoção procurada" (*ibid.*). Segundo Perelman, a *presença* age diretamente sobre a nossa sensibilidade.

Na análise do **texto 6**, o autor explora o recurso da repetição de estrutura das ES, para "criar presença".

Texto 6

Depois da Lava-Jato (8/8/2015)

O Brasil começou a ficar mais limpo depois que juízes, procuradores e policiais federais conseguiram prender políticos poderosos e empresários ricos. Espera-se que este trabalho continue desvendando tudo de todos, e que a Justiça faça a sua parte, sem cair outra vez nos truques que terminam zerando o trabalho de pessoas como o juiz Moro, o procurador Janot e todos aqueles que os ajudam.

A operação Lava-Jato fará o Brasil mais limpo, mas não bastará para construir o país que desejamos, porque **nossos problemas** vão além d**a corrupção no comportamento dos políticos e empresários**: eles são criados, sobretudo, pela corrupção nas prioridades das políticas que definem como os recursos públicos são usados e para onde levam nosso país.

Além d**a corrupção que a Lava-Jato está tornando visível**, temos **uma imensa rede de corrupção invisível**: **o analfabetismo e a baixa qualidade da educação, que rouba o futuro das crianças e do Brasil**; **o sistema precário de saúde, que rouba a vida e impõe sofrimento a milhões de pessoas**; **o ineficiente sistema de transporte público, que impede a mobilidade eficiente e rouba pedaços da vida de milhões de trabalhadores em seus deslocamentos diários**; **a violência urbana que faz com que nossas ruas matem e assustem mais**

31 Perelman chama atenção para o uso argumentativo dessas figuras: "Uma figura é argumentativa se o seu emprego, ao arrastar uma mudança de perspectiva, parece normal relativamente à nova situação. Pelo contrário, se o discurso não arrasta a adesão do auditor, a figura será percebida como ornamento, como figura de estilo, tendo talvez algum valor literário, mas sendo ineficaz como meio de persuasão" (*ibid.*).

do que as ruas de países em guerra; um sistema de gestão pública que rouba o valor da moeda e impede o bom funcionamento e crescimento de nossa economia.

Podemos receber um país limpo da corrupção dos políticos e, mesmo assim, não construirmos o Brasil sem corrupção nas prioridades. Não basta colocar os corruptos na cadeia, é preciso colocar também na vida pública pessoas decentes, no comportamento e nas prioridades, capazes de fazer leis que impeçam a corrupção e que não apenas limpem, mas higienizem eticamente o país e para isso façam uma revolução educacional no Brasil. Terminada a Lava-Jato, será preciso que os políticos comecem a consertar as brechas pelas quais o futuro do Brasil é roubado todos os dias. Para alcançar esse objetivo, teremos de fazer um conserto das forças nacionais para dar sustentação a um novo projeto nacional.

A corrupção desvendada pela Lava-Jato é um serviço ao país que nos deixa em dívida histórica com aqueles que a estão fazendo, mas o trabalho de construir o Brasil [sic] que precisamos, queremos e podemos não é uma tarefa dos juízes, procuradores e policiais; é responsabilidade dos políticos. Neste momento, porém, não parecemos estar à altura deste desafio, seja por falta de preocupação com o país, seja por omissão ou incompetência para liderar o Brasil em uma nova direção.

Por isso, a verdadeira e completa Lava-jato deve ser feita pelos eleitores nas futuras eleições. Porque os juízes, procuradores e policiais podem colocar políticos na cadeia, mas são os eleitores que podem colocá-los nas cadeiras de parlamentares.

O texto inicia-se com uma constatação: “O Brasil começou a ficar mais limpo depois que juízes, procuradores e policiais federais conseguiram prender políticos poderosos e empresários ricos”, e um prognóstico sobre a operação Lava-Jato: “Espera-se que este trabalho continue desvendando tudo de todos, e que a Justiça faça a sua parte, sem cair outra vez nos truques que terminam zerando o trabalho de pessoas como o juiz Moro, o procurador Janot e todos aqueles que os ajudam”.

No segundo parágrafo, expõe-se a tese principal: “A operação Lava-Jato fará o Brasil mais limpo, mas não bastará para construir o país que desejamos”, acompanhada de uma justificativa, já com intenção argumentativa: “porque nossos problemas vão além da corrupção no comportamento dos políticos e empresários”. Nessa justificativa, há duas ES fortemente apelativas: **“nossos problemas”** e **“corrupção no comportamento dos políticos e empresários”**.

A expressão **“nossos problemas”** apela para o *sema* negativo do substantivo **problemas**, que significa, em Psicologia, “conflito afetivo que impede ou afeta o equilíbrio psicológico do indivíduo” (FERREIRA, 1985) e para a ideia de pertença do pronome possessivo **nossos,** no qual o enunciador inclui-se, a si mesmo, inclui o interlocutor, supostamente toda a coletividade, todos os brasileiros, o seu “auditório universal” (v. seção 2.7). De certo modo, esse pronome também indica “individualização”, à medida que o que é nosso opõe-se ao que é dos outros ou ao que não é nosso, limitando-se a referência a um grupo, seja lá qual for a sua extensão, mas este não é o aspecto mais evidente nesse enunciado.

A expressão **“a corrupção no comportamento dos políticos e empresários”** apela para o *sema* negativo de **“corrupção”**, em si mesma uma ES que se atribui, nesse texto, a “políticos e empresários”.

O artigo definido **a** que aparece contraído com a preposição “de” e é determinante do substantivo **corrupção**, em “além d**a** corrupção no comportamento dos políticos”, também pertence à expressão substantiva e apela para a adesão do auditório, à medida que faz o constituinte **corrupção** apresentar-se como informação conhecida, conhecimento partilhado, prévio, pré-textual. O conhecimento prévio evocado constitui uma espécie de verdade universal, um fato certo, indiscutível.

No terceiro parágrafo, o autor explora o fato da **“corrupção”** na construção dos seus argumentos, demonstrando que há dois tipos de corrupção: **“a corrupção que a lava-jato está tornando visível”** (uma ES) e **“uma imensa rede de corrupção invisível”** (outra ES). Essas duas expressões substantivas constituem argumentos, porque corroboram a ideia de que “nossos problemas vão além da corrupção no comportamento dos políticos e empresários”, ou seja, além da corrupção visível (já sabida), há uma corrupção invisível, que ainda não foi revelada. Na perspectiva sintagmática da análise, também não podemos deixar de observar que a locução adverbial prepositiva aditiva **além de**, em “**Além d**a corrupção que a Lava-Jato

está tornando visível”**,** apesar de não se incluir na ES, mas sendo ela introdutora de e pertencente a uma mesma proposição que esta, contribui para a identificação da ES como informação dada (conhecida), em oposição à informação nova, na oração seguinte: “temos uma imensa rede de corrupção invisível”.

A afirmação destacada anteriormente – “Além da corrupção que a Lava-Jato está tornando visível, temos uma imensa rede de corrupção invisível” −, que serviu de argumento para a tese principal, vai também constituir uma tese secundária (ou *subtese*), que será sustentada por argumentos de caráter expositivo, explicativo, exemplificativo, suscitados por expressões substantivas complexas, porque formadas por expressões substantivas que se juntam a orações adjetivas (*epítetos*), as quais lhes intensificam o valor qualificativo, formando, com elas, expressões substantivas mais extensas, com maior força argumentativa.

Os argumentos são os seguintes, apresentados com destaque na sua formação sintática − a seta indica a ES estendida pela oração adjetiva:

- “**‘o analfabetismo e a baixa qualidade da educação’**, que rouba o futuro das crianças e do Brasil” −> **“o analfabetismo e a baixa qualidade da educação, que rouba o futuro das crianças e do Brasil”**;
- “**‘o sistema precário de saúde’**, que rouba a vida e impõe sofrimento a milhões de pessoas” −> **“o sistema precário de saúde, que rouba a vida e impõe sofrimento a milhões de pessoas”**;
- “**‘o ineficiente sistema de transporte público’**, que impede a mobilidade eficiente e rouba pedaços da vida de milhões de trabalhadores em seus deslocamentos diários” −> **“o ineficiente sistema de transporte público, que impede a mobilidade eficiente e rouba pedaços da vida de milhões de trabalhadores em seus deslocamentos diários”**;
- “**‘A violência urbana’** que faz com que nossas ruas matem mais do que as ruas de países em guerra” −> **“A violência urbana que faz com que nossas ruas matem mais do que as ruas de países em guerra”**;
- “**‘Um sistema de gestão pública’** que rouba o valor da moeda e impede o bom funcionamento e crescimento de nossa economia −> **“Um sistema de gestão pública que rouba o valor da moeda e impede o bom funcionamento e crescimento de nossa economia”**.

Repare-se na repetição de estrutura dessas ES, por meio da qual o autor insiste longamente no argumento que destaca as qualidades negativas e aponta para a **“rede de corrupção invisível”**, chamando a atenção para esses aspectos icônicos – estruturas sintáticas semelhantes (iconicidade diagramática), repetição (presença) e qualidades equivalentes -, que dão sustentação à tese secundária de que “Além da corrupção que a Lava-Jato está tornando visível, temos uma imensa rede de corrupção invisível”. São expressões substantivas sintática e semanticamente complexas, porque formadas por sintagmas nominais – considerados como unidades − modificados por sintagmas adjetivos oracionais, resultando em expressões substantivas mais extensas, investidas de múltiplos qualissignos e com maior potencial argumentativo.

Note-se ainda que o termo *expressão substantiva* que empregamos, com o conceito que a ela atribuímos − “toda forma de expressão que tem por função dar um nome ou fazer referência a algum objeto real ou discursivo, gramaticalmente representado por um substantivo ou outro termo qualquer que o valha, e que se apresenta no texto a partir de uma escolha do enunciador” (v. Introdução) – é perfeitamente aplicável a todas essas estruturas.

O nosso leitor há de perguntar por que consideramos as orações adjetivas explicativas como pertencentes às ES. As orações adjetivas restritivas já são, na função sintática que lhes é própria, adjuntos adnominais, como “oração transposta à função adjetiva” (cf. BECHARA, 2009, p. 451). As explicativas, separadas do termo antecedente pela vírgula, não são vistas, pela gramática, como adjuntos adnominais, não se inserindo, desse modo, no sintagma nominal. Mas o conceito de ES com que trabalhamos não coincide com o de sintagma nominal na gramática.

Para Azeredo, o conteúdo da oração adjetiva “*não restritiva* (ou explicativa)” não contribui para “a identificação da entidade, ser ou objeto a que se refere o antecedente do pronome relativo” (2010, pp. 320-322). Porém, o tratamento que damos à expressão substantiva também não é esse, embora reconheçamos a sua função designadora (*indicial*). O nosso critério para a delimitação de uma ES não é o critério da identificação, mas o da qualificação do referente (aspecto *icônico*), e cremos que todas as orações adjetivas destacadas nessa sequência contribuam para essa qualificação. Portanto, restritivas ou “não restritivas”, todas elas merecem ser destacadas e incluídas nas ES correspondentes, pois, na perspectiva da argumentação, as suas qualidades acrescentam valores ao caráter de denúncia das ES das quais participam, com a finalidade de argumentar. A sutil mudança sintático-semântica (de orações adjetivas “não restritivas” para restritivas), na sequência, pode expressar também uma mudança de atitude do autor, que talvez tenha optado por algumas

orações “não restritivas”, inicialmente, para tornar menos evidente a qualificação que acarretam aos objetos das expressões substantivas originais. Ou talvez tenha usado a vírgula, que modifica o aspecto sintático dessas expressões, justamente para destacar essas qualidades. Não há como saber.

Ao inserir uma oração adjetiva na ES, estamos considerando o aspecto qualitativo (icônico) dessa oração e a sua influência na *argumentatividade* da ES a que se refere. Esse aspecto qualitativo da oração adjetiva é atribuído ao objeto representado na ES. Nesse sentido, a oração explicativa (ou não restritiva) interfere na ES tanto quanto a oração restritiva, o que torna essa diferença sintática menos relevante na formação da ES. A análise que nos propusemos fazer não é uma análise sintática − embora consideremos esse aspecto −, mas uma análise do aspecto icônico-expressivo dessas construções na *argumentatividade* dos textos, fundamentada nas qualidades que exibem e que se atribuem aos objetos representados ou referidos. É desse tipo de análise que decorre a consideração de uma ES como elemento icônico-argumentativo. Desse modo, tanto as orações restritivas como as explicativas pertencem às ES, em função da influência das suas qualidades na expressão substantiva como constituinte da argumentação, resultando a sua inclusão em ES mais extensas e com maior força para qualificar e argumentar.

O paralelismo sintático decorrente da repetição de estruturas, no recorte em análise, indica uma insistência, uma determinação e uma intenção, da parte do enunciador, de nomear para qualificar os fatos que concorrem contra o objeto da argumentação, valendo-se dessas estruturas repetidas para persuadir o leitor.

As orações adjetivas são epítetos – de acordo com Perelman (v. 4.3.1), a forma mais aparente de manifestação dos aspectos qualitativos, que o autor quis destacar. Elas interferem nas ES a que se referem, acrescentando-lhes qualidades e pondo em evidência o juízo do autor. Nos três primeiros casos apresentados, esse juízo já era aparente, antes mesmo da consideração dessas orações, nos adjetivos *precário* e *ineficiente* que ajudam a compor os sintagmas nominais – primeiro e segundo caso –, e no substantivo *violência*, núcleo do sintagma nominal, que contém *sema* negativo – terceiro caso.

Na sua formação, essas ES contam também com a força apelativa das palavras e expressões: *rouba* (em quatro ocorrências e do campo semântico de **corrupção**), **“baixa qualidade”**, *matem*, “*impõe* **‘o sofrimento’**”, “*rouba* **‘a vida’**”, “*impede* **‘a mobilidade**’”, **“países em guerra”**, **“criança”**, **“trabalhadores”** etc. Tudo isso participa da constituição da complexidade das ES destacadas e reflete-se nela.

O propósito das ES empregadas é influenciar (persuadir) o auditório a posicionar-se contra o objeto da argumentação, ou seja, contra os agentes da "corrupção nas prioridades políticas".

A estrutura: *expressão substantiva + oração adjetiva = expressão substantiva estendida* também havia aparecido no parágrafo anterior, em: "eles são criados, sobretudo, pela **'corrupção nas prioridades das políticas que definem como os recursos públicos são usados e para onde levam nosso país'**" – nesse caso, ainda mais complexa − antecipando a orientação argumentativa que é vista no parágrafo seguinte. A orientação argumentativa, nessa estrutura sintática, dá-se por meio do elemento substantivo **corrupção** e do que é sugerido no conteúdo dos complementos oracionais do verbo *definem* – "como os recursos públicos são usados e para onde levam nosso país". A sugestão é que os recursos públicos são mal usados e prejudicam o país. Com esses elementos sugestivos, a argumentação também é encaminhada para a desqualificação do objeto da argumentação, como nas outras expressões substantivas apresentadas.

O projeto final do autor fica claro no último parágrafo: convencer e persuadir os leitores, eleitores potenciais, a responsabilizarem-se pelas suas escolhas parlamentares por meio do voto. Aderindo à tese, por meio dos argumentos apresentados, os leitores ficam propensos a agir conforme a expectativa do enunciador.

Fundamentadas nas qualidades dos seus objetos ou nas que se quer a eles atribuir, que são determinantes das qualidades das ES como signos icônicos, essas expressões qualificam, por si mesmas, porque, ao nomearem, atribuem valores e juízos aos seus objetos. Modificadas por *sintagmas adjetivos* − nos casos vistos, *sintagmas adjetivos oracionais* −, agregam-se outros valores e juízos aos já trazidos pelos nomes dados. No conjunto, a ES e a oração adjetiva vão constituir uma estrutura maior, também uma ES, que qualifica e valora − positiva ou negativamente − o objeto da referência, com fins argumentativos. A atribuição de valores e juízos é uma estratégia usada para conquistar a simpatia ou a antipatia do auditório e, desse modo, conquistar a sua adesão à tese. Pode-se dizer que o valor argumentativo dessas expressões resulta de camadas de significação − originadas nos qualissignos −, que se sobrepõem e metaforicamente se fundem.

O modo como esses signos se apresentam (por meio de estruturas descritivas repetidas, os seus *objetos imediatos*) é que levam ao sentido almejado (a desqualificação do referente, o *objeto dinâmico* desses signos).

No **texto 3**, também já apresentado (v. seção 1.5.2.2.), valores são hierarquizados sob a designação **"As bombas maiores"**, que constitui o título.

Texto 3

As bombas maiores (22/08/2015)

As pessoas têm a tendência de ver apenas as bombas mais próximas e ignorar aquelas escondidas, que ameaçam o futuro. As bombas do momento são a **corrupção que joga estilhaços de vergonha sobre todos os políticos, especialmente dos partidos no governo**; e o **descrédito de um governo que errou na economia, faltou com a verdade na campanha e descumpriu promessas**. Apesar disto, o governo vê apenas as **bombas imediatistas que ameaçam o equilíbrio fiscal**.

A crise política, econômica e moral que atravessamos parece impedir **a percepção das bombas que ameaçam o futuro mais distante**. Ficamos presos à **bomba da corrupção, da inflação, do descrédito da presidente e dos políticos em geral**, não vemos **as outras bombas**.

A dívida dos estados e municípios já em fase de explosão, mesmo assim, ainda é relegada. **A explosão de gastos públicos, face às limitações da imensa carga fiscal**, destroçará as contas públicas. Nossos entes federados estão atravessando a linha que separa **dificuldades fiscais conjunturais da falência estrutural**, com suas **consequências sobre os serviços públicos e os salários dos servidores**. A **Previdência** explodirá em algum momento não muito distante, trazendo sacrifícios devastadores sobre a população mais velha do país e penalizando os jovens.

A **pobreza** − sobretudo depois de ter sido escondida pelo marketing governamental dos últimos anos, afirmando que ela teria sido transformada em classe média porque, endividando-se, consegue comprar alguns equipamentos domésticos – está explodindo n**a miséria da falta de educação, saúde, segurança, mobilidade**. A **violência urbana** é **uma bomba que explode como uma guerra civil de proporções gigantescas, matando quase 60 mil brasileiros por ano.**

Nossa má educação e o consequente atraso na ciência e na tecnologia, que nos deixa cada dia mais atrasados em relação ao resto do mundo, são **a bomba que impedirá nosso ingresso no mundo do conhecimento que caracteriza a economia e a sociedade**.

O **endividamento das famílias** pode explodir, inviabilizando nosso sistema

financeiro aparentemente sólido e sacrificando a vida de nossa população. A **incapacidade de gestão que caracteriza o Estado brasileiro dos últimos anos** ameaça o crescimento de nossa economia e **o bom funcionamento de nossa sociedade**. A **baixa poupança de nossas famílias, empresas e governo** é **uma bomba que impedirá os investimentos necessários à construção de uma infraestrutura eficiente, ao crescimento da economia e ao aumento da produtividade de nossa indústria**. O **desemprego** é **uma bomba trágica de grandes proporções**. A **bomba do consumo de drogas** corrói famílias e anula o potencial de dezenas de milhares de jovens.

Mas, a maior das bombas é a **despolitização do debate entre grupos políticos sem visão nem propostas, presos às pequenas bombas do presente, sem a percepção das grandes em andamento**: o **divórcio entre as urnas e as ruas, entre os políticos e o povo**, está explodindo no colo da democracia.

A ES do título – **"As bombas maiores"** − faz referência catafórica a outras ES apresentadas ao longo do texto: **"A dívida dos estados e municípios já em fase de explosão"** (3º parágrafo); **"'A explosão de gastos públicos', face às limitações da 'já imensa carga fiscal'..."**[32] (3º parágrafo); **"consequências sobre os serviços públicos e os salários dos servidores"** (das **"dificuldades fiscais conjunturais"** e da **"falência estrutural"**) (3º parágrafo); a iminente explosão da **"Previdência"** (3º parágrafo), da **"pobreza"** (4º parágrafo), da **"miséria da falta de educação, saúde, segurança, mobilidade"** (4º parágrafo), da **"violência urbana"** – "**uma bomba que explode como uma guerra civil de proporções gigantescas, matando quase 60 mil brasileiros por ano"** (4º parágrafo), da **"Nossa má educação e o consequente atraso na ciência e na tecnologia que nos deixa cada dia mais atrasados em relação ao resto do mundo"** − **"a bomba que impedirá nosso ingresso no mundo do conhecimento que caracteriza a economia e a sociedade"** (5º parágrafo), do **"endividamento das famílias",** da **"incapacidade de gestão que caracteriza o Estado brasileiro dos últimos anos"** e da **"baixa poupança de nossas famílias, empresas e governo"** – **"uma bomba que impedirá os investimentos necessários à construção de uma infraestrutura eficiente, ao crescimento da economia e ao aumento da produtividade de nossa indústria"**; do **"desemprego"** (**"uma bomba trágica, de grandes proporções"**), da **"bomba do consumo de drogas"** (6º parágrafo); da

[32] Considerou-se o trecho após a vírgula um qualificador/intensificador da ES original, por isso incluído na ES estendida.

“despolitização do debate entre grupos políticos sem visão nem propostas, preso às pequenas bombas do presente, sem percepção das grandes em andamento”; do **“divórcio entre as urnas e as ruas e entre os políticos e o povo”** (7º parágrafo), enfim, das **“‘bombas’ que ameaçam ‘o futuro mais distante’”** (2º parágrafo), **“o crescimento da economia”** e **“o bom funcionamento de nossa sociedade”** (6º parágrafo).

As ES destacadas, referências textuais para **“As bombas maiores”** (título) e para **“bombas que ameaçam o futuro mais distante”** (2º parágrafo), constituem-se iconicamente de valores e qualidades ligados à cidadania e à democracia, valores universais, pertencentes ao imaginário e às crenças coletivas, para os quais o autor apela nessa referência, dando aos itens referidos um status hierárquico superior, classificando-os como **“bombas maiores”**, nos quesitos importância e prioridade, em relação e situação de oposição ao que ele classifica como **“bombas mais próximas”**, **“bombas do momento”**, **“bombas imediatistas”** (1º parágrafo) e **“pequenas bombas do presente”** (7º parágrafo). Estas referem-se textualmente à **“corrupção que joga estilhaços de vergonha sobre todos os políticos, especialmente dos partidos do governo”**, ao **“descrédito de um governo que errou na economia, faltou com a verdade na campanha e descumpriu promessas”,** às **“bombas imediatistas que ameaçam o equilíbrio fiscal”** (1º parágrafo) e à **“bomba da corrupção, da inflação, do descrédito da presidente e dos políticos em geral”,** os quais o autor resume, no segundo parágrafo, com a ES **“A crise política, econômica e moral que atravessamos”** que “parece impedir **‘a percepção das bombas que ameaçam o futuro mais distante”**’, isto é, **“as outras bombas”** (2º parágrafo)**.**

A preponderância dos qualissignos, como fundamentos das ES destacadas, é evidente e é o que faz dessas expressões signos icônicos, investidos de valores e juízos que se prestam à argumentação.

Outras ES participam do texto, mas as que destacamos parecem bastar para demonstrar a expressão substantiva da hierarquização de valores, usada como argumento.

Sob esse critério da hierarquização, estabelecem-se no texto duas *isotopias*: a isotopia das “bombas maiores” e a isotopia das “bombas mais próximas”, que se opõem entre si e orientam a argumentação.

2.12 ***Ethos***

O *ethos* tem um lugar de destaque na argumentação. Perelman considera os atos que determinam a construção da pessoa e que contribuem para a sua boa ou má reputação fatores de influência na crença do auditório em relação ao discurso que lhe é apresentado: "é em função desta reputação que se interpretará o seu comportamento e os seus juízos. (...) É graças à ideia de intenção que a pessoa servirá muitas vezes de contexto para a interpretação dos seus atos" (PERELMAN, 1987, p. 256). Para o autor (*op. cit.*, p. 257), o *ethos* é a impressão que o orador dá de si mesmo pelos seus propósitos. O *ethos* pode servir como um argumento de autoridade: "o prestígio de uma pessoa é uma qualidade que incita a imitar os seus comportamentos e a seguir os seus juízos" (*ibid.*).

Na visão de Maingueneau (2006, pp.57-58), na perspectiva da Análise do Discurso, o *ethos* elabora-se a partir de uma percepção complexa dos índices que o intérprete extrai do material linguístico e do ambiente, é um *comportamento* e, "enquanto (*sic!*) tal, articula verbal e não verbal para provocar no destinatário efeitos que não decorrem apenas das palavras" (*ibid.*). O autor considera dois tipos de *ethos*: o *ethos discursivo*, de natureza retórica, como em Aristóteles − "a imagem de si que o orador produz no seu discurso" (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 220) − e o *ethos pré-discursivo* − uma representação que o público já tem anteriormente ao ato da enunciação.

Para Maingueneau, a maior dificuldade de se trabalhar com essa noção é o fato de ela ser muito intuitiva.

> A ideia de que, ao falar, um locutor ativa em seus destinatários uma certa representação de si mesmo, procurando controlá-la, é particularmente simples, é até trivial. Portanto, com frequência somos tentados a recorrer a essa noção de *ethos*, dado que ela constitui uma dimensão de todo ato de comunicação. (MAINGUENEAU, 2015, p. 12)

O autor, entretanto, lembra A. Auchlin (2001), para quem essa noção é de interesse essencialmente prático, e não um conceito teórico claro. Nesse sentido, para explorá-la, torná-la operacional,

> Somos obrigados a inscrevê-la numa problemática precisa, privilegiando esta ou aquela faceta, em função, ao mesmo tempo, do *corpus* que nos propomos a analisar e dos objetivos da pesquisa que conduzimos, mas também da disciplina, isto é, do que é corrente no interior da disciplina em que se insere a pesquisa. (...) O importante, quando somos confrontados com essa noção, é definir por qual disciplina ela é mobilizada, no interior de que rede conceitual e com que olhar. (*ibid.*)

Na ótica da argumentação, é a visão discursiva do *ethos*, vista em Maingueneau, que nos interessa. É no quadro da Análise do Discurso que essa noção reaparece, juntamente com

a evolução das condições do exercício da palavra, das mídias audiovisuais, da publicidade e de outros processos de persuasão. Para os nossos propósitos, o que nos interessa compreender é o que está em jogo na noção de *ethos*, para a problemática do discurso, que pode afetar a argumentação.

Para Maingueneau, toda noção de *ethos* remete à Retórica de Aristóteles. No entanto, como não se vive no mesmo mundo dessa retórica, a palavra não está mais condicionada pelos mesmos dispositivos e cada ciência capta o *ethos* sob a faceta de seu interesse, não sendo possível, portanto, estabilizar essa noção, mas, ao contrário, apreendê-la como um "nó gerador de múltiplos desenvolvimentos possíveis" (*op. cit*., p. 13).

> A prova pelo *ethos*, em Aristóteles, consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo. (*op. cit*., p. 13)

Esse *ethos* está ligado à própria enunciação, a uma forma de dizer, e não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador. Em Barthes (1970), seria o caráter mostrado ao auditório. Em Ducrot (1984), seria o que distingue o locutor enunciador do locutor como ser do mundo, a distinção entre mostrar e dizer, essa forma de dizer envolvendo todo o processo enunciativo, não só o material linguístico. Quem constrói, na verdade, essa representação do enunciador é o enunciatário, através do movimento da fala do enunciador. O *ethos*, assim entendido, é uma experiência sensível do discurso que mobiliza a afetividade do destinatário. Maingueneau retoma o triângulo da retórica antiga pela fórmula de Gibert (século XVIII): "instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas paixões; insinua-se pelas condutas" (*op. cit*., p. 14), que corresponde, respectivamente, ao *logos*, *pathos* e *ethos*, da retórica tradicional. Considerado, nessa tradição, tão eficaz quanto o *logos*, o *ethos* pode ser um fingimento, isto é: o *ethos* mostrado no discurso pode ser um *ethos* mentiroso.

Na Retórica (2013), Aristóteles apresenta as qualidades que inspiram confiança no orador, entre elas: a prudência (*phronesis*), a virtude (*aretè*) e a benevolência (*eunoia*). Mas o que é considerado virtude, por exemplo, é relativo a cada cultura, desse modo, é em função do auditório e o orador se constituirá.

> Como cada conjuntura histórica se caracteriza por um regime específico de ethe, a leitura de muitos textos que não pertencem ao nosso ambiente cultural (no tempo e no espaço) é frequentemente dificultada não pelas lacunas graves de nosso saber enciclopédico, mas porque se perdem os ethe que sustentavam tacitamente a enunciação. (...) Além disso, de uma época a outra ou de um lugar a outro, não são

> as mesmas zonas de produção semiótica que propõem modelos para as maneiras de ser e falar, as que "dão o tom". (*op. cit*., p. 19)

A noção de "tom", que vale tanto para o texto oral quanto para o escrito, deriva da ideia de que todo texto tem uma "vocalidade' associada a um corpo enunciante historicamente especificado e a um "fiador" construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. A identificação do destinatário apoia-se em representações sociais positivas ou negativas, ligadas a um "mundo ético", em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica... (cf. MAINGUENEAU, *op. cit*., p. 18-19).

Mas não se pode ignorar - e isso está previsto em Maingueneau (*op. cit.*, p. 18), que o auditório também constrói representações do enunciador antes mesmo que ele fale. É nesse sentido que se deve estabelecer uma distinção ente o *ethos discursivo* e o *ethos pré-discursivo*. Há ainda inúmeros fatores, no ambiente da comunicação, que podem influenciar a construção do *ethos* pelo destinatário. O *ethos* é, "por natureza, um comportamento que, como tal, articula verbal e não verbal, provocando nos destinatários efeitos multissensoriais" (*op. cit*, p. 16). Além disso, lembra o autor, "a noção de *ethos* remete a coisas muito diferentes conforme seja considerada do ponto de vista do locutor ou do destinatário: o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido" (*op. cit*., p. 16).

No **texto 7**, Buarque argumenta em defesa do "médico vermelho", propondo uma reinterpretação do seu comportamento. Referindo-se ao livro de Campos da Paz, publicado em 2010, traz à cena dados biográficos do médico, especialmente da sua trajetória profissional, pública e política, visando fazer o auditório perceber que este não é a figura autoritária e privatista concebida pela equipe do antigo hospital Sarah, dirigida por ele, mas "um radical defensor da saúde pública". Nessa posição discursiva (ou "voz", cf. MAINGUENEAU, 2006, p. 61 e 20015, p. 17), o comportamento e os atos de Campos da Paz passam a ser interpretados numa perspectiva social positiva.

Na "voz" de diretor, suas atitudes, ações e argumentos eram interpretados como um modo autoritário de administrar.

O que queremos sinalizar é que, no texto em análise, Buarque tenta influenciar o auditório na construção de um *ethos pré-discursivo* que interferirá nos interpretantes do comportamento de Campos da Paz. O *ethos pré-discursivo* é, nesse sentido, um recurso icônico-argumentativo para uma reinterpretação do comportamento do médico vermelho,

como enunciador de um discurso. A ideia é que o médico, visto antes como um líder autoritário, passe a ser reconhecido como uma "voz" política e profissionalmente preocupada com a sua responsabilidade social.

As ES destacadas têm papel fundamental nessa construção argumentativa.

Texto 7

Um médico vermelho (27/11/2011)

A primeira vez que escutei falar em Aloysio Campos da Paz, em 1980, ele foi tratado como um **diretor autoritário e privatista da saúde**. Era a opinião de profissionais em greve no antigo hospital Sarah, que estavam contra o sistema que ele implantava, elevando os salários, mas exigindo dedicação exclusiva, avaliando competência e organizando disciplina de seu corpo de funcionários.

Essa visão mostra como os conceitos de "democracia" e "público" foram apropriados pela elite brasileira, por meio do patriotismo latifundiário, que se transformou em empresarial, convivendo com o patrimonialismo trabalhista. Isso resume como a república foi sendo anulada pelo corporativismo.

Trinta anos depois, pode-se considerar que, naquela disputa, Campos da Paz estava mais próximo do doente. Entre o estatal e o público, entre a visão estatista e a visão publicista, entre os que são servidores do Estado e os que devem ser servidos pelo Estado, ele ficou com o público, ao lado do doente.

Na área da saúde, Campos da Paz faz parte de um grupo de pessoas sintonizadas com o interesse público à frente dos interesses privados. Sem respeito e boa remuneração fica impossível ter bons profissionais na saúde, mas o respeito precisa ser mútuo – do povo com o médico, pagando-lhe salário digno, e do médico com o povo, transformando-o com carinho e eficiência.

Bem antes desse debate, entre público e estatal, que só agora se amplia, ele trouxe a ideia de que o serviço de saúde estatal pode não ser sinônimo de serviço público de saúde; que esse serviço estatal só se justifica se servir ao público.

Defendeu e argumentou que o serviço estatal existe para cuidar dos doentes, pagando bem aos médicos e aos demais servidores, respeitando-os como servidores, mas exigindo deles o compromisso absoluto com a saúde. No livro Percorrendo Memórias – Editora Sarah Letras, Campos da Paz descreve o momento decisivo em que, coerentemente, abandona seu consultório privado e opta, ainda jovem, pelo exercício exclusivamente da saúde pública.

Depois, ele radicaliza, corajosa e corretamente, ao defender que não bastam pequenos ajustes no SUS, nem mais recursos, mas uma revolução no sistema de saúde, com publicização do sistema, mesmo que não seja verdadeiramente estatal.

A visão que ele tinha, e ainda tem, está refletida em entrevista à Revista Veja, de janeiro de 1996, na qual diz: "A lógica do sistema (da saúde brasileira) induz criar a doença e a lucrar com ela, não a utopia médica de acabar com a doença".

No sistema atual, mesmo com o SUS, a doença tem sido motivo para viabilizar o lucro das indústrias farmacêuticas e de equipamentos, bem como o salário de servidores, mais do que para atender aos doentes.

Ao longo dos anos, fui convivendo e percebendo cada vez mais seu vanguardismo e admirando crescentemente sua firmeza de princípios e seus compromissos sociais.

O livro Percorrendo Memórias mostra a trajetória desse grande médico e cidadão, desde **sua origem de descendente de médicos, comunistas e militares**. Com simplicidade, ele descreve como cresceu e foi educado; e lembra o mundo ao redor que testemunhou. São as memórias do Brasil, entre Rio de Janeiro, Brasília, e a Inglaterra, no estimulante período entre 1950 e 2010.

O título do livro mostra a modéstia do autor, ao chamá-lo de Memória – dos outros, do mundo - e não de autobiografia que sua vida justifica perfeitamente.

Em sua vida, ele viu uma cidade nascer e crescer até o

tamanho de uma grande metrópole; aprendeu medicina e o compromisso social ao qual deveria servir; construiu o desenvolvimento científico, tecnológico e social da Rede Sarah; foi pioneiro na criação de técnicas, tanto em equipamentos, quanto em métodos de tratamento e de gestão; fez descobertas cientificas hoje reconhecidas internacionalmente.

Raras pessoas, no mundo, tiveram a chance e a competência para viver e fazer tanto quanto ele. Talvez nenhum outro possa ter sido testemunha e ator de fatos como esses. Ainda mais raros são aqueles capazes de escrever de maneira tão viva o testemunho do mundo ao seu redor, pintando o processo histórico do país; e com pinceladas certeiras, os retratos de personagens que vão se sucedendo, na família, no ambiente profissional e na vida política.

Essas memórias merecem ser lidas por cada brasileiro, cada médico e, sobretudo, por aqueles que antes desconfiavam de Campos da Paz, por verem nele um privatista, no lugar de **um radical defensor da saúde pública**, um **médico vermelho**.

Se observarmos o *ethos pré-discursivo* como um dos fatores da construção do *ethos efetivo* de um discurso – os outros fatores são o *ethos mostrado* e o *ethos dito* (cf. MAINGUENEAU, 2015, pp. 18-19) – compreenderemos que esse *ethos pré-discurivo* cria uma expectativa de sentido que orienta a interpretação. Essa expectativa corresponde aos estereótipos de comportamento apontados por Maingueneau.

A estratégia de Buarque para interferir no *ethos pré-discursivo*, na reinterpretação das ações de Campos da Paz, é contrapor uma *isotopia* argumentativa fundada no "**médico vermelho**" à *isotopia* argumentativa do "**diretor autoritário e privatista da saúde**", essas *isotopias* constituídas por expressões substantivas e fundamentadas em seus *qualissignos*.

No primeiro parágrafo, o autor apresenta Aloysio Campos da Paz, tema do texto e objeto da argumentação, pelo seu nome de registro. E retoma esse referente, logo em seguida, pela ES **"um diretor autoritário e privatista da saúde"**. Ele associa essa expressão à "opinião de profissionais em greve no antigo Hospital Sarah, que estavam contra o sistema que Campos da Paz implantava, elevando os salários, mas exigindo dedicação exclusiva, avaliando competência e organizando disciplina de seu corpo de funcionários". O autor tenta

rebater essa opinião. Ao longo do texto, conta e comenta a trajetória do médico, tratando-o sempre pelo seu nome de registro. Os seus argumentos, favoráveis a Campos da Paz, vão, progressivamente, configurando uma mudança na imagem negativa apresentada inicialmente, associada aos funcionários do Hospital Sarah. A imagem (negativa) do **"privatista"** – termo do primeiro parágrafo que o autor retoma nesse último – é substituída pela imagem (positiva) "de um **'radical defensor da saúde pública'**, **'um médico vermelho'**". A ES **"um diretor autoritário e privatista da saúde"**, que argumenta contra Campos da Paz, conta com dois substantivos valorativos, negativos/pejorativos, que contêm, na sua constituição morfológica, respectivamente, os sufixos *–ário* e *–ista*, já conhecidos pelo seu uso pejorativo. Já as ES **"radical defensor da saúde pública"** e **"um médico vermelho"**, que atuam no texto em favor de Campos da Paz, aproveitam, respectivamente, o valor positivo universal contido na expressão qualificadora **"defensor da saúde pública",** intensificado pelo adjetivo ***radical***, que indica qualidade extremada, e a iconicidade da cor vermelha, representada pelo adjetivo modificador do substantivo ***médico.*** A iconicidade da ES **"médico vermelho"** remete à **"sua origem de descendente de médicos, comunistas e militares"**, é a metáfora principal que abre para todas as outras, para a antítese entre o público e o privado, para o seu compromisso com a saúde e a vida humana. Esses interpretantes da iconicidade da cor vermelha associada ao médico orientam a interpretação no sentido de atribuir qualidades humanitárias – também um valor universal positivo − ao médico. A iconicidade das ES destacadas, fundamentada nos seus qualissignos, constitui o argumento para a mudança na imagem do médico, que vai interferir no *ethos* pré-discursivo na reinterpretação de seus atos. Ele passa a ser visto como representante e porta-voz de um discurso ideológico ético-social-democrático. A finalidade dessa argumentação é arrastar uma mudança de opinião em relação aos seus atos no antigo hospital Sarah.

Mais adiante, voltaremos ao texto 7, destacando a formação das *isotopias* participantes desse projeto argumentativo.

3 EXPRESSÃO SUBSTANTIVA: ICONICIDADE E *ARGUMENTATIVIDADE*

A iconicidade é responsável por importantes pistas de leitura, que podem ser percebidas pela perspectiva semiótica que adotamos, com ênfase nas mediações culturais, na circulação das práticas textuais, no papel do destinatário na construção e no funcionamento comunicativo e na dinâmica existente entre os atores do evento comunicativo, o destinador e o destinatário, a qual se liga à estrutura textual e nela se inclui (cf. SANTAELLA, 2001, p.58). Nesse modelo de comunicação, está implicado um processo de negociação de sentidos entre os atores, para o qual concorrem diversos fatores. Nos textos de Buarque que temos analisado, a escolha das expressões substantivas, motivada pelo seu potencial icônico-argumentativo, é fator preponderante nessa negociação. Na estrutura do texto, esse constituinte da argumentação participa da formação de *isotopias* − as redes de sentidos formadas a partir da seleção e da combinação dos constituintes textuais (cf. SIMÕES, 2009, pp. 93-94). No texto opinativo-argumentativo, a produção das *isotopias* argumentativas resultam na verossimilhança. Na seleção paradigmática e sintagmática, da qual participam as expressões substantivas, concorrem os "*traços* de diferenciação e de identificação", que o locutor estabelece e articula, e com os quais "passa a discriminar, reconhecer e selecionar" (BLIKSTEIN, 2003, p. 60).

Veja-se o excerto:

> Discriminatórios e seletivos que são, tais traços acabam por adquirir, no contexto da práxis, um valor positivo ou meliorativo em oposição a um valor negativo ou pejorativo; assim é que os traços de diferenciação e de identificação, impregnados de valores melioratívos / pejorativos, se transformam em traços ideológicos. E aqui eclode a semiose: os traços ideológicos vão desencadear a configuração de "formas"[33] ou "corredores" semânticos, por onde vão fluir as linhas básicas de significação, ou melhor, as *isotopias* da cultura de uma comunidade. (BLIKSTEIN, 2003, pp. 60-61)

De acordo com Blikstein, as *isotopias* ou *corredores semânticos* vão balizar a percepção/cognição, criando os *estereótipos de percepção*, com os quais "vemos" a realidade e fabricamos o referente.

[33] Leia-se "*fôrmas*".

Os valores meliorativos e pejorativos são adquiridos/produzidos no contexto ou podem ser trazidos de outros contextos com os quais o texto em que aparecem dialoga.

No modelo do signo peirceano, esses valores participam do *interpretante*. Com palavras de Simões, recordamos que o interpretante, em Peirce, pode ser entendido como "o conjunto de funções-valores que uma comunidade constrói a partir de seus usos e costumes, balizando assim a interpretação e a compreensão dos fatos e fenômenos que ocorrem em seu âmbito" (SIMÕES, 2009, p. 45).

O traço valorativo (o juízo, a apreciação) é um aspecto icônico da expressão substantiva indicador de *qualidade* (positiva/meliorativa ou negativa/pejorativa) – independentemente do valor de verdade – e é aproveitado na argumentação como recurso de sedução, ou seja, de convencimento. Anscombre e Ducrot (1988, p. 21) admitem, na apreciação, um conteúdo informativo, apesar de subjetivo, e a definem como *argumentativité*[34].

Categoria peirceana da qualidade, a *iconicidade* é responsável pela atribuição de valores que, na expressão substantiva, dá-se por meio dos semas qualitativos. Essa categoria determina o potencial atributivo que interfere na escolha da palavra ou expressão que será usada para nomear, a partir de uma avaliação subjetiva. Do ponto de vista da relação entre a língua, vista como sistema abstrato de possibilidades, e a língua quando tomada como realidade concreta, Bakhtin atesta o aspecto apreciativo da palavra (cf. BAKHTIN, 1979, pp. 118-122). Segundo esse autor, toda enunciação compreende uma orientação apreciativa, e "é por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém, ao mesmo tempo, um sentido e uma apreciação" (*op. cit.*, p. 120).

Desse modo, a expressão substantiva escolhida é um importante constituinte textual da argumentação, tanto para a produção como para a interpretação dos textos, porque instrui e orienta o percurso argumentativo − já que põe à mostra as qualidades atribuídas ao referente, determinantes das escolhas lexicais, valorando-o positiva ou negativamente. Essas qualidades são identitárias com as crenças dos interlocutores que participam da negociação dos sentidos. Para Bakhtin, "os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e outra" (*op. cit.*, p. 20). O signo carrega-se e recarrega-se das ideologias presentes na interação. Sujeito aos mais diferenciados critérios de avaliação, seus sentidos podem ultrapassar as suas próprias particularidades, resultando, desse modo, na

[34] É nessa perspectiva que tomamos a liberdade de usar o termo *argumentatividade*.

produção de *metáforas ideológicas* que passam a orientar os sentidos dos textos em que se apresentam. É na interação que emergem os aspectos dinâmicos da linguagem.

Considerada como signo, a *expressão substantiva*, à qual se vincula a função de nomear, é reconhecida (percebida) imediatamente pelo seu valor icônico-apreciativo-atributivo, e a sua escolha é determinada por uma espécie de relação metafórica com o objeto que se quer representar e que se constrói a partir "de uma identidade posta à mostra" (cf. SANTAELLA, 2002, p.18) – a relação entre as qualidades semânticas do nome e as que se quer atribuir ao referente. Selecionado, o *signo* exibirá essas qualidades como atributos do seu referente (objeto) e assim participará da argumentação, com a finalidade de orientá-la, positiva ou negativamente, isto é, favorável ou desfavoravelmente a uma tese.

Numa segunda leitura do **texto 7**, selecionamos as ES que participam da formação das duas *isotopias* (referidas na seção 2.12), pela verificação de algumas ES com traços valorativos negativos/pejorativos e de outras ES com traços valorativos positivos/meliorativos. Esses dois conjuntos de ES (as duas *isotopias*) confrontam-se na construção argumentativa do texto.

Texto 7 (com outras ES destacadas)

Um médico vermelho (27/11/2011)

A primeira vez que escutei falar em Aloysio Campos da Paz, em 1980, ele foi tratado como um **diretor autoritário e privatista** da saúde. Era a opinião de profissionais em greve no antigo hospital Sarah, que estavam contra o sistema que ele implantava, elevando os salários, mas exigindo dedicação exclusiva, avaliando competência e organizando disciplina de seu corpo de funcionários.

Essa visão mostra como os conceitos de **"democracia" e "público"** foram apropriados pela **elite brasileira**, por meio do **patriotismo latifundiário,** que se transformou em **empresarial**, convivendo com o **patrimonialismo trabalhista**. Isso resume como a república foi sendo anulada pelo **corporativismo**.

Trinta anos depois, pode-se considerar que, naquela disputa, Campos

da Paz estava mais próximo do doente. Entre o **estatal** e o **público**, entre a **visão estatista** e a **visão publicista**, entre **os que são servidores do Estado** e **os que devem ser servidos pelo Estado**, ele ficou com o **público**, ao lado do **doente**.

Na área da saúde, Campos da Paz faz parte de um **grupo de pessoas sintonizadas com o interesse público à frente dos interesses privados**. Sem respeito e boa remuneração fica impossível ter bons profissionais na saúde, mas o respeito precisa ser mútuo – do povo com o médico, pagando-lhe salário digno, e do médico com o povo, transformando-o com carinho e eficiência.

Bem antes desse debate, entre público e estatal, que só agora se amplia, ele trouxe a ideia de que o serviço de saúde estatal pode não ser sinônimo de serviço público de saúde; que esse serviço estatal só se justifica se servir ao público.

Defendeu e argumentou que o serviço estatal existe para cuidar dos doentes, pagando bem aos médicos e aos demais servidores, respeitando-os como servidores, mas exigindo deles o compromisso absoluto com a saúde. No livro Percorrendo Memórias – Editora Sarah Letras, Campos da Paz descreve o momento decisivo em que, coerentemente, abandona seu consultório privado e opta, ainda jovem, pelo exercício exclusivamente da saúde pública.

Depois, ele radicaliza, corajosa e corretamente, ao defender que não bastam pequenos ajustes no SUS, nem mais recursos, mas uma revolução no sistema de saúde, com publicização do sistema, mesmo que não seja verdadeiramente estatal.

A visão que ele tinha, e ainda tem, está refletida em entrevista à Revista Veja, de janeiro de 1996, na qual diz: “A lógica do sistema (da saúde brasileira) induz criar a doença e a lucrar com ela, não a utopia médica de acabar com a doença”.

No sistema atual, mesmo com o SUS, a doença tem sido motivo para viabilizar o lucro das indústrias farmacêuticas e de equipamentos, bem como o salário de servidores, mais do que para atender aos doentes.

Ao longo dos anos, fui convivendo e percebendo cada vez mais **seu vanguardismo** e admirando crescentemente **sua firmeza de princípios e seus compromissos sociais**.

O livro Percorrendo Memórias mostra a trajetória desse **grande médico e cidadão**, desde sua origem de descendente de médicos, comunistas e militares. Com **simplicidade**, ele descreve como cresceu e foi educado; e

lembra o mundo ao redor que testemunhou. São as memórias do Brasil, entre Rio de Janeiro, Brasília, e a Inglaterra, no estimulante período entre 1950 e 2010.

O título do livro mostra **a modéstia do autor**, ao chamá-lo de Memória – dos outros, do mundo - e não de **autobiografia que sua vida justifica perfeitamente.**

Em sua vida, ele viu uma cidade nascer e crescer até o tamanho de uma grande metrópole; aprendeu medicina e o compromisso social ao qual deveria servir; construiu o desenvolvimento científico, tecnológico e social da Rede Sarah; foi pioneiro na criação de técnicas, tanto em equipamentos, quanto em métodos de tratamento e de gestão; fez descobertas cientificas hoje reconhecidas internacionalmente.

Raras pessoas, no mundo, tiveram a chance e a **competência para viver e fazer** tanto quanto ele. Talvez nenhum outro possa ter sido **testemunha e ator de fatos como esses**. Ainda mais raros são aqueles capazes de escrever de maneira tão viva o testemunho do mundo ao seu redor, pintando o processo histórico do país; e com pinceladas certeiras, os retratos de personagens que vão se sucedendo, na família, no ambiente profissional e na vida política.

Essas memórias merecem ser lidas por cada brasileiro, cada médico e, sobretudo, por aqueles que antes desconfiavam de Campos da Paz, por verem nele um privatista, no lugar de **um radical defensor da saúde pública**, um **médico vermelho**.

Na primeira parte do texto – os quatro primeiros parágrafos (são quinze) - a isotopia formada pelas ES: **“diretor autoritário e privatista”**, **“democracia” (entre aspas), “público” (entre aspas), “elite brasileira”, “patrimonialismo latifundiário”, “(patrimonialismo) empresarial”, “patrimonialismo trabalhista”** e “**corporativismo”** orientam a argumentação com valores pejorativos (negativos) contra a elite brasileira. Já a outra, também formada por pares de substantivos e outras ES, cujos elementos se opõem entre si: “**o estatal” x “o público”, “visão estatista” x “visão publicista”, “os que são servidores do Estado” x “os que devem ser servidos pelo Estado”**, orientam, com valor meliorativo, em favor do **“médico vermelho”** − o objeto da argumentação. Esses traços positivos são reforçados pela ES **“grupo de pessoas sintonizadas com o interesse público à frente dos**

interesses privados", que aponta para − é um *índice* − um referente coletivo, no qual o autor inclui o **"médico vermelho"**.

Na parte seguinte, o autor narra a trajetória de Campos da Paz, a quem se refere sempre com palavras e expressões elogiosas, entre as quais se destacam as seguintes ES *meliorativas*: **"seu vanguardismo"**; **"sua firmeza de princípios e seus compromissos sociais"** (10º parágrafo); **"grande médico e cidadão"**; **"simplicidade"** (11º parágrafo); **"a modéstia do autor"**; **"autobiografia que sua vida justifica perfeitamente"** (12º parágrafo); **"competência"** (para viver e fazer); **"testemunha e ator de fatos como esses"** (14º parágrafo); **"um radical defensor da saúde pública"**; e **"médico vermelho"** (15º parágrafo).

Com as ES destacadas, constrói-se um *ethos* do enunciador Cristovam Buarque, à medida que essas ES têm por finalidade contribuir para a reinterpretação dos atos de Campos da Paz, o objeto da argumentação. Elas indicam uma intenção argumentativo-persuasiva, pois os valores positivos/meliorativos, expressos pelas ES eleitas, não só expressam um posicionamento ideológico favorável à conduta do médico, como também incitam o auditório a aderir a esse posicionamento.

Todas essas ES são formas de designação que passaram por uma apreciação e uma seleção, com o propósito de, organizadas ou combinadas, produzir uma *iconicidade isotópica* capaz de orientar a interpretação do texto e do comportamento do "médico vermelho", de acordo com o projeto argumentativo do autor.

As análises têm-nos mostrado que é possível determinar mais de um percurso de leitura, por meio da observação de diferentes grupos de expressões substantivas, sem se perder o sentido global do texto.

No **texto 8**, Cristovam Buarque apresenta diferentes nomes dados às crianças brasileiras – **menino-na-rua, meninos-de-rua, flanelinha, esquineiro, menino-de-água-na-boca, prostituta-infantil, bezerrinha, ninfeta-de-praia, menina da noite, menino ou menina-de-programa** ou **michê, menina-paraguai, menina-boneca, delinquente, infrator, avião, pivet, trombadinha, menor, pixote, boy, engraxate, menino-do-lixo, reciclador infantil, filho-da-safra e pagão-civil**[35] – "conforme sua classe, sua função e sua casta", diz ele. Com isso, o autor denuncia a degradação moral da sociedade brasileira, "que trata suas **crianças** como se não fossem apenas **crianças**, como para o poeta, **uma rosa** é **uma rosa**".

[35] Optou-se por manter a grafia dessas palavras conforme se apresentam no texto.

Texto 8

Os nomes da criança (25/09/2000)

Para um habitante de cidade brasileira, todas as árvores de uma floresta são apenas mato, sem distinção entre elas. Os habitantes dos desertos, ao contrário, têm nomes diferentes para se referir à areia. Da mesma forma, os esquimós têm diversos nomes para indicar aquilo que, para nós, é apenas neve.

Cada povo desenvolve sua cultura, com **palavras distintas**, para diferenciar **as sutilezas do seu ao-redor**, como forma de sobreviver mais facilmente e usufruir esteticamente. A riqueza de uma cultura se mede pelo número de palavras usadas para definir o meio ao redor. Quanto mais palavras distinguindo as coisas, em detalhes imperceptíveis para os demais, mais rica é a cultura.

Os brasileiros urbanos também desenvolveram, em sua cultura, nomes diferentes para dizer o que entre outros povos teria um nome apenas: criança.

Em suas cidades, os brasileiros do começo do século XXI têm muitas maneiras para dizer criança com sutis diferenças manifestas em cada palavra. É a riqueza cultural, manifesta num rico vocabulário, que mostra a **degradação moral** de uma sociedade que trata suas **crianças** como se não fossem apenas **crianças**. O português falado no Brasil é certamente o mais rico e o mais imoral dos idiomas do mundo atual, no que se refere à definição de criança.

Menino-na-rua significa aquele que fica na rua em lugar de estar na escola, em casa, brincando ou estudando, mas que, à noite, em geral, tem uma casa para onde ir. Ao vê-lo, um habitante de uma das nossas cidades grandes faz logo a diferença com as demais crianças que ali estão passeando. Diferencia até, sutilmente, dos **meninos-de-rua** – aqueles que não apenas estão na rua, moram nela, sem uma casa para onde voltar.

Flanelinha é aquele que, nos estacionamentos ou nas esquinas, dribla os carros dos ricos com um frasco de água numa mão e um pedaço de pano noutra, na tarefa de convencer o motorista a dar-lhe uma esmola em troca da rápida limpeza no pára-brisa do veículo. É diferente do **esquineiro** que, no lugar de oferecer o serviço de limpeza, pede esmolas apenas. Ou do **menino-de-água-na-**

boca, pobre criança que carrega pequenas caixas de chocolates, tentando vendê-los, sem direito a sentir o gosto do que carrega para os outros e existe aos milhares no Brasil.

Prostituta-infantil já seria um genérico maldito para uma cultura que sentisse vergonha da realidade que retrata. Como se não bastasse, ela tem suas sutis diferenças. Pode ser **bezerrinha**, **ninfeta-de-praia**, **menina-da-noite**, **menino ou menina-de-programa** ou **michê**, conforme o local onde faz ponto e o gosto sexual do freguês que atende. E existe – **vergonha das vergonhas** – a expressão **menina-paraguai** para indicar criança que se prostitui por apenas R$1,99, o mesmo preço das bugigangas que a globalização trouxe em contrabandos, quase sempre, daquele país. Ou **menina-boneca**, de tão jovem quando começa a se prostituir, ou porque seu primeiro pagamento sirva para comprar a boneca que nunca ganhou de presente.

Delinquente, **infrator**, **avião**, **pivete, trombadinha**, **menor**, **pixote**. Sete nomes para o conjunto das relações de nossas crianças com o crime. Cada qual com sua maldita sutileza, de acordo com o artigo do Código Penal em que é enquadrado, com a maneira de abordar as suas vítimas ou com o crime ao qual se dedica.

Pode também, no lugar de criança, ser boy, engraxate, menino-do-lixo, reciclador infantil, conforme o trabalho que faz.

Ainda tem **filho-da-safra**, para indicar criança deixada para trás por pais que emigram todos os anos em busca de trabalho, nos lugares onde há empregos para bóias-frias. Nome que indica, também, a riqueza cultural do sutil vocabulário da maldita realidade social brasileira. Ainda o **pagão-civil**, que vive sem o registro que lhe indique a cidadania de sua curta passagem pelo mundo. Em um país que lhe nega, não só o nome de criança, também a existência legal.

Como resumo de todos estes tristes verbetes, há também criança-triste, como um verbete adicional. Não pela tristeza de um brinquedo quebrado, de uma palmada ou reprimenda recebida, nem da perda de um ente querido. No Brasil há um tipo de criança que não apenas fica ou está triste: criança que nasce e vive triste. Cujo primeiro choro mais parece um lamento do futuro que ainda não prevê do que a inspiração do ar em que vai viver, que por primeira vez recebe em seus diminutos pulmões.

Criança-triste como substantivo e não adjetivo, como **estado permanente de vida** – esta talvez seja a maior das vergonhas no vocabulário da realidade social brasileira. Tal e qual a maior vergonha da realidade política está

> na falta de tristeza nos corações de nossas autoridades diante da tristeza das crianças brasileiras, com as sutis diversidades de suas posições sociais, refletidas no vocabulário que indica os nomes da criança.
>
> **A sociedade brasileira**, em sua **maldita apartação**, foi obrigada a criar **palavras que distinguem cada criança conforme sua classe, sua função e sua casta**. A cultura brasileira, medida pela riqueza de seu vocabulário, enriqueceu perversamente ao aumentar a quantidade de palavras que indicam criança. Um dia, essa cultura vai se enriquecer criando nomes para os **presidentes, governadores, prefeitos, políticos em geral que não sofrem, não ficam tristes, não percebem a vergonhosa tragédia de nosso vocabulário, nem ao menos se lembram das crianças-tristes do Brasil**.
>
> Quem sabe será preciso que um dia chegue ao Governo uma das crianças-tristes de hoje, para que o Brasil faça arcaicas **as palavras que hoje enriquecem o triste vocabulário brasileiro**, construindo um dicionário onde **criança** seja apenas **criança**, sem nomes diferentes, como para o **poeta**, **uma rosa** é **uma rosa**.

O autor aproveita os traços negativos/pejorativos desses nomes, produzidos no contexto social e expressos nesse vocabulário, para denunciar o tratamento dado às crianças brasileiras, em favor de uma mudança político-social que "faça arcaicas **'as palavras que hoje enriquecem o triste vocabulário brasileiro'**", construindo um dicionário onde **criança** seja apenas **criança**, sem nomes diferentes" (14º parágrafo).

Para expor as suas ideias, usa o recurso da metalinguagem. A sua proposta argumentativa é mesmo analisar os nomes dados às crianças, por meio das qualidades que exibem – como signos icônicos que são –, as quais refletem a **"maldita apartação"** motivadora da criação de **"palavras que distinguem cada criança conforme sua classe, sua função e sua casta"**, como reflexos das ideologias vigentes na sociedade e da atitude dos **"presidentes, governadores, prefeitos, políticos em geral que não sofrem, não ficam tristes, não percebem 'a vergonhosa tragédia de nosso vocabulário', nem ao menos se lembram das 'crianças-tristes do Brasil'"**, para os quais também, na visão do autor, deveriam-se criar nomes (13º parágrafo). Quando diz que a sociedade "trata suas **crianças** como se não fossem apenas **crianças**" (4º parágrafo) e estabelece um paralelo entre essa sociedade e o poeta, para quem "**uma rosa** é **uma rosa**" (parágrafo conclusivo), está extraindo de ambos os *signos* (**criança** e **rosa**), provavelmente, as qualidades da pureza, da beleza, da simplicidade, da inocência, da singeleza e outros valores universais existentes no

imaginário coletivo, que possam ser aplicados tanto ao signo *criança* como ao signo *rosa* e que possibilitem a associação. A diversidade de nomes entra em confronto com a simplicidade desses dois *signos* e justifica a oposição que o autor estabelece entre a **sociedade brasileira** e o **poeta.** Essa diversidade é um índice (ou decorre) da **"degradação moral"** (4º parágrafo) da sociedade, a qual, por sua vez, degrada o conceito ou significado original do *objeto* (criança), diferenciando umas (crianças) das outras pelas **"sutilezas do seu ao-redor"** (2ºparágrafo), por meio de **"palavras distintas"** (2º parágrafo). Com as ES destacadas, o autor define e sintetiza a sua linha argumentativa.

As qualidades pejorativas de alguns desses nomes (ES) dados às crianças aparecem no texto em forma de *descrições* que confirmam a **"vergonha das vergonhas"** (7º parágrafo) e **"a vergonhosa tragédia de nosso vocabulário"** (13º parágrafo) que o autor quer denunciar.

A forma composta **"criança-triste"**, criada para esse texto, classificada pelo próprio autor "como substantivo e não adjetivo" (12º parágrafo) − porque, na sua visão, *designa* **"estado permanente de vida"** (idem) −, é uma manifestação explícita da consciência de Buarque da representação e do potencial icônico-argumentativo da expressão substantiva, de que tão bem se serve em seus artigos.

É fácil identificar, nesse **"triste vocabulário brasileiro"** (14º parágrafo), as qualidades negativas/ pejorativas que os signos exibem, as quais fundamentam a sua iconicidade e com as quais se passa a "discriminar, reconhecer e selecionar" (cf. BLIKSTEIN, v. início desta seção). Como signos icônicos (*hipoícones*), as expressões substantivas selecionadas são *representâmens* provisórios, relativos, *resultantes* de juízos de valor particulares, que poderão ser referendados ou não por outro(s) intérprete(s) (cf. SIMÕES, 1999, p. 32, v. seção 1.6.2). Os juízos refletem-se nos traços pejorativos descritos e a interpretação desses traços "dialoga com os dados contextuais (intra e extratexto) que interagem na produção de funções e valores sígnicos" (*ibid.*). A partir disso, é possível resgatar o caráter simbólico da expressão substantiva, como signo da intenção e do posicionamento do articulista em relação ao tema.

Esses traços refletem, no texto, a realidade social degradante que o autor quer denunciar e combater por meio da sua argumentação.

4 ASPECTOS DIDÁTICOS E METODOLÓGICOS

Os aspectos que se apresentam neste capítulo objetivam orientar as análises da iconicidade e *argumentatividade* das expressões substantivas, tendo em vista um ensino da interpretação pautado nas escolhas do enunciador.

4.1 Aspectos gerais da interpretação de textos

Na visão do ensino, também estamos conformes com Kleiman e Kato sobre os aspectos cognitivos do processamento do texto:

> Kleiman (1997, pp. 45-63)[36] destaca "a natureza do processo inconsciente, automático, através do qual o leitor interpreta as marcas formais do texto". Segundo a autora, a interpretação dessas marcas tem três finalidades básicas: estabelecer coerência local; usá-las como pistas para a procura da coerência temática; explicitar a organização da estrutura abstrata. Quando um desses elementos articuladores do sentido não é explicitado, o leitor precisa *desautomatizar suas estratégias cognitivas* (KATO, 2007 [1985])[37], trazê-las ao nível consciente e reformular objetivos e/ou hipóteses ou monitorar o processo de compreensão. Neste processo, o leitor se apoia tanto em elementos extralinguísticos − *contextuais*, para Kleiman, 1997 e Kato, 1985 [2007]) − como em elementos linguísticos − textuais ou *cotextuais*, como preferem as autoras (FREITAS, 2008, p. 18).

Nesse sentido, é função do professor conhecer, provocar e monitorar o processo de desautomatização, por meio de estratégias que visem desenvolver no aluno as habilidades necessárias para interpretar os aspectos não explícitos da significação, ficando atento às referências textuais que garantem a validade das interpretações. Nessa tarefa, cabe a investigação da iconicidade dos elementos da *plasticidade textual*, que funciona como *pista de leitura*, porque contribui para a produção de sentidos e está relacionada com os aspectos cognitivos dessa atividade.

---

36 KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. - 5 ed. - Campinas: Pontes, 1997.
37 KATO, Mary. *O Aprendizado da Leitura*. - 6 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1985].

4.2 **Aspectos da interpretação de textos argumentativos**

Charaudeau observa que a atividade de argumentar implica um "saber que tenta dar conta da experiência humana através de certas operações do pensamento"[38] (CHARAUDEAU, 1992, p. 779). Entende que esse modo de organização do discurso é "uma maneira de agir sobre o outro"[39], de "exercer uma influência sobre o outro"[40], uma forma de persuadir. Ele relaciona essa atividade com as paixões humanas (*"passions"*) e os movimentos de afeto (*"mouvements de l'affect"*). Charaudeau (*op. cit*., p. 780) reconhece que a arte de persuadir ("*l'art de persuader*") anda em moda e está presente em tudo que, na sociedade moderna, diz respeito à comunicação como um fenômeno impactante sobre os grupos sociais, particularmente nos domínios da política, da publicidade, do *marketing* e mais recentemente da comunicação empresarial (Cf. CHARAUDEAU, *op. cit.*, pp. 780-781). Condena a prática, nas lições de gramática, de uma análise lógica (*"analyse logique"*), que não tem, na sua opinião, a mesma "lógica dos sistemas construídos de maneira *ad hoc*" (*op. cit*., p.780). Para ele, a análise da argumentação deve dar conta dos condicionantes das situações de comunicação e dos mecanismos da recepção (compreensão, interpretação, reação) da fala persuasiva. Para tanto, é necessário ter domínio das noções de base destinadas a fazer compreender como funciona a mecânica do discurso argumentativo, seus constituintes e procedimentos. Por isso, propõe um estudo da argumentação que tenha por função orientar a sequência discursiva e, portanto, reproduzir (ou representar) uma maneira de agir sobre o outro (o interlocutor ou destinatário).

Na perspectiva da *iconicidade verbal*, na prática e no ensino da leitura, podemos dizer que a proposta de estudo da argumentação de Charaudeau aponta para a necessidade de uma atenção especial para o problema da *argumentatividade* dos itens lexicais, com vista ao desenvolvimento de uma consciência das estratégias de convencimento e persuasão pela ampliação do domínio de significação do vocabulário. É o que se pretende com a análise do potencial icônico-argumentativo da expressão substantiva.

---

38 Texto original: *"savoir qui essaye de rendre compte de l'éxperience humaine, à travers certaines opérations de pensée"* – Tradução livre.
39 Idem: *"une manière d'agir sur l'autre"*
40 Idem: *"avoir une influence sur autrui"*

4.3 **Aspectos específicos para a análise do valor icônico-*argumentativo* da expressão substantiva**

Os conceitos explicitados são alicerces para uma leitura semiótica da *argumentatividade* da expressão substantiva. Relembremos algumas noções vistas, para aplicá-las à análise desse constituinte argumentativo.

Vimos com Santaella (v. seção 1.6), com base nas noções fenomenológicas desenvolvidas por Peirce, que todas as coisas nos aparecem primeiro como qualidades, depois associadas a alguma coisa e, finalmente, as interpretamos. E que, para analisá-las semioticamente como processos sígnicos, devemos primeiramente contemplar, depois discriminar e, por fim, generalizar, em correspondência com as categorias da primeiridade, secundidade e terceiridade.

Contemplar significa desautomatizar a nossa percepção, deixar o signo se mostrar, apenas observar as suas qualidades, o seu caráter de *qualissigno*, sem associar a nada, sem interpretar nem julgar: "O signo diz o que diz, antes de tudo, através do modo como ele aparece, tão somente através de suas qualidades" (SANTAELLA, 2002, p. 30). Nesse nível, o signo é pura possibilidade qualitativa. Por isso, é preciso aprender a capacidade de apreender esses qualissignos.

Discriminar é observar a existência singular do signo, a sua individualidade no contexto em que se apresenta, o seu "lugar" como parte de um todo. Essa é a dimensão do *sin-signo*, a sua atualização no aqui e agora, construída "de maneira *ad hoc*", como quer Charaudeau (v. seção 4.2).

Generalizar, a etapa final desse processo, é conseguir abstrair o geral do particular. É "extrair de um dado fenômeno aquilo que ele tem em comum com todos os outros com que compõe uma classe geral" (SANTAELLA, 2002, p. 32). A generalização é própria do aspecto de lei do signo, diz respeito às regularidades.

No nível da análise em que a atenção está voltada apenas para o fundamento, o signo nos aparece ainda como fenômeno. Mas, quando buscamos nesses fundamentos as propriedades, sua existência e seu aspecto de lei, estamos atravessando o domínio da fenomenologia na direção da semiótica (como já visto).

Enquanto os *sin-signos* dão corpo aos *qualissignos*, os *legissignos* funcionam como princípios-guias para os sin-signos. Esses três aspectos que as coisas exibem são inseparáveis

e é o que permite que as coisas funcionem como signos, são os seus fundamentos. São eles que habilitam as coisas a representar algo que está fora delas e a produzir efeitos nas mentes interpretadoras.

Analisado o fundamento, podemos passar para a análise do objeto e explorar o poder sugestivo, indicativo e representativo do signo. Nesse nível da análise, Santaella (2002, p. 34) sugere que se levantem as seguintes questões: “A que o signo se refere? A que ele se aplica? O que ele denota? O que ele representa?”. É aí que devemos lembrar que o signo tem dois objetos: o objeto dinâmico e o objeto imediato. Se o objeto dinâmico só se faz presente mediante o objeto imediato – que é interno ao signo, é o modo de apresentação do signo −, obviamente temos que começar a análise examinando o objeto imediato. Porém, este depende do fundamento do signo, porque é o fundamento que vai determinar o modo como o signo pode se referir ou se aplicar ao objeto dinâmico que está fora dele.

O fundamento do *signo icônico* – como temos tratado a expressão substantiva − é o qualissigno, o qual coincide com o seu objeto imediato. Isso significa que o objeto imediato do signo icônico é a sua qualidade de aparência. Na apreciação do qualissigno, o contemplador deve apreender o objeto imediato por uma sugestão ou associação similar a um processo metafórico.

É importante lembrar que, quando esses aspectos qualitativos não estão tão à mostra, não são tão evidentes – como é o caso daquelas expressões substantivas do texto 3, comentadas na introdução e apresentadas na seção 1.6.3.4 −, o seu objeto imediato não é uma qualidade de aparência, mas um existente ou um signo de lei. Por isso, essas expressões são menos icônicas e o seu modo de apresentação diferencia-se das expressões de *alta iconicidade*. Ainda assim, essas expressões contribuem para a *iconicidade isotópica*, por isso não devem ser deprezadas na análise.

Se analisarmos o aspecto existente dos (*sin*-)signos, verificaremos que os seus objetos imediatos são a materialidade do signo como parte do universo ao qual existencialmente pertencem e o que se destaca é a sua função indicial. Nesse caso, o objeto imediato é parte de outro existente, o objeto dinâmico que está fora do signo, aquilo que o signo indica.

Em um terceiro nível de análise, pode-se considerar a propriedade de lei do signo, isto é, o signo como um legissigno. Nesse caso, o objeto imediato é um recorte específico do seu objeto dinâmico.

É quase impossível não lembrar às vezes que essas três análises são três modos de olhar um mesmo signo. Um signo apresenta essas três dimensões: a dimensão icônica, a dimensão indexical e a dimensão simbólica, tudo depende do modo como vamos considerá-lo.

Como o nosso foco de interesse é o potencial icônico-argumentativo das expressões substantivas, a nossa prioridade é a análise do aspecto qualitativo dessas expressões.

Santaella lembra que

> (...) a base para analisar o aspecto icônico do signo está no seu fundamento e no seu objeto imediato, ambos coincidentes com as qualidades que o signo exibe. Uma vez que o ícone é um signo que representa seu objeto por apresentar qualidades em comum com ele, a única capacidade referencial que o ícone pode ter é a de apresentar algum grau de semelhança com as qualidades de algum objeto. Por isso mesmo, as referências do ícone são muito abertas, ambíguas, indeterminadas. Eles dependem do campo associativo por similaridade que os qualissignos despertam na mente de algum intérprete. Quando exploramos o aspecto icônico do signo, devemos estar atentos ao poder sugestivo e evocativo dos qualissignos, pois é desse poder que depende a possível referencialidade dos ícones. (SANTAELLA, *op. cit.*, p. 36)

4.3.1 "De olho" nas escolhas do enunciador

Os signos textuais são frutos das escolhas do enunciador. As escolhas com vistas à argumentação consistem: na interpretação dos dados; no modo de apresentá-los; nos aspectos e nas qualidades que se quer enfatizar.

Segundo Perelman (2005, p. 143), a forma mais aparente de manifestação desses aspectos e dessas qualidades está no uso do *epíteto*. O uso do epíteto presume que se enunciam fatos incontestáveis, ele completa o nosso conhecimento do objeto, deixando que pareça tendenciosa apenas a escolha dos fatos, e não a qualificação deles. Quando, entretanto, se insere um ser em uma classe ou se designa esse ser por uma qualificação (por meio de uma *expressão substantiva*, como "O assassino"), a escolha não aparece tão nitidamente, porque a classificação e o julgamento confundem-se com o próprio uso da noção. Contudo essa escolha raramente é desprovida de intenção argumentativa: "Com efeito, as classes são caracterizadas não só por características comuns aos seus membros, mas ainda, e às vezes sobretudo, pela atitude adotada a seu respeito, pela maneira de julgá-las e de tratá-las" (PERELMAN, 2005, p. 144). As classificações também são usadas para desqualificar o que nelas não se insere e, por essa razão, parece defeituoso.

As qualificações e as classificações, ambas decorrentes de julgamentos de valor, não só se apresentam por meio de *adjetivos*, mas também nas *palavras* e *expressões substantivas*. Entretanto, é importante destacar que, se por um lado, nas designações − por meio de *expressões substantivas* −, a escolha não aparece tão nitidamente e usam-se essas expressões

para camuflar as qualificações que dela decorrem, por outro, algumas vezes, o que se quer com esse recurso é, justamente, pôr uma ou mais qualidades em evidência. De uma forma ou de outra, destaca-se a relevância das expressões substantivas na arquitetura argumentativa dos textos, por serem esses *qualissignos icônicos* de grande produtividade na argumentação.

Se considerarmos a visão de Perelman sobre os epítetos e as designações, veremos que a expressão substantiva, seja ela formada por um simples substantivo, acompanhado ou não de artigo ou pronome determinante, seja formada por um elemento substantivo e um elemento adjetivo (ou de outra natureza), tem uma força qualificadora e argumentativa muito eficaz. Além da capacidade classificadora e atributiva própria dos nomes, que já pode estar indicando um juízo de valor, ela ainda pode contar com um epíteto formal, um adjetivo, locução ou oração adjetiva, para aumentar o seu poder de valoração do objeto da referência e, consequentemente, o seu potencial argumentativo.

Tendo por base as noções semióticas e os parâmetros da argumentação apresentados, com ênfase nos critérios de iconicidade vistos em Simões e no percurso metodológico proposto por Santaella, sugerimos, para a análise do aspecto icônico-argumentativo da expressão substantiva em textos opinativos, seguir os seguintes passos, de acordo com as categorias peirceanas da *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*:

1- “Contemplar”: observar as expressões substantivas no texto a partir das suas qualidades fundamentais, o modo como se apresentam – a sua estrutura sintática, as qualidades que exibem, a sua relação com os outros constituintes isotópicos e textuais.
2- “Discriminar”: determinar a sua função, o que sugerem, indicam ou representam, no projeto argumentativo do texto.
3- “Generalizar”: identificar as regularidades, as características comuns que fazem da expressão substantiva uma categoria importante na arquitetura argumentativa dos textos opinativos em análise.

5 APLICAÇÃO

Texto 9

O tamanho do pré-sal (20/09/2014)

Não usar a riqueza do pré-sal seria **uma estupidez**, usá-la para **iludir a nação** é uma **indecência**. As estimativas para as reservas do pré-sal podem não ser exatas, mas não são **mitos**, são resultados de pesquisas geológicas; a exploração na sua profundidade não é **um mito**, a engenharia dispõe de ferramentas; a crença de que pode ser feita sem riscos para a ecologia não é **um mito**, embora haja exemplos de vazamentos em campos similares; a expectativa de que a demanda e os preços continuarão altos não é **um mito**, apesar das novas fontes.

Mito, contudo, é a afirmação de que o pré-sal mudará a realidade brasileira.

Se tudo der certo, em 2036 a receita líquida prevista do setor petrolífero corresponderá a R$ 100 bilhões, aproximadamente R$ 448 por brasileiro, quando a renda per capita será de R$ 27.800, estimando crescimento de 2% ao ano para o PIB. Apesar da dimensão da sua riqueza, o pré-sal não terá o impacto que o governo tenta passar. Explorá-lo é correto, concentrar sua receita na educação é ainda mais correto, mas é indecente usar o pré-sal como **uma ilusão para enganar a nação** e como **mecanismo para justificar o adiamento de investimentos em educação**.

O Brasil não cabe dentro de um poço de petróleo, nem deve esperar por ele.

Mito também é a afirmação de que a educação brasileira será universalizada e dará um salto de qualidade graças ao pré-sal. Em 2030, uma educação de qualidade custará cerca de 511 bilhões, para o custo aluno/ano de R$ 9.500. Se tudo der certo, a totalidade dos recursos do setor petrolífero destinada à educação corresponderá a R$ 37 bilhões, apenas 7,2% do necessário.

Também é **um mito** dizer que o atual governo teve a iniciativa da proposta de investir 75% dos royalties do petróleo em educação. A partir

do momento da descoberta do pré-sal, 44 projetos de lei foram apresentados na Câmara e no Senado.

Mas foi com a aprovação do substitutivo PLC 41/2013 ao PL 323/2007, do deputado Brizola Neto, em 14/8/2013, após parecer favorável do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que se determinou o destino de 100% dos royalties para a educação e a saúde. As atas mostram que os líderes da base de apoio ao governo tentaram impedir a aprovação, mas foram derrotados no voto.

Além de não serem destinados à educação os R$15 bilhões dos Bônus de Assinatura do Leilão do Campo de Libra, os recursos dos royalties não estão sendo aplicados. Até 28 de agosto, um ano depois da sanção da lei, apenas R$ 912 milhões foram efetivamente transferidos para o Ministério da Educação, ou seja, somente 13,5% do valor de R$ 4,2 bilhões previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

Enquanto o mundo vive uma revolução no conhecimento, estamos ficando para trás, eufóricos com **a promessa de mudar nossa triste realidade educacional no futuro distante**, com base em um recurso ainda na profundidade de sete mil metros e que não será suficiente. E o pouco prometido não está sendo cumprido.

A argumentação, nesse texto, é construída em torno do discurso político, cuja prática é vista pelo autor como um modo de "iludir" a sociedade por meio de promessas, independentemente da sua validade ou viabilidade, e das suas inverdades. Fazendo referência ao pré-sal, o autor usa a *expressão substantiva* **"um mito**" (e algumas variações: **"mitos"** e **"Mito"**), evocada no plano da intertextualidade − a expressão "mito do pré-sal" foi criada pelo antigo ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo PT, demitido a seu próprio pedido, em 14 de setembro de 2015, tornando-se seu uso frequente na mídia na ocasião em que foi criada. Buarque aproveita a expressão como o seu principal recurso argumentativo. O seu uso repetido tem a finalidade de (des)qualificar a atitude do governo e de, criando *presença*, ratificar essa (des)qualificação e desmascarar a farsa do governo. A *rede isotópica* que leva a esse sentido é construída no percurso espacial da palavra no texto.

O articulista posiciona-se a favor da exploração do pré-sal – "Não usar a riqueza do pré-sal seria **'uma estupidez'**" (1º parágrafo) −, porém contra o uso que a máquina governamental faz dessa exploração para "iludir a nação"[41] – "é **'uma indecência'**" (1º parágrafo). Entre as duas ES destacadas, nota-se uma gradação: o autor faz da segunda uma qualificação (negativa) hierarquicamente superior à primeira. Isso significa que, pressupondo-se uma polêmica em torno da validade ou não de usar a riqueza do pré-sal, há uma questão muito pior a se discutir, que é usar o poder da **"máquina governamental"** para **"iludir a nação"** a respeito dessa riqueza.

O texto constrói-se entre dois eixos principais: o que é mito na questão do pré-sal e o que não o é, na opinião do autor. O objetivo é desmitificar as promessas do governo, para desqualificá-lo. A ES "mito" tem função (des)qualificadora no texto.

No primeiro parágrafo, há um aproveitamento da qualidade negativa que se destaca no *signo* **mito** (nesse caso, empregado como antônimo de *verdade*)**,** quando o autor se mostra favorável aos objetos de referência desse signo. Ele usa a negação (em 4 ocorrências, nesse parágrafo): **"não é um mito"** ou **"não são mitos"**, justamente para desassociá-lo desses objetos. Desse modo, a negação associada à qualidade negativa do signo resulta em um valor positivo: "As estimativas para as reservas do pré-sal podem não ser exatas, mas *não* são **mitos**, são resultados de pesquisas geológicas"; "a exploração na sua profundidade *não* é um **mito**, a engenharia dispõe de ferramentas"; "a crença de que pode ser feita sem riscos para a ecologia *não* é um **mito**, embora haja exemplos de vazamentos em campos similares"; "a expectativa de que a demanda e os preços continuarão altos *não* é um **mito**, apesar das novas fontes" (grifos nossos). Desse modo, tudo que o autor diz *não* ser **mito** implica ser verdade ou possibilidade de tornar-se verdade. Com isso, vai-se produzindo a verossimilhança textual, construindo-se a argumentação com base em dados da realidade.

No segundo parágrafo, bem objetivo e curto, classificando como **"Mito"** a promessa do governo − "a afirmação de que o pré-sal mudará a realidade brasileira" −, o que o autor faz é justamente desmitificar essa crença. E essa é a tese principal, cuja defesa caminhará numa direção oposta à que se viu no primeiro parágrafo, já sinalizada pela conjunção *contudo*, e por meio de uma *isotopia* constituída por argumentos que justificam chamar de **"mito"** as inverdades do discurso governista.

---

[41] Considerando o valor nominal da forma "iludir", decorrente do emprego do infinitivo, sugerimos, a quem interessar possa, observar a expressão "iludir a nação" como uma ES, isto é, como um modo (por escolha) de o autor nomear a atitude do governo, e levantar as seguintes questões: Pode-se considerar essa expressão uma ES? Ela ocupa o lugar e/ou exerce função de uma expressão substantiva? Isso poderia constituir um interessante tema a ser investigado.

A partir daí, tudo conflui para a construção dessa *isotopia*.

A riqueza da expressão substantiva nesse texto está, especialmente, no signo **“mito”** e na sua repetição**.** Outras ES alimentam o sentido de *mentira* que esse signo vai assumindo ao longo do texto, quando associado às atitudes do governo. São elas: **“uma ilusão para enganar a nação”**, **“mecanismo para justificar o adiamento de investimentos em educação”** (3º parágrafo) e **“a promessa de mudar nossa triste realidade educacional no futuro distante”** (9º parágrafo). Essas construções ratificam a *isotopia* da desmitificação das promessas e está associada à ES **“iludir a nação”**.

Texto 10

O Brasil desarrumado (14/11/2015)

O país não atravessa apenas uma **crise**: vivemos uma **desarrumação** que, se não cuidarmos, vai nos levar para a decadência.

Nos últimos doze meses, a moeda brasileira se desvalorizou cerca de 50% em relação ao dólar, e os preços internos cresceram 10%. A **visão técnica** chama isso de “**desvalorização e inflação**”; na verdade, é **uma profunda desarrumação nacional**. Desestrutura o sistema de trocas: os empresários aumentam os preços; os salários caem; os trabalhadores fazem greves; a economia entra em uma ciranda caótica; e todo o sistema de relações econômicas se desarruma, como véspera do caos.

A economia brasileira está desarrumada pel**o tamanho da dívida e pelos consequentes juros exorbitantes**, pel**a falta de regras jurídicas estáveis**, pel**a escassez de mão de obra qualificada**, **pela baixa capacidade de inovação**, pel**a falta de perspectiva e planejamento em médio e longo prazos**, pel**o alto custo derivado da infraestrutura obsoleta e ineficiente**, pel**o atraso em relação à economia do conhecimento**. **Uma desarrumação que levará à decadência**.

O Estado brasileiro é um exemplo de **desarrumação**: n**o caos da política**, n**a generalização** e **na profundidade da corrupção**, n**a desorganização**, n**a burocracia**, n**a política salarial sem critério**, salvo como resposta às pressões corporativas. **As finanças públicas de União, Estados e municípios, como das estatais**, estão totalmente desarrumadas.

A violência domina as ruas de nossas cidades, desarrumando a **vida urbana**: **o número de mortos**, **o medo de ir a escolas e restaurantes e de tomar**

o ônibus são **provas de algo mais profundo do que a simples afirmação de insegurança**. As ruas das cidades do Brasil estão desarrumadas também pel**o trânsito caótico**, pel**a pobreza**, pel**o transporte público ineficiente**.

A democracia convive com greves. Mas, quando elas se sucedem com frequência e se espalham por todos os setores e demoram longamente, o país vive uma desarrumação. **O sistema educacional brasileiro, especialmente o público**, está desarrumado pel**o quadro quase permanente de violência dentro das salas de aula**, pel**a desmotivação dos professores**, pel**a falta de equipamentos necessários**, pel**a desatenção dos alunos**, pel**o descuido dos pais e dos governos**.

O sistema de saúde pública do Brasil está desarrumado. Não é uma questão de falta de recursos financeiros, é **desordem gerencial**, **descumprimento de obrigações**.

O papel de um novo governo será arrumar o Brasil para criar **as bases de seu futuro como nação eficiente e justa no mundo da economia e da sociedade do conhecimento**; corrigindo **o desajuste fiscal**; acabando com **a corrupção** e criando e respeitando **o marco jurídico**; montando **as infraestruturas física, educacional, científica e tecnológica que o futuro exige**. Mas o caos da desarrumação não nos permite esperar: desde já é preciso que as **lideranças nacionais**, independentemente de **partido** e de **cálculos eleitorais**, se encontrem, com o propósito de arrumar o Brasil.

Nesse texto, o autor explora as expressões substantivas da seguinte maneira: no primeiro parágrafo, apresenta a tese principal, na qual sugere que a ES **“desarrumação”** seja mais apropriada para designar a situação brasileira atual do que a ES **“crise”**. Note-se a classificação baseada numa qualificação.

Para explicar a escolha, fala, no segundo parágrafo, da desvalorização da nossa moeda e do aumento de preços. Acusa a **“visão técnica”** de chamar a isso **“desvalorização e inflação”** e corrige essa visão, substituindo a ES por outra − **“uma profunda desarrumação nacional”** − e apresentando as consequências da desvalorização: “Desestrutura o sistema de trocas: os empresários aumentam os preços; os salários caem; os trabalhadores fazem greves; a economia entra em uma ciranda caótica; e todo o sistema de relações econômicas se desarruma, como véspera do caos”.

A nova expressão, que o autor usa para classificar a situação, apresenta um campo de qualidades mais abrangente do que a primeira, e o autor divide esse campo de qualidades em

cinco perspectivas (setores), às quais relaciona diversos fatores (qualidades) que caracterizam a desarrumação:

- **“A economia brasileira”** (desarrumação na economia)**,** que ele classifica como **“Uma desarrumação que levará à decadência”** e tem como fatores (e qualidades): **“o tamanho da dívida e os consequentes juros exorbitantes”**, **“a falta de regras jurídicas estáveis”**, **“a escassez de mão de obra qualificada”**, **“a baixa capacidade de inovação”**, **“a falta de perspectiva e planejamento no médio e longo prazos”**, **“o alto custo derivado da infraestrutura obsoleta e ineficiente”** e **“o atraso em relação à economia do conhecimento”.** (3º parágrafo)
- **“O Estado brasileiro”** (desarrumação na política), que tem como fatores (e qualidades): **“o caos da política”**, **“a generalização”**, **“a profundidade da corrupção”**, **“a desorganização”**, **“a burocracia”, “a política salarial sem critério”** e **“As finanças públicas de União, Estados e municípios, como das estatais”**. (4º parágrafo)
- **“A violência”** (perspectiva da vida urbana) – nessa perspectiva, o autor vê a desarrumação na **“vida urbana”**, a qual ele apresenta exibindo as seguintes qualidades: **“o número de mortos”**, **“o medo de ir às escolas e aos restaurantes, de tomar o ônibus”, “provas de algo mais profundo do que a simples afirmação de insegurança”**. Na perspectiva da vida urbana, vê também como qualidades que contribuem para a desorganização: **“o trânsito caótico”**, **“a pobreza”** e **“o transporte público ineficiente”**. (5º parágrafo)
- **“O sistema educacional brasileiro, especialmente o público”** (perspectiva da educação), cujas qualidades destacadas são: **“o quadro quase permanente de violência dentro das salas de aula”**, **“a desmotivação dos professores”**, **“a falta dos equipamentos necessários”**, **“a desatenção dos alunos”** e **“o descuido dos pais e dos governos”.**
- **“O sistema de saúde pública do Brasil”** − no qual destaca a **“desordem gerencial”** e o **“descumprimento de obrigações”**, descartando a questão da falta de recursos financeiros.

Sem contar com a perspectiva da democracia – o autor também considera essa perspectiva –, que convive com greves (uma qualidade da democracia), as quais qualifica como longas e frequentes e que se espalham por todos os setores, desarrumando o país (destaque para as qualidades negativas das greves, que se refletem na desarrumação do país).

Nesse sentido, conclui que o papel de um novo governo será arrumar o Brasil para criar **"as bases de seu futuro como nação eficiente e justa no mundo da economia e da sociedade do conhecimento",** corrigir **"o desajuste fiscal"**, acabar com **"a corrupção",** criando e respeitando **"o marco jurídico"** e montar **"as infraestruturas física, educacional, científica e tecnológica que o futuro exige".** Porém, como a necessidade de arrumar o Brasil é urgente, o autor atribui essa responsabilidade imediata às **"lideranças nacionais",** independentemente de **"partido"** e de **"cálculos eleitorais".** Com essas duas últimas ES, atribui motivos e responsabilidades pela desarrumação (8º parágrafo).

Texto 11

Desconstrução da esquerda (20/02/2016)

Os constantes noticiários sobre a Lava-Jato têm levado militantes dos partidos do governo a dizerem que está em marcha **uma campanha de desconstrução do PT e da imagem do ex-presidente Lula**, cujo objetivo seria **a desconstrução da esquerda**. É até possível que as oposições estejam usando as notícias com esta intenção; mas **a desconstrução** foi feita pela própria esquerda, contando com a colaboração do Lula, do PT e demais partidos de apoio ao governo.

A desconstrução da esquerda ocorreu por causa d**a aceitação da corrupção, sob o argumento de que todos a praticam**; pel**a perda do vigor transformador e o consequente acomodamento; a falta de imaginação para formular nossas alternativas para avanço social**; **a incapacidade para perceber e entender a vertiginosa transformação tecnológica e política no mundo e o desprezo por compromissos programáticos e ideológicos**.

A esquerda não foi capaz de entender **o pleno significado da queda do Muro de Berlim, do fim do socialismo pela distribuição da produção e o consumo industrial depredador**; **a consolidação do poder sindical da aristocratização do proletariado em contraposição aos interesses das**

grandes massas; não entendeu **a dimensão da crise que vai além da luta de classes e contesta a própria base da civilização industrial**; não tem proposta para a **ampliação do bem-estar, combinado com o equilíbrio ecológico;** não percebe **a força da globalização implantando o livre comércio, quebrando as fronteiras nacionais**; nem **a realidade da economia atual, onde o principal fator de produção é o conhecimento, não o capital financeiro, nem os recursos naturais**.

A esquerda desconstruiu-se ao adotar **a voracidade pelo poder e seus cargos e privilégios, envenenando os músculos de sua militância por estupidez e imoralidade**. Faz parte também deste esforço da autodestruição, **a anulação, pela cooptação, dos movimentos sociais como UNE, CUT, MST**.

Somado à **irresponsabilidade fiscal que provoca a maldade da inflação**; **o aparelhamento e a má utilização do Estado**; **a degradação de estatais símbolos da nação, como a Petrobras e os Correios**; **o desmantelamento do funcionamento do Estado e a desnacionalização do parque produtivo por causa da desvalorização cambial**.

No lugar de criar novas utopias, formular novas propostas, a esquerda preferiu cair nos braços do **sistema tradicional**, reduzindo seus programas a **meras transferências de renda já implantadas por governos anteriores**; colocou **o poder como meta suficiente, não como etapa necessária**; aceitou **qualquer aliança, desconstruindo a própria imagem**.

A foto de Lula no jardim de um palacete para eleger seu candidato poderá ser um dia mostrada como **marco da desconstrução da esquerda no Brasil**, tanto quanto **as fotos de jovens derrubando as pedras do Muro de Berlim** significou **a desconstrução do socialismo real na Europa**.

A esquerda se autodesconstruiu sobretudo ao não perceber seus **erros** e jogar a **culpa da desconstrução** nos adversários.

O título **"Desconstrução da esquerda"** aponta para duas direções: uma delas é o tema e a outra é o efeito pragmático do próprio texto. Isso porque **"desconstrução da esquerda"** significa desconstrução do *ethos* da esquerda[42], e o texto realiza esse ato (*ato de fala*, segundo

[42] Lembre-se que, sempre que falamos em construção (ou desconstrução) de *ethos*, estamo-nos referindo a provedores de discursos: a esquerda é provedora de um discurso, o governo é provedor de um discurso, etc. Como provedores de discursos, são enunciadores potenciais, constituídos de um *ethos*.

SEARLE, 1984) de desconstruí-la, fazendo isso por meio das ES eleitas pelo autor. A "esquerda" a que se refere é principalmente o PT, o Partido dos trabalhadores, um partido de esquerda por origem e formação, que se encontra atualmente – desde 2003 − no exercício da Presidência da República, mas também os seus partidos aliados. Ao desconstruir essa **"esquerda"**, desconstrói-se o *ethos* do próprio governo. A imagem que se desconstrói, no texto, é o que, ideologicamente, seriam as bases de construção do partido do governo: a defesa dos interesses dos trabalhadores (a veia sindical, a sua base primeira) e a defesa de um socialismo-democrático – sob a influência dos intelectuais de esquerda −, que passaram a ser as bases de luta exibidas pelo partido.

Referindo-se, no primeiro parágrafo, a uma **"campanha de desconstrução do PT e da imagem do ex-presidente Lula"**, por opositores, que estaria sendo denunciada por **"militantes dos partidos do governo",** e "cujo objetivo seria '**a desconstrução da esquerda'**", o autor observa que "**'a desconstrução'** foi feita pela própria esquerda, contando com a colaboração do Lula, do PT e dos demais partidos de apoio ao governo". Esta é a tese principal. E passa a mostrar isso a partir do segundo parágrafo, por meio de ES qualificativas negativas que indicam as causas dessa autodesconstrução da esquerda. São elas: **"a aceitação da corrupção, sob o argumento de que todos a praticam"**; **"a perda do vigor transformador e o consequente acomodamento"**; **"a falta de imaginação para formular nossas alternativas para avanço social"**; **"a incapacidade para perceber e entender a vertiginosa transformação tecnológica e política no mundo e o desprezo por compromissos programáticos e ideológicos"** (2º parágrafo); as que representam coisas que a esquerda "não foi capaz de entender": **"o pleno significado da queda do Muro de Berlim, do fim do socialismo pela distribuição da produção"** e **"o consumo industrial depredador"**; **"a consolidação do poder sindical da aristocratização do proletariado em contraposição aos interesses das grandes massas"**; **"a dimensão da crise que vai além da luta de classes e contesta a própria base da civilização industrial"**; a que designa ação esperada e sem proposta do governo para realizá-la: **"a ampliação do bem-estar, combinado com o equilíbrio ecológico";** as que indicam objetos da falta de percepção do governo: **"a força da globalização implantando o livre comércio, quebrando as fronteiras nacionais"**; **"a realidade da economia atual, onde o principal fator de produção é o conhecimento, não o capital financeiro, nem os recursos naturais"** (3º parágrafo); outras que lhe atribuem ações e atitudes negativas fortemente marcadas por alguns signos qualificativos que constituem essas expressões e que apresentamos em itálico: **"a *voracidade* pelo poder e seus cargos e *privilégios*, *envenenando* os músculos de sua militância por *estupidez* e**

imoralidade*”**; **“a *anulação,* pela *cooptação,* dos movimentos sociais como UNE, CUT, MST”** (4º parágrafo); ***“irresponsabilidade* fiscal que provoca a *maldade* da inflação”**; **“o *aparelhamento* e a *má* utilização do Estado**; **“ a *degradação* de estatais símbolos da nação, como a Petrobras e os Correios”**; **“o *desmantelamento* do funcionamento do Estado e a *desnacionalização* do parque produtivo por causa da *desvalorização* cambial”** – repare-se o uso recorrente, nessa expressão, do prefixo –*des*, o mesmo de ***“desconstrução”, que enfatiza (criando *presença*) a atitude negativa atribuída (5º parágrafo); e expressões como **“sistema tradicional”**, **“meras transferências de renda já implantadas por governos anteriores”**; **“o poder como meta suficiente, não como etapa necessária”; “qualquer aliança, desconstruindo a própria imagem”**, que qualificam as propostas do governo (6º parágrafo).

Para incrementar toda a qualificação por meio de expressões substantivas, o autor recorre a imagens reais notórias, que ele confronta, evocadas por meio de ES: **“A foto de Lula no jardim de um palacete para eleger seu candidato”** e **“as fotos de jovens derrubando as pedras do Muro de Berlim”.** Lembrando que esta última “significou **‘a desconstrução do socialismo real na Europa’**” (valor positivo), sutilmente o autor a associa à **“**(auto)**desconstrução da esquerda no Brasil”**, atribuindo ao objeto da primeira, como *signo*, o valor positivo do objeto da segunda, também como *signo*. Repare-se que, no texto, o autor classifica a primeira imagem como **“marco da desconstrução da esquerda no Brasil”**. Nesse sentido, a atribuição de valor positivo à primeira imagem (representada pela primeira ES), decorrente da associação com a segunda imagem (representada pela segunda ES) atua em favor da tese da autodesconstrução da esquerda e representa uma atitude e um posicionamento flagrantes do autor. Ao atribuir esse valor (juízo) positivo, ele mostra-se satisfeito com a desconstrução dessa “esquerda”. Note-se que não é a imagem que ele qualifica positivamente, mas o efeito pragmático (a desconstrução da esquerda) decorrente dessa imagem.

Na conclusão, atribui a autodestruição ao fato de a esquerda não perceber os próprios **“erros”** e à sua atitude (da esquerda) de “jogar a **‘culpa da desconstrução’** nos adversários”.

A iconicidade textual diagramática resultante do mapeamento em negrito das ES participantes da *isotopia* da desconstrução da esquerda é flagrante e também se reflete na verificação do *ato* (*de fala*) que promove a desconstrução do *ethos*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão substantiva – aqui empregada em sentido amplo − é responsável pela produção de imagens que ligam o texto à realidade. Esse é um aspecto icônico que vimos estudando com base nos critérios de qualidade e de semelhança. Gramatical e sintaticamente falando, uma expressão substantiva − agora, em sentido restrito − é capaz de reunir em sua estrutura incontáveis elementos linguísticos funcionais, para compor o seu aspecto qualificativo e abarcar uma gama de sentidos que contribuem para produzir os efeitos desejados. Esse é o grande privilégio das expressões substantivas: poderem investir-se dessa complexidade, abarcando na sua estrutura todo tipo de formação sintática, extraindo de cada uma delas os seus *qualissignos,* com a finalidade de aproveitá-los no processo de construção de sentidos.

As imagens produzidas (ícones) traduzem-se em valores positivos ou negativos capazes de orientar a argumentação por meio de *isotopias*, as quais, por sua vez, reúnem elementos que contêm traços afins com essa orientação. Aliás, nesse sentido, notou-se que umas ES são mais icônicas do que outras, estas não menos importantes porque também são elementos-lexicais-chave na construção da *iconicidade isotópica*. Não se deve esquecer de que o que se tem em vista é a construção de argumentos plausíveis, alicerçados nessas *isotopias,* para a produção de uma verossimilhança capaz de convencer ou persuadir o leitor.

É claro que a habilidade do enunciador em reunir esses traços conta muito para garantir a devida interpretação dos signos e do seu texto. Para reuni-los, o enunciador leva em consideração o tipo de auditório. A sua habilidade, a sua visão ideológica e a consideração do tipo de auditório devem ser capazes de determinar, na leitura, os signos interpretantes desejados, dentre o espectro de possibilidades que todas essas condições permitem ou propiciam.

Na nossa visão, o leitor também deve ser capaz de perceber e identificar esses traços por meio da contemplação e discriminação dos aspectos qualitativos dos signos. Essa habilidade pode ser estimulada, no ensino, com exercícios interpretativos que chamem a atenção para tais aspectos. Após a contemplação, cabe identificar a função das qualidades observadas nas estruturas de que participam e os seus possíveis efeitos na dinâmica argumentativa. Nesse exercício, além das três fases de apreensão do signo (*primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*), segundo Peirce e Santaella (v. seção 1.6), devem ser observadas

as três dimensões de análise, como propõe Eco (v. seção 2.1): a semântica, a sintática e a pragmática.

As expressões substantivas são motivadas pela sua história de uso (e/ou pela história de seus constituintes), pela intenção do autor e pelos elementos a que se associam no texto. Isso põe em cheque a arbitrariedade dos signos proposta por Saussure. Por serem criadas e constituídas especialmente para a ocasião e o propósito em que são empregadas, ficam muito claras a subjetividade e a motivação dessas expressões. Esses *signos* (as expressões substantivas) significam o que significam graças às qualidades que os motivam, que fazem deles *signos icônicos*, que são por eles exibidas e que lhes são fundamentais. Na sua história de uso, encontram-se as formações discursivas que organizam os seus objetos imediatos dentro de um quadro interpretativo. A iconicidade decorre do fato de pertencerem a um quadro interpretativo e serem acionados por uma escolha.

Uma marca frequente observada nas ES analisadas, com base nas qualidades, é o aspecto metafórico. Isso também contribui para o interesse em analisar o seu aspecto icônico.

As expressões substantivas são usadas como imagens (de imagens). Condicionadas à eficácia da trama textual, por sua vez dependente das escolhas enunciativas, as quais intentam produzir efeitos interpretantes previstos pelo autor, essas imagens têm o propósito de seduzir e/ou persuadir o leitor. Um desses efeitos, verificado na análise do *corpus*, é o fato de imagens produzidas em textos datados de anos atrás corresponderem (por semelhança) a imagens do momento atual, o que significa que não mudou muita coisa na nossa realidade.

Notou-se também que algumas ES evocam qualidades já vistas em diversos textos do mesmo autor. Isso é indicativo de marcas ideológicas recorrentes em seu discurso. Ademais, notou-se que em um mesmo texto podem-se destacar diferentes *isotopias* construídas pela expressão substantiva, para se chegar a um sentido final que se identifique com determinado projeto argumentativo.

As ES podem representar novas ou recorrentes entidades no texto, estas sob a forma de retomada. Também podem, por verossimilhança, representar ou reapresentar objetos da realidade e até constituir novos objetos, na forma de objetos de discurso. Podem aparecer como ícones, índices ou símbolos, sugerindo, indicando ou representando os seus objetos de referência. De uma forma ou de outra, podem ser analisadas por sua iconicidade, pela observação das qualidades que exaltam. Como qualquer signo, só têm significado e significação através da sociedade e da história.

No nível da análise das expressões substantivas que propomos, o da iconicidade, é importante observar não só as suas qualidades fundamentais (os *qualissignos*), mas também o

modo como essas qualidades se manifestam (os *objetos imediatos*) − isso tem a ver com a análise da seleção lexical, das estruturas sintáticas e das *isotopias temáticas* de que participam, e com o estilo do autor, o modo de empregá-las − e os sentidos produzidos (os *objetos dinâmicos*).

É importante também buscar no cotexto elementos que ratifiquem a impressões extraídas da expressão substantiva, além de observar as funções do gênero e o contexto social da comunicação, incluindo-se os interlocutores nesse contexto.

Cristovam Buarque percebe bem as características e o potencial das expressões substantivas e explora as suas qualidades na produção da verossimilhança, para construir a sua argumentação. Uma característica marcante no emprego das ES em seus artigos é a verificação de orações adjetivas na constituição dessas expressões. Ficou evidente que essas orações apenas contribuem para ampliar o aspecto qualitativo da expressão substantiva, sendo a ela subordinada. Também ficou claro que a *argumentatividade* da expressão substantiva decorre dos valores (*semas*) positivos e negativos extraídos das qualidades exibidas e da sua participação na formação de *isotopias* argumentativas. A partir das qualidades que evocam, investidas desses valores, as expressões substantivas passam a qualificar os seus objetos de referência. Com a análise das ES nesse *corpus*, foi possível identificar marcas ideológicas e intenções no discurso do autor − as quais expressam uma preocupação especialmente com os direitos sociais e a ética na política −, e observar uma certa preferência por essas expressões como elementos-chave de sentidos e da sua argumentação. Nessa análise, o próprio gênero consolida-se a partir da expressão substantiva, como difusor de opinião e de juízos de valor sobre fatos da realidade política e social.

Fique claro que não se teve a pretensão de desenvolver, neste trabalho, uma pesquisa quantitativa, tanto é que, na Introdução, chamamos a atenção para o título no singular: "Expressão substantiva", para indicar que o nosso foco é principalmente a "ação ou resultado de expressar" ou uma "manifestação de pensamento ou sentimento"[43] ou, melhor ainda: para modo e o resultado dessa ação ou manifestação. De qualquer forma, na análise da iconicidade diagramática, a quantidade de expressões substantivas assinaladas mostrou-se significativa no processo argumentativo, pois esse quantitativo pôs em relevo o aspecto qualitativo que marca essas expressões.

Esse tipo de análise só é possível se observarmos as ES como signos icônicos.

---

[43] Cf. AULETE DIGITAL. (Acesso em 11/03/2016)

É claro que uma interpretação não se esgotará − se é que seria possível esgotar-se – com a análise da expressão substantiva. Contudo ficou evidente, nesta investigação, a relevância desse constituinte e da sua capacidade de representar o projeto argumentativo dos textos.

Cumpriu-se a proposta inicial deste trabalho de detectar a função argumentativa da expressão substantiva por meio do exame da sua iconicidade, com resultados produtivos na interpretação dos textos analisados. Com isso, reconheceu-se o valor argumentativo da expressão substantiva, a importância da análise da iconicidade fundamentada no modelo peirceano de signo e a importância da análise semiótica no ensino da interpretação de textos.

Um mínimo que se compreenda das noções semióticas, independentemente da nomenclatura, já contribui muito para a interpretação textual. No ensino, a nomenclatura deve ser dosada, mas não há nada que não possa ser apresentado aos alunos numa visão semiótico-pragmática do conteúdo.

É importante que o educando saiba analisar as especificidades sem perder a visão do todo e que perceba que mesmo as particularidades discursivas têm um sentido socialmente construído. Desse modo, os indivíduos ficam mais preparados para lidar com as linguagens e os seus códigos, aprimorando as suas relações comunicativas.

Viu-se como é importante na interpretação seguir os passos sugeridos por Santaella, com base nas triconomias de Peirce: primeiro contemplar (os signos), depois, discriminar (observar as suas singularidades, considerando-se o contexto e a sua atualização no aqui e agora, de maneira *ad hoc*) e generalizar (a partir das regularidades encontradas e das *isotopias* previstas).

É significativo destacar, no ensino dos aspectos icônicos, que a investigação das qualidades evocadas pelos signos tem a finalidade de identificar as qualificações que o autor faz dos fatos e as estratégias de persuasão. A análise da expressão substantiva contribuiu para a identificação desses aspectos.

Se esta tese trouxe-nos uma visão do potencial icônico-argumentativo da expressão substantiva, bem como de seus efeitos em artigos opinativos de Cristovam Buarque, fica aqui uma sugestão de continuidade para este estudo: a verificação do comportamento dessas expressões em textos de outros autores, de outros gêneros e em textos constituídos por outros modos de organização do discurso. Com a extensão da análise do aspecto icônico-argumentativo da expressão substantiva, com a exploração desse aspecto em uma variedade de textos e uma avaliação quantitativa dos resultados, é possível que se verifique o surgimento de uma categoria icônica de análise aplicável aos textos em geral.

Esperamos, com este estudo, ter contribuído para um ensino de interpretação de textos que capacite os educandos para lidar com situações sociais que envolvam a argumentação, aprendendo a observar a iconicidade da expressão substantiva como parte integrante dos engendramentos argumentativos, a fim de melhor refletir, compreender, participar e interferir nessas situações, como membros ativos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Liège, 1988.

ARISTÓTELES. *Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas.* Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini − 2. ed. − Bauru: Edipro, 2010. (Clássicos Edipro).

_____. *Retórica*. Trad. textos adicionais e notas Edson Bini. 1. ed. São Paulo: EDIPRO 2011. 1 reimpr., 2013.

AULETE DIGITAL: Dicionário Caldas Aulete . Disponível em: <http://www.aulete.com.br>. Acesso: 2015-2016.

AUCHLIN, Antoine. Ethos et expérience du discours: quelques remarques. In*:* M. WAUTHION; SIMON (Ed.). *Politesse et idéologie*: rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle. Louvain: Peeters, 2001. p. 77-95.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire. *Communications*, n. 16, p. 172-223,1970.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual., conforme o Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas: 2005 [1966].

BLIKSTEIN, Isidoro. *Kaspar Hauser, ou a fabricação da realidade*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CAMPOS, Pedro Celso. *Gênero opinativo*. In: Observatório da Imprensa: Sala de Aula. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da010520026.htm>. Acesso em: 07 jan. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachete *Éducation,* 1992.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. da trad. Fabiana Komesu . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, Fábio. [Prefácio à edição brasileira]. In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado da argumentação*: a nova retórica. Trad.: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. [Rev. da trad. Eduardo Brandão]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Justiça e direito).

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito.* Rev. téc. da trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. Tradução MF: revisão a tradução e texto final Monica Stahel. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Tópicos).

_____. *O Signo*. Trad. Maria de Fátima Marinho. Rev. Wanda Ramos. Barcarena: Editorial Presença, 2004 [1973].

_____. *Tratado geral de semiótica*. Trad. Antônio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2012 [1976]. (Estudos; 73. Dirigida por J. Guinsburg) Título original: *Trattato di semiótica generale*. 4. ed. de 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. J. E. M. M. Editores.

FREITAS, Maria Noêmi F. C. *Iconicidade e leitura*. Comunicação apresentada no I COLÓQUIO DE SEMIÓTICA. Rio de Janeiro: UERJ, out. 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/doc/40.doc>. Acesso em: 21 ago. 2015.

_____ *Cigarras, formigas, severinos e cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo*. Dissertação de mestrado, Uerj: 2008. Disponível na internet via: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=198931 .Acesso em: 21 ago. 2015.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 3. ed. corr. melh. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vagas, 1975.

KATO, Mary. *O Aprendizado da leitura.* 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1985].

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor*: aspectos cognitivos da leitura. 5. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. [Campos do Jordão]: Editora Mantiqueira, 2003.

MEYER, Michel. (Prefácio). In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado da argumentação*: a nova retórica. Trad.: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. [Rev. da trad. Eduardo Brandão]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Justiça e direito).

MORRIS, Charles. *Sign, language and behaviour*. Nova Iorque: [Prentice-Hall], 1946.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo*: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. (Estratégias de ensino).

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Aceo em:20 jul. 2015.

PEIRCE, Charles Sanders. *Collected papers*: principles of philosophy. Editores: Charles Hartshorne e Paul Weiss. Cambridge: Harvard University Press, 1931.

_____ *Escritos coligidos*: a classificação das ciências e elementos de lógica. Seleção de Armando Mora D'Oliveira. Tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sergio Pomerangblum. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

_____ *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Estudos; 46. Dirigida por J. Guinsburg). Título original: The collected papers. (Cambridge: Harvard Univ. Press).

PERELMAN, Chaïm. Argumentação. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.11. [Lisboa]: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987.

_____; OLBRECHTS-Tyteca. *Tratado da argumentação*: a nova retórica. Trad.: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. [Rev. da trad. Eduardo Brandão]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Justiça e direito).

PICADO, Benjamim. *Dos signos ao sentido, do sentido aos textos*: Notas da disciplina "Semiótica" (com 102), Graduação em comunicação, UFBA (2009.2). Disponível em: <http://semioticacom102.blogspot.com.br/2009/11/signos-e-inferencia-em-peirce.html>. Acesso em: 25 out. 2015.

PIGNATARI, Décio. *Informação, linguagem, comunicação*. 3. ed. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

PLATÃO. *Crátilo*. Versão: Pe. Dias Palmeira. 2. ed. Lisboa: Livr. Sá da Costa, 1994.

_____. Fedro. In: *Oeuvres complètes*. t. IV, parte III. Texto estabelecido e traduzido por Léon Robin. Paris: Les Belles Lettres. 1923. (Collection des Universités de France, sob o patrocínio da Associação Guillaume Budé.)

QUEIROZ, João. *Tradução criativa, diagrama e cálculo icônico*. ResearchGate. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/236624162_Traducao_criativa_diagrama_e_calculo_iconico>. Acesso em: ago. de 2015.

ROMANINI, Vinicius. *Minute Semeiotic*. Capítulo: *Informação/Comunicação: A terceira folha do trevo*. USP: ECA, 2009. Disponível em: <http://www.*minutesemeiotic*.org/?p=22&lang=br>. Acesso em: 03 ago. 2015.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e pesquisa*: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. *A teoria geral dos signos*: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2004.

SAUTCHUK, Inez. *A Produção dialógica do texto escrito*: um diálogo entre escritor e leitor interno. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SEARLE, John. *Os actos de fala.* Coimbra: Almedina, 1984.

SIMÕES. Darcilia M. P. Leitura e Produção de textos: subsídios semióticos. In: VALENTE, André (Org.). *Aulas de português:* perspectivas inovadoras. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Subsídios para a análise dos conteúdos textuais. *Matraga,* Rio de Janeiro, v. 16, p.101-124, 2004. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga16/matraga16a11.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____; DUTRA, Vania L. R. A iconicidade, a leitura e o projeto do texto. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 7, n.2, p. 37-63, jul./dez, 2004. Disponível em: <http://search.webssearches.com/search/web?type=ds&channel=other&q=A%20iconicidade%2C%20a%20leitura%20e%20o%20projeto%20do%20texto>. Acesso em: ago. de 2015.

_____. Iconicidade e verossimilhança. *Ebah*: A rede social para o compartilhamento acadêmico. Publicado em 2007. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAe9ZsAD/iconicidade-verossimilhanca?part=4#>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____ (Autora/Editora). *Iconicidade verbal*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral.* Org. Charles Bally e Albert Sechehaye. Colab. Albert Riedlinger. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Editora Cultrix. (S/d) [1916].

ANEXO A - Texto 1

Sem mapas (05/09/2015)

As nações precisam de dois mapas de voo: para enfrentar as dificuldades de curto prazo e para orientar os rumos históricos em direção ao futuro. Nós estamos sem qualquer destes dois mapas, e com os pilotos sem credibilidade, pelos equívocos na condução da economia e pelas falsas promessas na campanha, além de incompetência na formulação dos ajustes necessários para corrigir os próprios erros.

No período de poucas horas, a presidente Dilma determinou e voltou atrás no adiamento de parte do décimo terceiro salário dos aposentados, lançou e recuou na recriação da CPMF, anunciou redução de dez ministérios e não disse quais; e, sobretudo, enviou ao Congresso, pela primeira vez na História, uma proposta orçamentária com déficit primário (despesas - receitas) de R$ 31,5 bilhões, R$ 367 bilhões se contarmos os compromissos com juros para 2016. A impressão é de improvisações e indecisões constantes. Falta um comando político e um coordenador técnico.

As notícias destes últimos meses e semanas mostram o governo quebrado e desorientado. O ministro da Fazenda passa a ideia de que não sabe o que deve ser feito, e a presidente da República, de que não sabe o que quer que seja feito. E a população e os parlamentares não parecem dispostos a pagar o preço pelo enfrentamento dos problemas imediatos e muito menos pela construção de um país eficiente, justo, sustentável, saudável.

A sensação é de que, sob os olhares passivos da população e suas lideranças, o governo conduziu o Brasil para a recessão e a quebra das finanças públicas; sem definir os rumos para o futuro desejado. Parecemos ter optado pelo caminhar sem direção, sem mapa, sem escolher os caminhos, apenas levando os problemas com pequenos arranjos e ajustes improvisados.

Há décadas agimos sem projeto de longo prazo, pensando apenas nos benefícios para cada um ou cada grupo, no imediato. Preferimos consumir logo, mesmo sacrificando a poupança para o futuro; optamos por aposentadorias ainda jovens, mesmo ao risco de não haver dinheiro para pagá-las quando chegarmos à velhice; aceitamos ser o celeiro de alimentos do mundo, sem cuidar de sermos uma economia produtora de bens de alta tecnologia.

Por isto, apesar de todos os nossos imensos recursos, chegamos ao 193º aniversário de nossa Independência como um país de baixa renda per capita, campeões de concentração de renda e desigualdades social e regional, um país pobre especialmente na educação, na ciência e na tecnologia; despreparados politicamente para construirmos o Brasil que queremos, ou mesmo para definirmos o rumo do que queremos no longo prazo da história futura de nossa nação.

Se fosse empresa, o Brasil teria de pedir concordata: substituir diretores, vender patrimônio, renegociar dívidas, reduzir salários, demitir trabalhadores, parar todos investimentos. Como não é empresa, a Constituição impede de tomar quase todas estas medidas; deixando o país quebrado e sem mapa.

ANEXO B - Texto 2

Cortina de Ouro (19/10/2013)

Em uma noite morreram 359 pessoas tentando atravessar o Mediterrâneo, de países pobres para ricos. Estima-se que 280 morreram, em um único ano, tentando atravessar a fronteira entre a América Latina e os Estados Unidos, contra 809 que morreram tentando pular o muro de Berlim em todos os 28 anos de sua história. O número de mortes é muito maior se considerarmos milhões que morreram por não terem dinheiro para saltar os muros dos bons hospitais em busca de atendimento médico com qualidade.

O mundo derrubou a Cortina de Ferro, separando a escassez nos países socialistas dos benefícios nos países capitalistas, e construiu uma Cortina de Ouro, que serpenteia o planeta por dentro de cada país, separando as necessidades dos pobres dos privilégios dos ricos.

O que aconteceu à margem da Ilha de Lampedusa chamou atenção pelo tamanho da barbaridade concentrada em uma noite sobre emigrantes tentando sair da pobreza da África para a riqueza da Itália. Mas todos os dias morrem muito mais pessoas por não conseguirem saltar os muros que fazem parte da Cortina de Ouro, que cercam as boas escolas para impedir que nelas entrem crianças de famílias de baixa renda. De um lado do muro, uma famosa foto mostra o edifício de apartamentos de luxo no bairro Higienópolis de São Paulo e, no outro, uma favela chamada Paraisópolis.

A escada que permitiria o salto de um lado para o outro seria colocar as crianças dos dois lados em escolas com a mesma qualidade.

Mas a Cortina de Ouro está sendo consolidada entre países, por muralhas ou polícia de fronteira; e, dentro de cada país, visíveis ou não, pelos muros de shopping-centers, escolas, hospitais e condomínios. Mas, em vez de espalhar os benefícios construídos pela modernidade, a civilização parece estar preferindo fazer uma humanidade dividida. O Brasil é um exemplo. Somos um país dividido, com a população separada por uma Cortina de Ouro.

A tarefa dos abolicionistas foi derrubar, por meio de uma lei, o muro que separa escravos-negros de livres-brancos. A Cortina de Ferro foi derrubada pelos martelos nas mãos dos moradores de Berlim Oriental. A derrubada da Cortina de Ouro só será possível com leis que assegurem ao professor brasileiro ser tratado com o reconhecimento máximo.

Mas parece que estamos longe disso. Talvez não seja coincidência que, no mês em que morrem africanos fugindo para a Itália, nas vésperas do Dia do Professor, tenhamos mestres em greve no Brasil, em busca de pequenos aumentos salariais. Alguns deles sendo vítimas de violência policial.

Ao cometer o crime de depredar bens públicos ou privados, os manifestantes, ao lado dos professores, estão provavelmente sem saber e por caminhos errados lutando para derrubar a Cortina de Ouro, como os berlinenses fizeram com a cortina de ferro.

ANEXO C - Texto 3

As bombas maiores (22/08/2015)

As pessoas têm a tendência de ver apenas as bombas mais próximas e ignorar aquelas escondidas, que ameaçam o futuro. As bombas do momento são a corrupção que joga estilhaços de vergonha sobre todos os políticos, especialmente dos partidos no governo; e o descrédito de um governo que errou na economia, faltou com a verdade na campanha e descumpriu promessas. Apesar disto, o governo vê apenas as bombas imediatistas que ameaçam o equilíbrio fiscal.

A crise política, econômica e moral que atravessamos parece impedir a percepção das bombas que ameaçam o futuro mais distante. Ficamos presos à bomba da corrupção, da inflação, do descrédito da presidente e dos políticos em geral, não vemos as outras bombas.

A dívida dos estados e municípios já em fase de explosão, mesmo assim, ainda é relegada. A explosão de gastos públicos, face às limitações da imensa carga fiscal, destroçará as contas públicas. Nossos entes federados estão atravessando a linha que separa dificuldades fiscais conjunturais da falência estrutural, com suas consequências sobre os serviços públicos e os salários dos servidores. A Previdência explodirá em algum momento não muito distante, trazendo sacrifícios devastadores sobre a população mais velha do país e penalizando os jovens.

A pobreza − sobretudo depois de ter sido escondida pelo marketing governamental dos últimos anos, afirmando que ela teria sido transformada em classe média porque, endividando-se, consegue comprar alguns equipamentos domésticos – está explodindo na miséria da falta de educação, saúde, segurança, mobilidade. A violência urbana é uma bomba que explode como uma guerra civil de proporções gigantescas, matando quase 60 mil brasileiros por ano.

Nossa má educação e o consequente atraso na ciência e na tecnologia, que nos deixa cada dia mais atrasados em relação ao resto do mundo, são a bomba que impedirá nosso ingresso no mundo do conhecimento que caracteriza a economia e a sociedade.

O endividamento das famílias pode explodir, inviabilizando nosso sistema financeiro aparentemente sólido e sacrificando a vida de nossa população. A incapacidade de gestão que

caracteriza o Estado brasileiro dos últimos anos ameaça o crescimento de nossa economia e o bom funcionamento de nossa sociedade. A baixa poupança de nossas famílias, empresas e governo é uma bomba que impedirá os investimentos necessários à construção de uma infraestrutura eficiente, ao crescimento da economia e ao aumento da produtividade de nossa indústria. O desemprego é uma bomba trágica de grandes proporções. A bomba do consumo de drogas corrói famílias e anula o potencial de dezenas de milhares de jovens.

Mas, a maior das bombas é a despolitização do debate entre grupos políticos sem visão nem propostas, presos às pequenas bombas do presente, sem a percepção das grandes em andamento: o divórcio entre as urnas e as ruas, entre os políticos e o povo, está explodindo no colo da democracia.

ANEXO D - Texto 4

Pobreza da aritmética (17/05/2014)

O Brasil passou a acreditar que 22 milhões de brasileiros teriam saído da pobreza extrema. Este discurso se baseava na ideia de que estas famílias passaram a receber complemento de renda suficiente para ultrapassar a linha de R$ 70 por pessoa por mês. Esta visão aritmética não resiste a uma análise social que efetivamente cuide da pobreza.

Nada indica que uma família sem adequada provisão de escola, saúde, cultura, segurança, moradia, água e esgoto saia da pobreza apenas porque pode comprar aproximadamente oito pães por pessoa a cada dia. A linha da pobreza não deve ser horizontal, separando quem tem mais de R$2,33 por dia e quem não tem, mas uma linha vertical, separando quem tem e quem não tem acesso aos bens e serviços essenciais.

É como se, na época da escravidão, o povo fosse convencido de que o país era menos escravocrata apenas porque o proprietário gastava mais dinheiro na alimentação de seus escravos. A separação entre o escravo e o trabalhador livre não era uma linha horizontal definida aritmeticamente pela quantidade de comida que recebia, mas uma linha vertical separando quem tinha e quem não tinha liberdade. Hoje, a linha da pobreza deve ser determinada por quem tem e por quem não tem acesso aos bens e serviços essenciais. E neste sentido, o Brasil não está avançando na educação, na saúde, no transporte e na segurança.

Mesmo dentro de sua lógica, o argumento aritmético fica frágil quando se observa como a renda do pobres avança e regride dependendo da inflação. Entre março de 2011 e abril deste ano, a inflação medida pelo INPC foi de aproximadamente 19,6%, fazendo com que cerca de três milhões de brasileiros tenham regredido abaixo da linha aritmética da pobreza extrema. Mesmo com o aumento de 10%, anunciado dia 1º de maio, 1,5 milhão de pessoas regrediram abaixo dessa linha.

Outra forma de ver a fragilidade do argumento aritmético está na dependência em relação ao valor do câmbio. Pela paridade do poder de compra, em março de 2011, o benefício básico do Bolsa Família era equivalente a US$1,25 por pessoa, por dia, valor adotado pela ONU como abaixo da linha da qual se caracteriza a pobreza extrema. Com a desvalorização cambial, houve uma perda de poder aquisitivo de aproximadamente 20%. Portanto, cerca de quatro milhões de brasileiros estão de volta à pobreza (mesmo

considerando o aumento de 10%). Pelo conceito social, não aritmético, de pobreza, considerando acesso à saúde, à educação e ao transporte de qualidade, o Brasil tem hoje pelo menos 22 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza extrema, número que não diminuiu nestes últimos anos.

Centro e trinta e seis anos atrás, o Brasil não aumentou a quantidade de comida nos pratos dos escravos, fez a Lei Áurea que os libertou. A Lei Áurea não foi um argumento aritmético, mas social. Por isso, ela se fez permanente, e nós a comemoramos nesta semana sem recaídas ocasionadas pela inflação ou pelo câmbio, sem a pobreza aritmética.

ANEXO E - Texto 5

‘Aedes brasilis’ (23/01/2016)

O *Aedes aegypti* é um produto do *Aedes brasislis*: os brasileiros imprevidentes com saneamento e educação cívica. A consequência do casamento entre estes dois *Aedes* é o sofrimento de milhões de doentes contaminados com o vírus da dengue, e milhares com o vírus zika, que, possivelmente, provoca a tragédia da microcefalia.

O cérebro humano cresce três gramas por dia, durante o terceiro trimestre de sua gestação; depois, mais dois gramas diários durante os seis primeiros meses de vida, dependendo da alimentação e de estímulos físicos e educacionais. A partir daí, continua crescendo lentamente ao longo de alguns anos iniciais de vida, mas seu potencial intelectual cresce indefinidamente graças aos diversos meios de educação, sobretudo na escola. Raramente, a natureza interrompe o crescimento natural do cérebro, mas no Brasil, nós o interrompemos pela omissão como tratamos o *locus* do seu desenvolvimento: na escola.

Desde a Proclamação da República, provocamos limitações intelectuais em dezenas de milhões de brasileiros, contaminados pelo *Aedes brasilis* que induz ao analfabetismo, impedindo brasileiros de reconhecer a própria bandeira, por não serem capazes de ler “Ordem e Progresso”. Este é o grau mais violento, mas não o único, na interrupção do crescimento intelectual do cérebro, provocado pelo *Aedes brasilis*.

Também é vítima do *Aedes brasilis* cada criança jogada para fora de uma escola de qualidade antes do fim do ensino médio. Ao longo de nossa história, a maioria da população vem sendo contaminada por um zika social transmitido pelo *Aedes brasilis*. Ainda mais grave para um país que se diz republicano, o *Aedes brasilis* seleciona a vítima conforme a renda familiar. As crianças de alta renda dispõem de recursos para protegerem-se do vírus da microcefalia intelectual, são vacinadas em boas escolas, enquanto as crianças de baixa renda ficam condenadas ao vírus social.

A tragédia pessoal destes milhões de contaminados se transforma em tragédia histórica, porque, ao impedir a população de desenvolver plenamente seus talentos intelectuais, o *Aedes brasilis* limita o aproveitamento de centenas de milhões de cérebros, provocando uma microcefalia social que impede transformar o Brasil em um potente centro de desenvolvimento científico e tecnológico.

As consequências desta microcefalia social são o atraso econômico e social; além de dificultar o avanço político e a construção de uma sociedade democrática, eficiente e harmônica. Ainda mais, é a microcefalia intelectual que impede o Brasil de ter os sistemas de saneamento e de educação cívica propiciando (*sic!*) o desenvolvimento do *Aedes aegypti*. O *Aedes brasilis* provoca microcefalia social, que termina sendo a principal causa das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* e todas as demais formas de pobreza intelectual.

ANEXO F - Texto 6

Depois da Lava-Jato (8/8/2015)

O Brasil começou a ficar mais limpo depois que juízes, procuradores e policiais federais conseguiram prender políticos poderosos e empresários ricos. Espera-se que este trabalho continue desvendando tudo de todos, e que a Justiça faça a sua parte, sem cair outra vez nos truques que terminam zerando o trabalho de pessoas como o juiz Moro, o procurador Janot e todos aqueles que os ajudam.

A operação Lava-Jato fará o Brasil mais limpo, mas não bastará para construir o país que desejamos, porque nossos problemas vão além da corrupção no comportamento dos políticos e empresários: eles são criados, sobretudo, pela corrupção nas prioridades das políticas que definem como os recursos públicos são usados e para onde levam nosso país.

Além da corrupção que a Lava-Jato está tornando visível, temos uma imensa rede de corrupção invisível: o analfabetismo e a baixa qualidade da educação, que rouba o futuro das crianças e do Brasil; o sistema precário de saúde, que rouba a vida e impõe sofrimento a milhões de pessoas; o ineficiente sistema de transporte público, que impede a mobilidade eficiente e rouba pedaços da vida de milhões de trabalhadores em seus deslocamentos diários; a violência urbana que faz com que nossas ruas matem e assustem mais do que as ruas de países em guerra; um sistema de gestão pública que rouba o valor da moeda e impede o bom funcionamento e crescimento de nossa economia.

Podemos receber um país limpo da corrupção dos políticos e, mesmo assim, não construirmos o Brasil sem corrupção nas prioridades. Não basta colocar os corruptos na cadeia, é preciso colocar também na vida pública pessoas decentes, no comportamento e nas prioridades, capazes de fazer leis que impeçam a corrupção e que não apenas limpem, mas higienizem eticamente o país e para isso façam uma revolução educacional no Brasil. Terminada a Lava-Jato, será preciso que os políticos comecem a consertar as brechas pelas quais o futuro do Brasil é roubado todos os dias. Para alcançar esse objetivo, teremos de fazer um conserto das forças nacionais para dar sustentação a um novo projeto nacional.

A corrupção desvendada pela Lava-Jato é um serviço ao país que nos deixa em dívida histórica com aqueles que a estão fazendo, mas o trabalho de construir o Brasil [sic] que precisamos, queremos e podemos não é uma tarefa dos juízes, procuradores e policiais; é

responsabilidade dos políticos. Neste momento, porém, não parecemos estar à altura deste desafio, seja por falta de preocupação com o país, seja por omissão ou incompetência para liderar o Brasil em uma nova direção.

Por isso, a verdadeira e completa Lava-Jato deve ser feita pelos eleitores nas futuras eleições. Porque os juízes, procuradores e policiais podem colocar políticos na cadeia, mas são os eleitores que podem colocá-los nas cadeiras de parlamentares.

ANEXO G - Texto 7

Um médico vermelho (27/11/2011)

A primeira vez que escutei falar em Aloysio Campos da Paz, em 1980, ele foi tratado como um diretor autoritário e privatista da saúde. Era a opinião de profissionais em greve no antigo hospital Sarah, que estavam contra o sistema que ele implantava, elevando os salários, mas exigindo dedicação exclusiva, avaliando competência e organizando disciplina de seu corpo de funcionários.

Essa visão mostra como os conceitos de "democracia" e "público" foram apropriados pela elite brasileira, por meio do patriotismo latifundiário, que se transformou em empresarial, convivendo com o patrimonialismo trabalhista. Isso resume como a república foi sendo anulada pelo corporativismo.

Trinta anos depois, pode-se considerar que, naquela disputa, Campos da Paz estava mais próximo do doente. Entre o estatal e o público, entre a visão estatista e a visão publicista, entre os que são servidores do Estado e os que devem ser servidos pelo Estado, ele ficou com o público, ao lado do doente.

Na área da saúde, Campos da Paz faz parte de um grupo de pessoas sintonizadas com o interesse público à frente dos interesses privados. Sem respeito e boa remuneração fica impossível ter bons profissionais na saúde, mas o respeito precisa ser mútuo – do povo com o médico, pagando-lhe salário digno, e do médico com o povo, transformando-o com carinho e eficiência.

Bem antes desse debate, entre público e estatal, que só agora se amplia, ele trouxe a ideia de que o serviço de saúde estatal pode não ser sinônimo de serviço público de saúde; que esse serviço estatal só se justifica se servir ao público.

Defendeu e argumentou que o serviço estatal existe para cuidar dos doentes, pagando bem aos médicos e aos demais servidores, respeitando-os como servidores, mas exigindo deles o compromisso absoluto com a saúde. No livro Percorrendo Memórias – Editora Sarah Letras, Campos da Paz descreve o momento decisivo em que, coerentemente, abandona seu consultório privado e opta, ainda jovem, pelo exercício exclusivamente da saúde pública.

Depois, ele radicaliza, corajosa e corretamente, ao defender que não bastam pequenos ajustes no SUS, nem mais recursos, mas uma revolução no sistema de saúde, com publicização do sistema, mesmo que não seja verdadeiramente estatal.

A visão que ele tinha, e ainda tem, está refletida em entrevista à Revista Veja, de janeiro de 1996, na qual diz: “A lógica do sistema (da saúde brasileira) induz criar a doença e a lucrar com ela, não a utopia médica de acabar com a doença”.

No sistema atual, mesmo com o SUS, a doença tem sido motivo para viabilizar o lucro das indústrias farmacêuticas e de equipamentos, bem como o salário de servidores, mais do que para atender aos doentes.

Ao longo dos anos, fui convivendo e percebendo cada vez mais seu vanguardismo e admirando crescentemente sua firmeza de princípios e seus compromissos sociais.

O livro Percorrendo Memórias mostra a trajetória desse grande médico e cidadão, desde sua origem de descendente de médicos, comunistas e militares. Com simplicidade, ele descreve como cresceu e foi educado; e lembra o mundo ao redor que testemunhou. São as memórias do Brasil, entre Rio de Janeiro, Brasília, e a Inglaterra, no estimulante período entre 1950 e 2010.

O título do livro mostra a modéstia do autor, ao chamá-lo de Memória – dos outros, do mundo - e não de autobiografia que sua vida justifica perfeitamente.

Em sua vida, ele viu uma cidade nascer e crescer até o tamanho de uma grande metrópole; aprendeu medicina e o compromisso social ao qual deveria servir; construiu o desenvolvimento científico, tecnológico e social da Rede Sarah; foi pioneiro na criação de técnicas, tanto em equipamentos, quanto em métodos de tratamento e de gestão; fez descobertas cientificas hoje reconhecidas internacionalmente.

Raras pessoas, no mundo, tiveram a chance e a competência para viver e fazer tanto quanto ele. Talvez nenhum outro possa ter sido testemunha e ator de fatos como esses. Ainda mais raros são aqueles capazes de escrever de maneira tão viva o testemunho do mundo ao seu redor, pintando o processo histórico do país; e com pinceladas certeiras, os retratos de personagens que vão se sucedendo, na família, no ambiente profissional e na vida política.

Essas memórias merecem ser lidas por cada brasileiro, cada médico e, sobretudo, por aqueles que antes desconfiavam de Campos da Paz, por verem nele um privatista, no lugar de um radical defensor da saúde pública, um médico vermelho.

ANEXO H - Texto 8

Os nomes da criança (25/09/2000)

Cristovam Buarque

Para um habitante de cidade brasileira, todas as árvores de uma floresta são apenas mato, sem distinção entre elas. Os habitantes dos desertos, ao contrário, têm nomes diferentes para se referir à areia. Da mesma forma, os esquimós têm diversos nomes para indicar aquilo que, para nós, é apenas neve.

Cada povo desenvolve sua cultura, com palavras distintas, para diferenciar as sutilezas do seu ao-redor, como forma de sobreviver mais facilmente e usufruir esteticamente. A riqueza de uma cultura se mede pelo número de palavras usadas para definir o meio ao redor. Quanto mais palavras distinguindo as coisas, em detalhes imperceptíveis para os demais, mais rica é a cultura.

Os brasileiros urbanos também desenvolveram, em sua cultura, nomes diferentes para dizer o que entre outros povos teria um nome apenas: criança.

Em suas cidades, os brasileiros do começo do século XXI têm muitas maneiras para dizer criança com sutis diferenças manifestas em cada palavra. É a riqueza cultural, manifesta num rico vocabulário, que mostra a degradação moral de uma sociedade que trata suas crianças como se não fossem apenas crianças. O português falado no Brasil é certamente o mais rico e o mais imoral dos idiomas do mundo atual, no que se refere à definição de criança.

Menino-na-rua significa aquele que fica na rua em lugar de estar na escola, em casa, brincando ou estudando, mas que, à noite, em geral, tem uma casa para onde ir. Ao vê-lo, um habitante de uma das nossas cidades grandes faz logo a diferença com as demais crianças que ali estão passeando. Diferencia até, sutilmente, dos meninos-de-rua – aqueles que não apenas estão na rua, moram nela, sem uma casa para onde voltar.

Flanelinha é aquele que, nos estacionamentos ou nas esquinas, dribla os carros dos ricos com um frasco de água numa mão e um pedaço de pano noutra, na tarefa de convencer o motorista a dar-lhe uma esmola em troca da rápida limpeza no pára-brisa do veículo. É diferente do esquineiro que, no lugar de oferecer o serviço de limpeza, pede esmolas apenas. Ou do menino-de-água-na-boca, pobre criança que carrega pequenas caixas de chocolates,

tentando vendê-los, sem direito a sentir o gosto do que carrega para os outros e existe aos milhares no Brasil.

Prostituta-infantil já seria um genérico maldito para uma cultura que sentisse vergonha da realidade que retrata. Como se não bastasse, ela tem suas sutis diferenças. Pode ser bezerrinha, ninfeta-de-praia, menina-da-noite, menino ou menina-de-programa ou michê, conforme o local onde faz ponto e o gosto sexual do freguês que atende. E existe – vergonha das vergonhas – a expressão menina-paraguai para indicar criança que se prostitui por apenas R$1,99, o mesmo preço das bugigangas que a globalização trouxe em contrabandos, quase sempre, daquele país. Ou menina-boneca, de tão jovem quando começa a se prostituir, ou porque seu primeiro pagamento sirva para comprar a boneca que nunca ganhou de presente.

Delinquente, infrator, avião, pivete, trombadinha, menor, pixote. Sete nomes para o conjunto das relações de nossas crianças com o crime. Cada qual com sua maldita sutileza, de acordo com o artigo do Código Penal em que é enquadrado, com a maneira de abordar as suas vítimas ou com o crime ao qual se dedica.

Pode também, no lugar de criança, ser boy, engraxate, menino-do-lixo, reciclador infantil, conforme o trabalho que faz.

Ainda tem filho-da-safra, para indicar criança deixada para trás por pais que emigram todos os anos em busca de trabalho, nos lugares onde há empregos para bóias-frias. Nome que indica, também, a riqueza cultural do sutil vocabulário da maldita realidade social brasileira. Ainda o pagão-civil, que vive sem o registro que lhe indique a cidadania de sua curta passagem pelo mundo. Em um país que lhe nega, não só o nome de criança, também a existência legal.

Como resumo de todos estes tristes verbetes, há também criança-triste, como um verbete adicional. Não pela tristeza de um brinquedo quebrado, de uma palmada ou reprimenda recebida, nem da perda de um ente querido. No Brasil há um tipo de criança que não apenas fica ou está triste: criança que nasce e vive triste. Cujo primeiro choro mais parece um lamento do futuro que ainda não prevê do que a inspiração do ar em que vai viver, que por primeira vez recebe em seus diminutos pulmões.

Criança-triste como substantivo e não adjetivo, como estado permanente de vida – esta talvez seja a maior das vergonhas no vocabulário da realidade social brasileira. Tal e qual a maior vergonha da realidade política está na falta de tristeza nos corações de nossas autoridades diante da tristeza das crianças brasileiras, com as sutis diversidades de suas posições sociais, refletidas no vocabulário que indica os nomes da criança.

A sociedade brasileira, em sua maldita apartação, foi obrigada a criar palavras que distinguem cada criança conforme sua classe, sua função e sua casta. A cultura brasileira, medida pela riqueza de seu vocabulário, enriqueceu perversamente ao aumentar a quantidade de palavras que indicam criança. Um dia, essa cultura vai se enriquecer criando nomes para os presidentes, governadores, prefeitos, políticos em geral que não sofrem, não ficam tristes, não percebem a vergonhosa tragédia de nosso vocabulário, nem ao menos se lembram das crianças-tristes do Brasil.

Quem sabe será preciso que um dia chegue ao Governo uma das crianças-tristes de hoje, para que o Brasil faça arcaicas as palavras que hoje enriquecem o triste vocabulário brasileiro, construindo um dicionário onde criança seja apenas criança, sem nomes diferentes, como para o poeta, uma rosa é uma rosa.

ANEXO I - Texto 9

O tamanho do pré-sal (20/09/2014)

Não usar a riqueza do pré-sal seria uma estupidez, usá-la para iludir a nação é uma indecência. As estimativas para as reservas do pré-sal podem não ser exatas, mas não são mitos, são resultados de pesquisas geológicas; a exploração na sua profundidade não é um mito, a engenharia dispõe de ferramentas; a crença de que pode ser feita sem riscos para a ecologia não é um mito, embora haja exemplos de vazamentos em campos similares; a expectativa de que a demanda e os preços continuarão altos não é um mito, apesar das novas fontes.

Mito, contudo, é a afirmação de que o pré-sal mudará a realidade brasileira.

Se tudo der certo, em 2036 a receita líquida prevista do setor petrolífero corresponderá a R$ 100 bilhões, aproximadamente R$ 448 por brasileiro, quando a renda per capita será de R$ 27.800, estimando crescimento de 2% ao ano para o PIB. Apesar da dimensão da sua riqueza, o pré-sal não terá o impacto que o governo tenta passar. Explorá-lo é correto, concentrar sua receita na educação é ainda mais correto, mas é indecente usar o pré-sal como uma ilusão para enganar a nação e como mecanismo para justificar o adiamento de investimentos em educação.

O Brasil não cabe dentro de um poço de petróleo, nem deve esperar por ele.

Mito também é a afirmação de que a educação brasileira será universalizada e dará um salto de qualidade graças ao pré-sal. Em 2030, uma educação de qualidade custará cerca de 511 bilhões, para o custo aluno/ano de R$9.500. Se tudo der certo, a totalidade dos recursos do setor petrolífero destinada à educação corresponderá a R$37 bilhões, apenas 7,2% do necessário.

Também é um mito dizer que o atual governo teve a iniciativa da proposta de investir 75% dos royalties do petróleo em educação. A partir do momento da descoberta do pré-sal, 44 projetos de lei foram apresentados na Câmara e no Senado.

Mas foi com a aprovação do substitutivo PLC 41/2013 ao PL 323/2007, do deputado Brizola Neto, em 14/8/2013, após parecer favorável do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que se determinou o destino de 100% dos royalties para a educação e a saúde. As atas

mostram que os líderes da base de apoio ao governo tentaram impedir a aprovação, mas foram derrotados no voto.

Além de não serem destinados à educação os R$15 bilhões dos Bônus de Assinatura do Leilão do Campo de Libra, os recursos dos royalties não estão sendo aplicados. Até 28 de agosto, um ano depois da sanção da lei, apenas R$912 milhões foram efetivamente transferidos para o Ministério da Educação, ou seja, somente 13,5% do valor de R$ 4,2 bilhões previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

Enquanto o mundo vive uma revolução no conhecimento, estamos ficando para trás, eufóricos com a promessa de mudar nossa triste realidade educacional no futuro distante, com base em um recurso ainda na profundidade de sete mil metros e que não será suficiente. E o pouco prometido não está sendo cumprido.

ANEXO J - Texto 10

O Brasil desarrumado (14/11/2015)

O Brasil não atravessa apenas uma crise: vivemos uma desarrumação de que, se não cuidarmos, vai nos levar para uma decadência.

Nos últimos 12 meses, a moeda brasileira desvalorizou cerca de 50% em relação ao dólar, e os preços internos cresceram a 10%. A visão técnica chama isso de desvalorização e inflação; na verdade, é uma profunda desarrumação nacional. Desestrutura o sistema de trocas: os empresários aumentam os preços; os salários caem, os trabalhadores fazem greves; a economia entra em uma ciranda caótica, e todo o sistema de relações da economia se desarruma, como véspera do caos.

A economia brasileira está desarrumada pelo tamanho da dívida e os consequentes juros exorbitantes, pela falta de regras jurídicas estáveis, pela escassez de mão de obra qualificada, pela baixa capacidade de inovação, pela falta de perspectiva e planejamento no médio e longo prazos, pelo alto custo derivado da infraestrutura obsoleta e ineficiente, pelo atraso em relação à economia do conhecimento. Uma desarrumação que levará à decadência.

O Estado brasileiro é um exemplo de desarrumação: no caos da política, na generalização e profundidade da corrupção, na desorganização, burocracia, política salarial sem critério, salvo como resposta às pressões corporativas. As finanças públicas de União, estados e municípios, como das estatais, estão totalmente desarrumadas.

A violência domina as ruas de nossas cidades, desarrumando a vida urbana: o número de mortos, o medo de ir às escolas e aos restaurantes, de tomar o ônibus são provas de algo mais profundo do que a simples afirmação de insegurança. As ruas das cidades do Brasil estão desarrumadas também pelo trânsito caótico, a pobreza, o transporte público ineficiente.

A democracia convive com greves. Mas, quando elas se sucedem com frequência e se espalham por todos os setores e demoram longamente, o país vive uma desarrumação. O sistema educacional brasileiro, especialmente o público, está desarrumado pelo quadro quase permanente de violência dentro das salas de aula, a desmotivação dos professores, a falta dos equipamentos necessários, a desatenção dos alunos, o descuido dos pais e dos governos.

O sistema de saúde pública do Brasil está desarrumado. Não é uma questão de falta de recursos financeiros, é desordem gerencial, descumprimento de obrigações.

O papel de um novo governo será arrumar o Brasil para criar as bases de seu futuro como nação eficiente e justa no mundo da economia e da sociedade do conhecimento; corrigindo o desajuste fiscal, acabando com a corrupção e criando e respeitando o marco jurídico, montando as infraestruturas física, educacional, cientifica e tecnológica que o futuro exige. Mas o caos da desarrumação não nos permite esperar: desde já é preciso que as lideranças nacionais, independentemente de partido e de cálculos eleitorais, se encontrem, com o propósito de arrumar o Brasil.

ANEXO K - Texto 11

Desconstrução da esquerda (20/02/2016)

Os constantes noticiários sobre a Lava-Jato têm levado militantes dos partidos do governo a dizerem que está em marcha uma campanha de desconstrução do PT e da imagem do ex-presidente Lula, cujo objetivo seria a desconstrução da esquerda.

É até possível que as oposições estejam usando as notícias com esta intenção; mas a desconstrução foi feita pela própria esquerda, contando com a colaboração do Lula, do PT e demais partidos de apoio ao governo.

A desconstrução da esquerda ocorreu por causa da aceitação da corrupção, sob o argumento de que todos a praticam; pela perda do vigor transformador e o consequente acomodamento; a falta de imaginação para formular nossas alternativas para avanço social; a incapacidade para perceber e entender a vertiginosa transformação tecnológica e política no mundo e o desprezo por compromissos programáticos e ideológicos.

A esquerda não foi capaz de entender o pleno significado da queda do Muro de Berlim, do fim do socialismo pela distribuição da produção e o consumo industrial depredador; a consolidação do poder sindical da aristocratização do proletariado em contraposição aos interesses das grandes massas; não entendeu a dimensão da crise que vai além da luta de classes e contesta a própria base da civilização industrial; não tem proposta para a ampliação do bem-estar, combinado com o equilíbrio ecológico; não percebe a força da globalização implantando o livre comércio, quebrando as fronteiras nacionais; nem a realidade da economia atual, onde o principal fator de produção é o conhecimento, não o capital financeiro, nem os recursos naturais.

A esquerda desconstruiu-se ao adotar a voracidade pelo poder e seus cargos e privilégios, envenenando os músculos de sua militância por estupidez e imoralidade. Faz parte também deste esforço da autodestruição, a anulação, pela cooptação, dos movimentos sociais como UNE, CUT, MST.

Somado à irresponsabilidade fiscal que provoca a maldade da inflação; o aparelhamento e a má utilização do Estado; a degradação de estatais símbolos da nação, como

a Petrobras e os Correios; o desmantelamento do funcionamento do Estado e a desnacionalização do parque produtivo por causa da desvalorização cambial.

No lugar de criar novas utopias, formular novas propostas, a esquerda preferiu cair nos braços do sistema tradicional, reduzindo seus programas a meras transferências de renda já implantadas por governos anteriores; colocou o poder como meta suficiente, não como etapa necessária; aceitou qualquer aliança, desconstruindo a própria imagem.

A foto de Lula no jardim de um palacete para eleger seu candidato poderá ser um dia mostrada como marco da desconstrução da esquerda no Brasil, tanto quanto as fotos de jovens derrubando as pedras do Muro de Berlim significou a desconstrução do socialismo real na Europa.

A esquerda se autodesconstruiu sobretudo ao não perceber seus erros e jogar a culpa da desconstrução nos adversários.